



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução n° 112/2013:

Aprova a Carta de Política Integrada Educação, Formação e Emprego..... 1856

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 112/2013

de 1 de Novembro

Vivemos num mundo novo onde as únicas certezas são a crescente concorrência e a globalização. Não podemos competir ou sonhar construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora com prosperidade partilhada por todos se não tivermos recursos humanos capazes de competir com os melhores do mundo de hoje.

Assim, a aposta na educação e formação dos recursos humanos vem sendo assumida pelos sucessivos Governos como estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável do país. Porém, os ganhos conseguidos despoletam novos desafios, nomeadamente a diminuição da ajuda pública e o aumento da expectativa da população relativamente ao bem-estar e à qualidade de vida. A melhoria de qualidade na educação e formação profissional vem constituindo uma preocupação que consta das prioridades na agenda política, como forma de aumentar a qualificação do capital humano, garantindo a empregabilidade e sustentabilidade da mão-de-obra.

Reconhecendo que importantes passos têm sido dados nalgumas áreas, particularmente da educação e da formação profissional, e que os sucessivos Governos de Cabo Verde têm vindo a implementar um conjunto de instrumentos de orientação direccionados ao desenvolvimento do país, mas que as medidas de política adoptadas nem sempre tiveram o impacto desejado atendendo ao efeito, nomeadamente, de alguma desarticulação entre sectores de ensino e formação, com efeitos menos positivos sobre a qualidade.

Tendo em conta que a formação técnica e técnico-profissional é um elemento-chave do sistema educativo e que, durante a última Legislatura, o Governo levou a cabo grandes esforços para reformar e reestruturar a formação técnica e profissional e aprovar um processo que assegure a qualidade da formação profissional e universitária.

Aliado a esta perspectiva, existe em funcionamento vários Centros de Emprego e Formação Profissional em diversos Concelhos, com os mais diversos cursos e níveis, para garantir aos jovens o acesso de uma formação de qualidade, e oportunidade de integrar no mercado de trabalho, contribuindo assim, para a realização pessoal e profissional dos que optam por uma formação técnico-profissional.

Urge assim actuar ao nível de medidas que permitam reforçar e alargar a certificação de cursos, a adequação dos curricula ao Sistema Nacional de Qualificação e à abordagem por competências ou a formação pedagógica e a certificação de formadores, melhorar outras como a avaliação das aprendizagens mas igualmente permitir a implementação de novas medidas de política como um sistema de formação contínua de docentes, a avaliação institucional das escolas e dos centros de formação, a instalação de um Centro de Recursos ou ainda a implementação de um sistema de observação sistemática das necessidades de qualificação das empresas e da inserção profissional dos diplomados dos vários subsistemas.

Considerando que Cabo Verde deve continuar claramente a prosseguir o movimento no sentido de uma aproximação aos países em desenvolvimento, para o qual o investimento no capital humano, o seu mais importante recurso, tem de continuar a representar uma prioridade e passar pelo progressivo alargamento do Ensino Técnico-Profissional;

Tendo em conta que existe um consenso generalizado na sociedade cabo-verdiana de que o ensino técnico-profissional constitui um poderoso instrumento para o desenvolvimento de Cabo Verde e que a criação de condições que propiciem a qualificação permanente dos recursos humanos é desígnio um nacional, constituindo para os jovens uma forma de garantir a sua inserção na vida activa e no mercado de trabalho e, para o país em geral, uma das vias mais efectivas para aumentar a produtividade e a competitividade da sua economia, condição indispensável para o progresso sustentável;

Considerando que o actual estágio de desenvolvimento de Cabo Verde, a sua abertura ao mundo globalizado e a sua graduação para país de desenvolvimento médio, determinam que a aposta no ensino técnico-profissional seja forte;

O Governo de Cabo Verde elegeu a formação técnico-profissional como sendo uma nítida prioridade, para a presente legislatura, na perspectiva do combate ao desemprego e redução da pobreza.

Neste sentido, torna-se imperioso articular uma visão integrada para o crescimento económico e social de Cabo Verde, baseado na qualificação e no emprego, para o período 2013-2018.

É estribado nesta visão que surge a presente Carta de Política Integrada, verdadeira Agenda Política para o Ensino Técnico-Profissional, que resulta da conjugação de esforços entre os três Ministérios que intervêm no sector – Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Ministério da Educação e Desporto e Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação.

Esta Carta de Política Integrada tem como grande objectivo contribuir para o avanço e desenvolvimento do ensino técnico-profissional, num quadro integrador, partindo das experiências já existentes e perspectivando medidas e propostas necessárias para a estruturação e funcionamento de um sistema integrado de educação/formação/emprego, susceptível de corresponder aos imperativos de desenvolvimento do tecido económico e produtivo e às aspirações dos cidadãos e da sociedade em geral.

Neste contexto, no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento da formação técnico-profissional, impõe-se a necessidade de reforço da articulação entre os sistemas de educação, formação e emprego, de modo a propiciar a adequação das acções de formação profissional às exigências do mercado de trabalho, favorecendo a empregabilidade, o aumento da produtividade do país e a melhoria geral das condições de vida das populações.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objecto

A presente Resolução aprova a Carta de Política Integrada Educação, Formação e Emprego, que baixa em anexo e dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 4 Abril de 2013.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

PLANO ESTRATÉGICO DA POLITICA INTEGRADA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO

2. INTRODUÇÃO

O presente Plano Estratégico consubstancia e concretiza a Agenda de mudança para o Ensino Técnico Profissional (ETP) definida através da Política Integrada Educação, Formação e Emprego (PI EFE) documento homologado pelas três tutelas da mesma (MJEDRH, MED e MESCI) e aprovado em Conselho de Ministros no início de 2013.

Efectivamente, definidos os grandes Objectivos e Metas para o sector para o período 2013-2018 no âmbito da Política Integrada, é necessário detalhar o diagnóstico e sobretudo especificar através de que projectos, actividades concretas e Metas por projecto se atingirão os objectivos da Política Integrada EFE os quais são, recorde-se:

● Aumentar a taxa de ocupação da população cabo-verdiana
● Aumentar a taxa de ocupação jovem
● Aumentar o emprego jovem
● Aumentar o número de abrangidos pelo ETP

Aqueles objectivos devem ser atingidos através do desenvolvimento de projectos que se enquadram em 4 Eixos Estratégicos:

Eixo 1 – Emprego e Inserção: Aumentar as oportunidades de emprego, para reduzir as disparidades regionais e de género.
Eixo 2 – Empreendedorismo: Promover o empreendedorismo para o desenvolvimento social e empresarial.
Eixo 3 – Aprendizagem ao Longo da Vida: Melhorar o nível de qualificação da população, promovendo o acesso e as oportunidades de ensino técnico-profissional em domínios relevantes para o desenvolvimento.
Eixo 4 – Qualidade dos Sistemas: Desenvolver uma educação e formação de qualidade, capazes de proporcionar ao cidadão competências técnicas e transversais necessárias para a plena integração na sociedade, potenciando a sua empregabilidade e o exercício de uma cidadania activa.

O presente Plano Estratégico foi, tal como o documento da Política Integrada, concebido numa total partilha ao nível da Visão, mobilizando os três Ministérios que para ele contribuem, assumindo igualmente um modelo de governação que se deseja integrado.

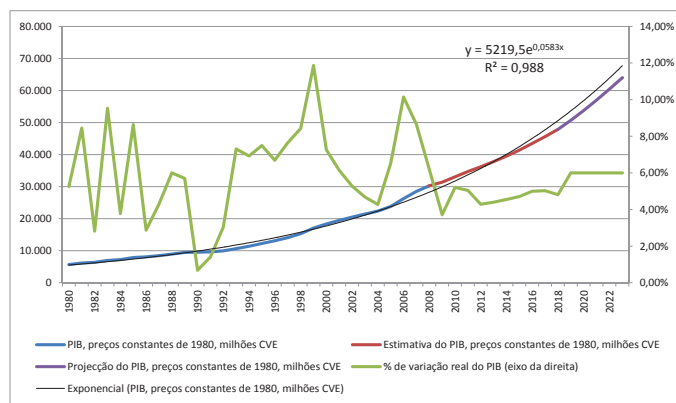
Deve ainda contar contando ainda com a participação dos parceiros económicos e sociais e de uma forma geral, com o envolvimento da sociedade civil, no que se refere ao seu acompanhamento e avaliação.

O modelo de governação previsto é especificado no âmbito deste documento.

3. DIAGNÓSTICO**3.1. Actividade económica, emprego e desemprego em Cabo Verde¹****3.1.1. Trajectória da economia de Cabo Verde**

A trajectória de crescimento de Cabo Verde pode bem ser expressa pelas previsões do Fundo Monetário Internacional para o crescimento real do PIB e divulgadas no seu mais recente World Economic Outlook (Abril de 2012). O Gráfico 1 sistematiza os registos do PIB de Cabo Verde de 1980 a 2007, a previsão do FMI para o período 2008 a 2017 e as projecções efectuadas pelo IESE, no Estudo Recursos Humanos Prospectivos para CV, para o período 2018 a 2023.

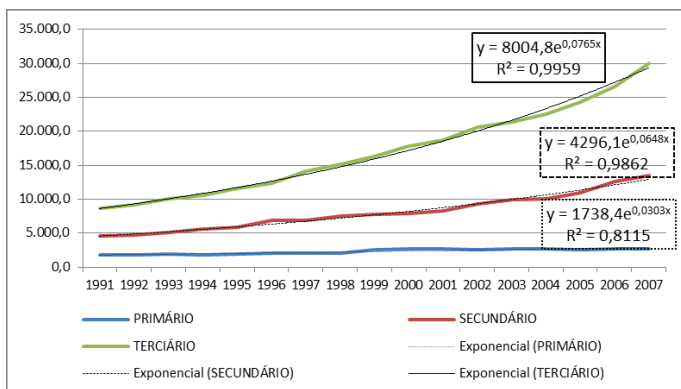
Gráfico 1 – Evolução e previsões de crescimento do PIB de Cabo Verde entre 1980 e 2023



Fontes: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2012 de 1980 a 2017; 2018 a 2023 projecção IESE, “Estudo Prospectivo sobre os Recursos Humanos Estratégicos para o desenvolvimento de CV”, Relatório Final preliminar, Julho 2012, pág. 22.

Baseadas nos dados disponibilizados pelo Banco de Cabo Verde para o período 1991-2007 na publicação “Boletim de Estatísticas – 20 anos” editado em 2012, podem-se assinalar como principais tendências, no que se refere à evolução do PIB por sector de actividade: o rápido crescimento dos serviços, o crescimento sustentado mas mais moderado da indústria e a estagnação do sector primário.

¹Para este ponto foram basicamente utilizadas duas fontes: IESE, “Estudo Prospectivo sobre os Recursos Humanos Estratégicos para CV”, Relatório Final, Praia, Julho 2012 e Leader Consulting, “Diagnóstico do sector da educação, formação e emprego”, Agosto 2012, Praia. Ambos os estudos foram apoiados pelo Programa CVE/077 da Lux-Dev e o primeiro foi coordenado pelo Observatório do Emprego.

Gráfico 2 - Evolução do PIB por sector de actividade 1991-2007

Fonte: Banco de Cabo Verde (2012), Boletim de Estatísticas – 20 anos. Tratamento de dados IESE (2012), pág.23

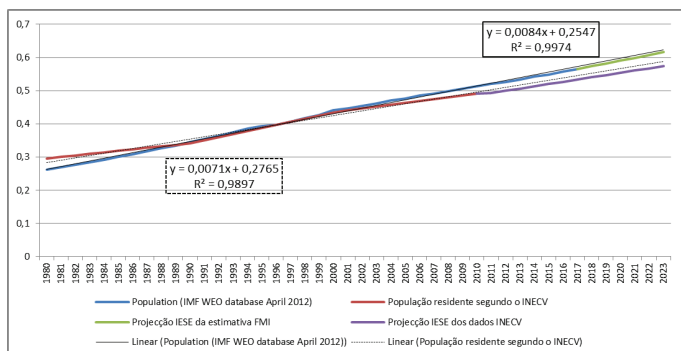
3.1.2. População, população activa e emprego

A evolução da população residente em Cabo Verde apresenta um ritmo de crescimento significativo e constante nas últimas décadas. Todos os dados disponíveis apontam nesse sentido, embora haja divergências nos dados apresentados pelas projecções das Instituições internacionais (designadamente o FMI e a OIT) e os valores registados pelo INECV, designadamente os que resultam dos valores apurados no Censo de 2010.

A figura seguinte apresenta os valores registados e projecções até 2023 da população residente no País tomando em consideração os valores apresentados pelo World Economic Outlook de Abril de 2012 publicado pelo FMI e as projecções resultantes da utilização dos dados disponibilizados pelo INE no seu site².

Embora as diferenças nos períodos observados não sejam significativas, podendo mesmo ser desprezadas para efeitos analíticos, a realização de projecções para um período mais alargado com base nas duas fontes apresenta uma diferença significativa que importa ter em consideração.

A diferença no ano terminal das estimativas é de 42 mil pessoas entre os dois modelos, o que corresponde a cerca de 8,5% da população residente em 2010.

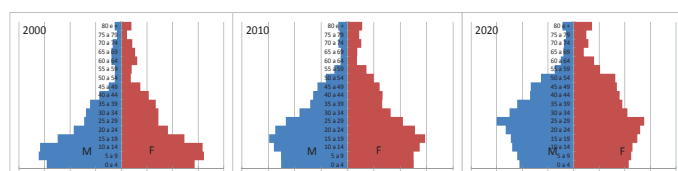
Gráfico 3 – População residente em Cabo Verde de 1980 a 2023 em milhões de habitantes, comparação das projecções com base nos dados do INE CV e do FMI

Fontes: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2012; Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Apresentação dos resultados dos Censos 2010, disponível em <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/Start.pdf>, consultado em 22/05/2012. Tratamento de dados IESE, (2012), pág. 26.

²Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Apresentação dos resultados dos Censos 2010, disponível em <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/Start.pdf> e consultado em 22/05/2012.

Em qualquer dos modelos a previsão é a de que a população residente em Cabo Verde continuará a crescer a um ritmo assinalável e estará acima ou muito próxima dos 600.000 habitantes em 2023.

A evolução da estrutura etária da população, apresentada no Gráfico 6, demonstra de forma particularmente evidente a natureza de sociedade em transição demográfica: mantém-se um índice de fertilidade elevado, embora em rápido declínio, sendo esperado que passe de 4 filhos por mulher em 2000 para 2,8 em 2020; há uma redução significativa da mortalidade infanto-juvenil; e um aumento rápido da esperança de vida, que se espera passe de 70,8 anos em 2000 para 74,4 em 2020. As projecções para 2020 apresentadas e realizadas pelo IESE, no estudo já referido, correspondem à extrapolação condicionada das tendências verificadas entre 2000 e 2010 para cada grupo etário representado.

Gráfico 4 – Pirâmides populacionais em 2000, 2010 e 2020 da população de Cabo Verde

Fonte: INECV, Censos 2000 e 2010. Projecções para 2020 do IESE (2012), pág. 27

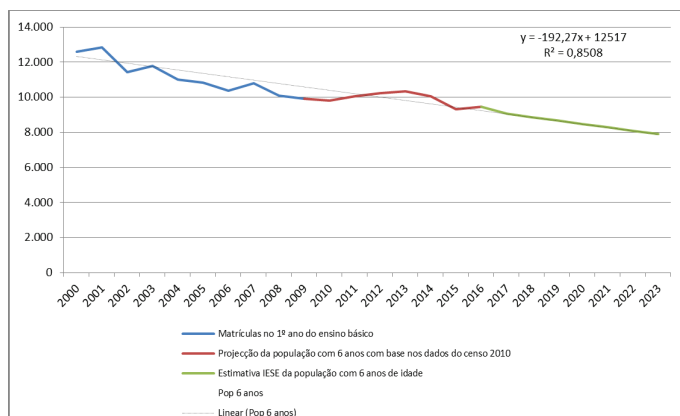
As pirâmides etárias decenais representadas na figura anterior, embora não correspondam a projecções oficiais e formais da população, são particularmente relevantes para a percepção do tipo de problemas com que a gestão do mercado de trabalho e do sistema de emprego e de educação e formação profissional se deverá deparar:

- Os problemas de adaptação gerados por uma geração nascida entre a última metade da década de 80 e 1995, que pressionou o sistema de ensino básico na década de 2000, que está agora a pressionar o sistema de ensino e formação de nível secundário e a entrar no mercado de trabalho provavelmente sem qualificação suficiente e/ou adequada;

- Um aumento gradual de trabalhadores mais idosos (acima dos 40 anos) que tradicionalmente eram um grupo residual na estrutura da população do País.

O Gráfico 5 apresenta uma estimativa provisória da população na idade de entrada no sistema de ensino (6 anos). Os dados entre 2000 e 2010 são baseados no número de novas matrículas no primeiro ano do ensino básico e a projecção da dimensão das coortes entre 2011 e 2016 foi sido feita com base nas taxas de sobrevivência implícitas no exercício de projecção da população de 2008 elaborado pelo INE. No conjunto estas opções técnicas podem conduzir a resultados com algum grau de imprecisão, mas parece evidente que dificilmente se poderá recusar a hipótese que assumimos de que nos encontramos em presença de um fenómeno de rápida redução da natalidade, com efeitos directos no planeamento o do sistema educativo e a prazo (15 a 20 anos) na dimensão da população total.

Gráfico 5 – População com 6 anos de idade entre 2000 e 2010 e projecção para 2023



Fontes: INECV, Censos 2000 e 2010; Anuários da Educação 2001 a 2011; Projeção IESE para 2011 a 2016 com base nas “coortes” registadas no Censo de 2010; Projeção IESE (2012) de 2017 a 2023, pág. 28.

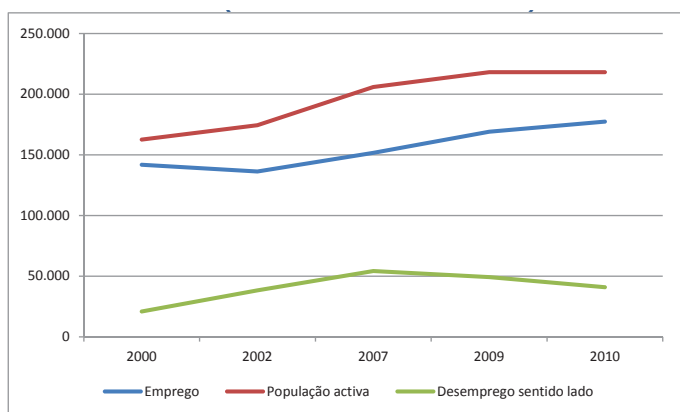
As “coortes” populacionais que darão entrada no sistema de ensino básico terão em 2023 uma dimensão próxima dos 8.000 alunos, quando em 2000 se registavam pouco cerca de 13.000 novas matrículas.

Os mecanismos de transição de regime demográfico e educativo serão transmitidos da seguinte forma ao mercado de trabalho:

- aumentarão as taxas de actividade, sobretudo entre as mulheres;
- registar-se-á uma rápida redução das taxas de actividade entre os jovens até aos 20 anos, resultante da moratória educativa, o que significa uma maior pressão sobre o sistema de ensino e formação de nível secundário e superior;
- aumentará a participação no mercado de trabalho de trabalhadores acima dos 40 anos, fenómeno novo em Cabo Verde com esta expressão quantitativa.

O Gráfico 6 apresenta os dados disponíveis sobre a evolução na última década da população activa, do emprego e do desemprego em sentido lato (população activa menos emprego) em Cabo Verde.

Gráfico 6 – Evolução da população activa, do emprego e da população sem emprego em Cabo Verde (2000, 2002, 2007, 2009 e 2010)



Fontes: OIT, Economically Active Population, Estimates and Projections (6th edition, October 2011), INECV dados sobre o emprego, tratamento de dados IESE (2012), pág. 30

Detalhando os dados relativos ao emprego e desemprego e de acordo com os dados do Censo de 2010, 335.692 pessoas encontravam-se em idade activa, representando 68% da população total, das quais 49.2% eram do sexo masculino e 50.8% do sexo feminino.

Quadro 1 – População em idade activa - situação perante o emprego

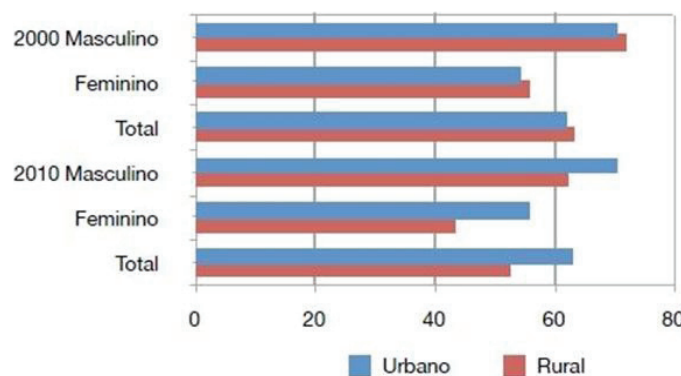
Grupo etário	Actividade Económica											
	Pop. activa ocupada			Pop. desempregada			Pop. inactiva			Total		
	Sexo			Sexo			Sexo			Sexo		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
15-24	21750	14486	36236	4887	4949	9836	30351	35542	65893	56988	54977	111965
25-64	75961	60169	136130	5725	5555	11280	13983	30988	44971	95669	96712	192381
65+	2864	2067	4931	38	14	52	9481	16882	26363	12383	18963	31346
Total	100575	76722	177297	10650	10518	21168	53815	83412	137227	165040	170652	335692

Fonte: INE, Censo 2010

De acordo com os dados de 2010, 60.9% da população do sexo masculino encontrava-se ocupada, 6.55% desempregada e 32% inactiva. Do sexo feminino, 45% da população encontrava-se ocupada, 6.2% desempregada e 48.9% inactiva. A população activa cresceu 19.3% em dez anos. Em 2010, 89% do total da população activa estava ocupada e 10.7% desempregada. Relativamente à população inactiva, uma parte significativa era constituída por estudantes que, numa proporção de 30%, responderam, no Censo de 2010, não terem procurado um trabalho por estarem a estudar. Por outro lado, as responsabilidades familiares (13.2%) contribuem grandemente para a formação da população inactiva. É de realçar que, para cerca de 4% dos inactivos, a falta de trabalho adequado foi o motivo principal para se encontrar nessa situação.

Ao comparar os Censos de 2000 e 2010, é evidenciado que nesse período a participação da população feminina do meio rural diminuiu no mercado de trabalho. Em 2010, os dados do Censo apontam para uma taxa de actividade superior no meio urbano do que no meio rural, devido ao aumento da força de trabalho feminino urbano. A participação dos homens no mercado de trabalho sofre uma diminuição muito ligeira.

Gráfico 7 - Taxa de actividade por sexo e meio de residência em 2000 e 2010



Fonte: INE, Censo 2000 e 2010

A explicação para este fenómeno poderá ser a maior taxa de escolarização, principalmente da população feminina rural, na sequência da expansão do ensino secundário.

Relativamente à taxa de ocupação, os dados desagregados por sexo e meio de residência, mostram que entre o ano 2002 - 2010 (vide Quadro 2) aumentaram o número de mulheres trabalhadoras, mas os homens cabo-verdianos continuam a ter maior presença no mercado de trabalho. Entretanto, as mulheres têm integrado o mercado de trabalho com maior dinâmica do que os homens.

Quadro 2 - Relação da taxa de emprego/ população, 15 anos ou mais (%), por sexo e meio de residência, 2000 - 2010

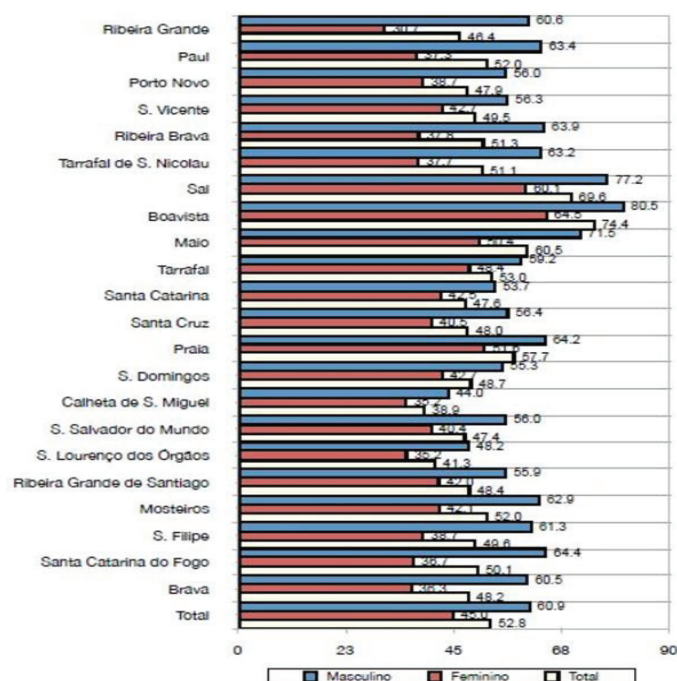
Sexo e meio	2000	2002	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homem	69.1	61.1	57.7	62.3	58.4	65.8	59.4	63.7
Mulher	52.6	45.7	46.4	45.8	44.1	51.5	46.8	49.6
Urbano	58.2	52.8	48.6	56.8	53.1	55.3	53.3	58.9
Rural	63.5	53.1	56.0	49.3	47.6	60.8	52.1	52.5
Total	60.4	52.9	51.7	53.8	50.9	58.0	52.8	56.6

Fontes: RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005, 2008; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010

Do ponto de vista de geração de emprego existem grandes disparidades regionais. A actividade turística é visivelmente o maior impulsionador de criação de postos de trabalho, sendo as ilhas de Sal e Boa Vista as de crescimento mais dinâmico, contra os concelhos tradicionalmente agrícolas.

Na sequência da transformação da mentalidade com o modo de vida urbano, o que favorece a integração da mulher no mundo do trabalho, as zonas urbanas contam com maior percentagem de mulheres trabalhadoras, enquanto que nas zonas rurais ou periféricas como Ribeira Grande de Santo Antão, Paul, Santa Catarina de Fogo ou Brava, a participação das mulheres no mercado de trabalho chega a ser apenas metade da dos homens.

Gráfico 8 - Relação da taxa de emprego/ população de 15 anos ou mais por concelho (%) 2000-2010



Fonte: Censo 2010, INE

Os dados disponíveis permitem ainda uma distribuição do emprego por sector e ramo de actividade, a qual é apresentada no Quadro seguinte.

Quadro 3 - Distribuição do emprego, por sector e ramo de actividade, 2002-2010

	Empregos			Estrutura do emprego		
	2002	2007	2010	2002	2007	2010
Sector Primário	29.832	31.042	23.600	21,9%	20,5%	13,3%
Agricultura, Produção Animal e Pescas	28.333	27.410	21.649	20,8%	18,1%	12,2%
Indústrias Extractivas	1.499	3.632	1.951	1,1%	2,4%	1,1%
Sector Secundário	24.694	33.552	40.356	18,1%	22,1%	22,8%
Indústrias Transformadoras	9.337	10.713	12.514	6,9%	7,1%	7,1%
Electricidade e água	1.654	1.922	1.393	1,2%	1,3%	0,8%
Construção	13.703	20.917	26.449	10,1%	13,8%	14,9%
Sector Terciário	81.670	86.986	113.342	60,0%	57,4%	63,9%
Comércio e Reparação de Veículos	23.232	26.864	30.339	17,1%	17,7%	17,1%
Hoteleria e Restauração	3.136	4.664	7.776	2,3%	3,1%	4,4%
Actividades Financeiras	784	1.771	1.670	0,6%	1,2%	0,9%
Transportes e Comunicações	7.762	9.971	12.041	5,7%	6,6%	6,8%
Administração Pública	19.284	17.177	28.291	14,2%	11,3%	16,0%
Educação e Saúde	12.260	9.496	14.664	9,0%	6,3%	8,3%
Outros Serviços	9.568	8.173	7.850	7,0%	5,4%	4,4%
Famílias com Empregados Domésticos	4.962	7.884	10.165	3,6%	5,2%	5,7%
Organismos Internacionais	683	985	545	0,5%	0,7%	0,3%
Total	136.196	151.580	177.297	100,0%	100,0%	100,0%

Fontes: IDRF, 2002; QUIBB, 2007; Censo 2010. Tratamento de dados IESE (2012), pág. 31

Os dados apresentam uma evidente terciarização da economia de Cabo Verde, embora com um reforço significativo do emprego no sector secundário, que não pode deixar de ser assinalado como um sinal importante de que a economia do País está (pelo menos até 2010) a verificar um processo de diversificação com algum significado, sobretudo na medida em que, embora o crescimento do sector secundário seja feito essencialmente à custa do aumento do emprego na construção, as indústrias transformadoras apresentam algum crescimento que não é despidendo.

Os ramos de actividade com maior peso na economia são, por esta ordem, o comércio, a administração pública e a construção, embora a agricultura, a educação e a saúde (com uma muito forte componente de emprego público) e a indústria transformadora tenham também um papel de relevo; estes seis ramos de actividade absorvem 75% do emprego total em 2010.

No entanto, a observação do crescimento anual médio do emprego por ramo de actividade permite uma leitura mais precisa das dinâmicas em curso. O Quadro 4 apresenta as taxas médias de crescimento anual para os períodos entre as três observações utilizadas do emprego por ramo de actividade. Nesta perspectiva, constata-se o muito rápido e consistente crescimento do ramo da hotelaria e restauração que apresenta crescimentos anuais de 2 dígitos entre 2002 e 2010. Da mesma forma que o sector financeiro apresenta taxas anuais de crescimento do emprego muito próximas de 10% e a construção em média tem registado taxas de crescimento acima de 8%.

É igualmente positivo que os transportes, a indústria transformadora e o comércio ao longo da década tenham registado crescimentos médios do emprego com relevo. Com um relevo ambivalente regista-se também o crescimento significativo da Administração Pública, quer directamente quer através do ramo da Educação e Saúde.

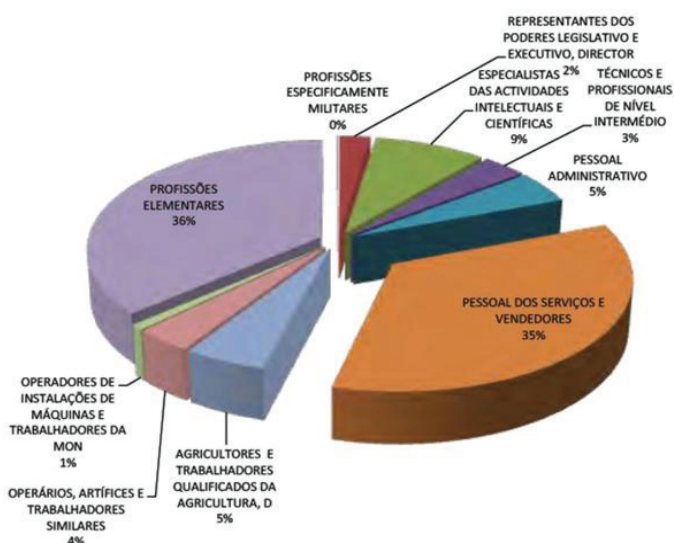
Quadro 4 - Taxa média de crescimento anual do emprego, por sector e ramos de actividade, 2002-2010

	2002-2007	2007-2010	2002-2010
Sector Primário	0,80%	-8,7%	-2,9%
Agricultura, Produção Animal e Pescas	-0,66%	-7,6%	-3,3%
Indústrias Extractivas	19,37%	-18,7%	3,4%
Sector Secundário	6,32%	6,3%	6,3%
Indústrias Transformadoras	2,79%	5,3%	3,7%
Electricidade e água	3,06%	-10,2%	-2,1%
Construção	8,83%	8,1%	8,6%
Sector Terciário	1,27%	9,2%	4,2%
Comércio e Reparação de Veículos	2,95%	4,1%	3,4%
Hotelaria e Restauração	8,26%	18,6%	12,0%
Actividades Financeiras	17,70%	-2,0%	9,9%
Transportes e Comunicações	5,14%	6,5%	5,6%
Administração Pública	-2,29%	18,1%	4,9%
Educação e Saúde	-4,98%	15,6%	2,3%
Outros Serviços	-3,10%	-1,3%	-2,4%
Famílias com Empregados Domésticos	9,71%	8,8%	9,4%
Organismos Internacionais	7,62%	-17,9%	-2,8%
Total	2,16%	5,4%	3,4%

Fontes: IDRF 2002; QUIBB 2007; Censo 2010. Tratamento de dados IESE (2012), pág. 32

O sector de serviços emprega maioritariamente mulheres. Analisando a distribuição de emprego, segundo a profissão para ambos os sexos, as profissões de operário e agricultor por exemplo são tipicamente masculinas, enquanto que a profissão de vendedor é sobretudo ocupada por mulheres. Há um número de mulheres com profissões elementares significativamente superior ao dos homens, embora e em contrapartida, o número de mulheres de profissões intelectuais e científicas seja quase o dobro do dos homens.

Gráfico 9 - Distribuição de emprego entre as mulheres, de acordo com a profissão

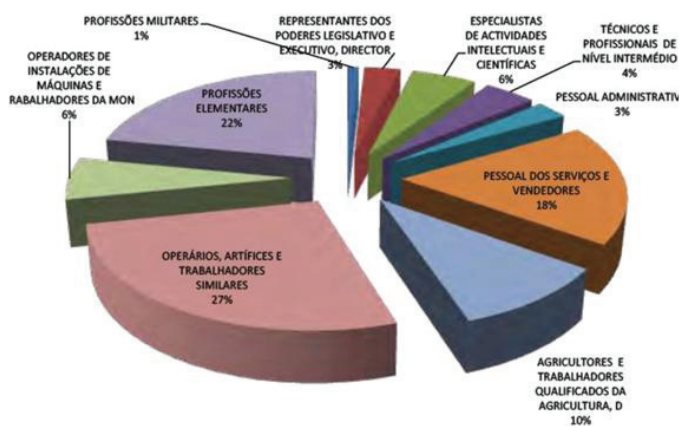


Fonte: Censo 2010, INE

A distribuição de emprego entre os homens é diferente da distribuição entre as mulheres. Há um maior número de trabalhadores operários e artífices e similares (27%), operadores de máquinas e agricultores, incluindo o pessoal técnico (10%), no seio dos homens em comparação

com as mulheres. No que diz respeito à categoria de trabalhadores de profissões elementares entre homens, o seu número é significativamente inferior ao das mulheres da mesma categoria, mas continua ainda elevado.

Gráfico 10 - Distribuição de emprego entre os homens, de acordo com a profissão



Fonte: Censo 2010, INE

Destaca-se a diminuição do número de trabalhadores na agricultura. Os dados do Censo de 2010 evidenciam o processo de reestruturação da economia e consequentemente a geração de emprego por sector. Relativamente à situação na profissão, o maior empregador é o sector privado, como se pode observar na tabela abaixo.

Quadro 5 - Situação na profissão por sexo, 2010

Situação na profissão	Sexo			
	Masculino		Feminino	
Trabalhador da Administração Pública	12892	50,4	12705	49,6
Trabalhador sector empresarial do Estado	7714	56,2	6018	43,8
Trabalhador sector empresarial privado	35466	67,9	16795	32,1
Militar / Forças Armadas	740	98,0	15	2,0
Trabalhador conta própria sem pessoal ao serviço	18803	53,0	16679	47,0
Trabalhador conta própria com pessoal ao serviço	10153	71,4	4058	28,6
Trabalhador familiar não remunerado	2978	37,9	4886	62,1
Trabalhador em casa de família	2834	25,9	8116	74,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3981	49,3	4089	50,7
Trabalhador em cooperativas / Ass. Comunitárias	1095	59,1	758	40,9
Trabalhadores em Organizações internacionais	154	54,2	130	45,8
Trabalhadores em ONG's	124	38,9	195	61,1
Aprendiz ou estagiário	345	64,5	190	35,5
Outra situação	4286	58,5	3038	41,5
Não sabe / Não respondeu	235	57,5	174	42,5
Total	101800	56,7	77846	43,3

Fonte: Censo 2010, INE

Segundo o Censo de 2010, 54,7% dos trabalhadores pertenciam ainda ao sector informal. Da população activa ocupada, 55,3% dos homens, 54% das mulheres, 47,7% do meio urbano e 73,5% do meio rural trabalhavam no sector informal. As principais razões para estes valores elevados prendem-se com a situação difícil face ao emprego: ou estão desempregados, ou não encontram emprego no sector formal.

Segundo o Relatório do Inquérito ao sector Informal, elaborado pelo INE em 2009, as unidades de produção informais (UPI) são caracterizadas pelos seguintes aspectos:

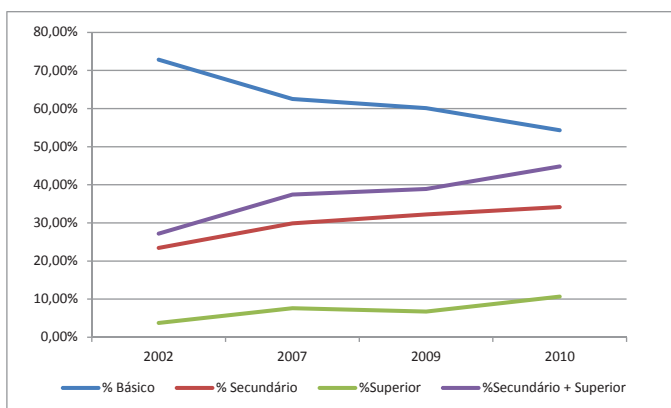
- 68,2% dos empregados do sector informal, a nível nacional, trabalham por conta própria.
- 90% são dirigidas a título de emprego principal.
- Por sector de actividade, 51,5% exercem na área do comércio, 33,9% na indústria e 14,6% em outras actividades.

- Em termos de dimensão, são pequenas, tendo em conta que o número médio de trabalhadores é de 1,3.
- A tendência recente aponta para o crescimento do sector, sendo que mais da metade (56%) das UPIs foram criadas há menos de 10 anos, das quais, 36,7% nos últimos cinco anos.

De mencionar, finalmente, que apenas 0.8% da população cabo-verdiana vivia de rendimentos de propriedade ou empresarial, evidenciando que o empreendedorismo ainda é incipiente (a taxa homóloga na União Europeia, segundo o General Entrepreneurship Monitoring de 2011, é de 25%).

No que se refere à estrutura de emprego por nível de escolaridade, a mesma apresenta características particularmente relevantes e que se podem referir a uma muito rápida transformação da estrutura de qualificações no mercado de trabalho. O Gráfico 13 apresenta os dados disponíveis relativamente à estrutura de habilitações da população empregada.

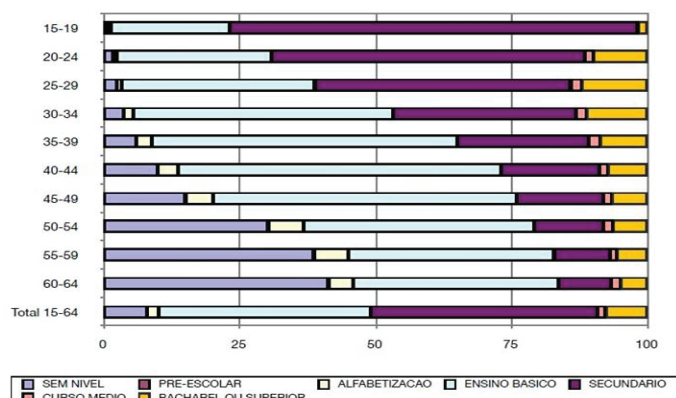
Gráfico 11 - Estrutura de habilitações dos empregados em Cabo Verde (2002-2010).



Fontes: IDRF 2002; QUIBB 2007; IESI 2009; Censo 2010. Tratamento de dados IESE (2012), pág. 33

Na faixa etária dos 15 - 19 anos, o nível de instrução é significativamente superior ao das outras faixas etárias, porque os jovens cada vez mais aproveitam a possibilidade de poderem continuar os seus estudos, em vez de integrarem o mercado de trabalho. O Gráfico a seguir apresentado ilustra muito bem as alterações nas condições e oportunidades das diferentes gerações perante a escolha de integração no mercado de trabalho, face ao prosseguimento de estudos.

Gráfico 12 - População em idade activa (15 – 64 anos) por níveis de instrução, 2010



Finalmente, importa evidenciar o comportamento do emprego em Cabo Verde em termos de produtividade aparente. Um trabalho recente do Banco Mundial³ colocava questões de forte relevância para a economia do País partindo duma análise da evolução dos salários no sector formal, utilizados aí como *proxy* da produtividade. Trata-se de uma questão que merece alguma reflexão adicional, mas que se procurou também tratar pela abordagem mais convencional das dinâmicas sectoriais da produtividade aparente (produto gerado por trabalhador, em cada ramo de actividade).

Cabe aqui uma nota adicional de precaução na leitura destes dados na medida em que se devem recordar e retomar todas as precauções decorrentes das limitações dos dados sobre o emprego a que acresce agora o facto de estarem a cruzar dados de origens diferentes e utilizando nomenclaturas de desagregação dos ramos de actividade que não correspondem a nenhuma das utilizadas na ventilação do emprego; acresce que se dispõe apenas de dois anos de observação (2002 e 2007).

Quadro 6 – Produtividade aparente por sector e ramo de actividade em Cabo Verde, em 2002 e 2007, ECV por trabalhador (2002 e 2007)

	2002	2007	TMCA	Obs.
Sector Primário	87.692,6	85.105,3	-0,60%	↘
Agricultura, Produção Animal e Pescas	86.293,7	86.535,4	0,06%	→
Indústrias Extractivas	114.138,3	74.314,5	-8,22%	↘
Sector Secundário	375.899,2	403.360,2	1,42%	↗
Indústrias Transformadoras	238.630,0	225.506,8	-1,12%	↘
Electricidade e água	955.690,1	1.116.844,4	3,17%	↗
Construção	399.458,6	428.873,6	1,43%	↗
Sector Terciário	281.292,7	383.333,6	6,39%	↗
Comércio e Reparação de Veículos	239.294,8	265.161,8	2,07%	↗
Hotelaria e Restauração	385.009,6	737.506,7	13,88%	↗
Actividades Financeiras	1.249.114,8	820.865,8	-8,05%	↘
Transportes e Comunicações	943.998,4	901.904,1	-0,91%	↘
Administração Pública	188.046,3	338.376,0	12,47%	↗
Outros Serviços	129.374,6	194.168,8	8,46%	↗
Total	256.040,9	326.691,9	4,99%	↗

Fontes: IDRF 2002; QUIBB 2007; Banco de Cabo Verde (2012), Boletim de Estatísticas – 20 anos. Tratamento e adaptação de dados IESE (2012), pág. 35

Os resultados apresentados são consistentes com o que se tem vindo a concluir das diferentes análises parciais da evolução da economia e do emprego em Cabo Verde:

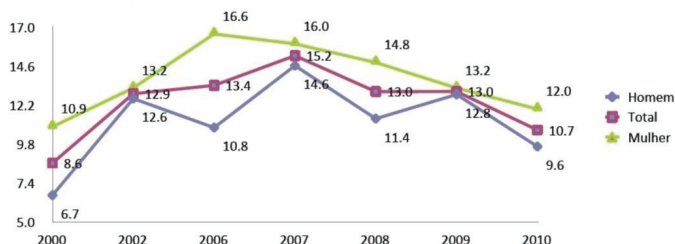
- crescimento verdadeiramente impressionante da produtividade no sector da hotelaria e restauração, num registo de crescimento de quase 14% ao ano que merece óbvia reflexão e aprofundamento em sede de discussão da prospectiva do País;
- crescimento do produto por trabalhador no sector público (medido pela despesa), o que significa que o crescimento verificado tem origem no aumento dos salários (assinalado pelo estudo do Banco Mundial referido) e como consequência o aumento da carga fiscal ou do endividamento público;
- aumento global da produtividade na economia, assinalável com um crescimento anual de 5% entre 2002 e 2007; porém, dos onze ramos de actividade que foi possível apurar para esta análise, cinco apresentam uma evolução negativa ou estável no período.

³Cf. Banco Mundial (2010), Relatório Cabo Verde: Avaliação Inicial do Mercado de Trabalho Formal, No. 58551-CV. 17 de Dezembro de 2010.

3.1.3. Desemprego

O desemprego continuou elevado entre 2000 e 2010. De salientar que o ano 2000, com uma taxa de 8.6%, é um ano especialmente baixo em termos de desemprego. No ano 2002 o desemprego aumenta e a partir daí, ao longo de 8 anos (até 2010) vai oscilando, mostrando uma ligeira tendência para diminuir. Em 2010 atinge a taxa mais baixa dos últimos 8 anos, com 10.7%. O desemprego masculino e feminino tem-se comportado de forma diferente, contudo o número de mulheres desempregadas foi sempre superior ao dos homens.

Gráfico 13 - Evolução da taxa de desemprego(%) por sexo, 2000-2010

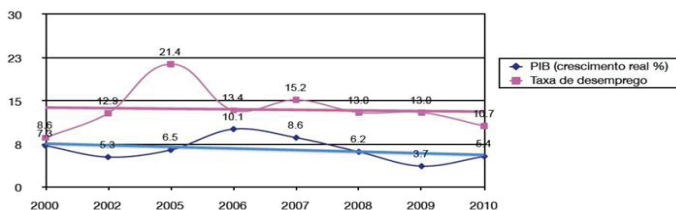


Fonte: RGPH 2000; IDRF 2001/2002;

- Inquérito ao Emprego 2005, 2008; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010.

Perante a alta e persistente taxa de desemprego num período de crescimento económico extraordinário, o estudo do Banco Mundial, Cabo Verde referido na bibliografia, alerta para a probabilidade do desemprego não ser cíclica, mas sim estrutural, tendo como principal causa a rigidez do lado da oferta.

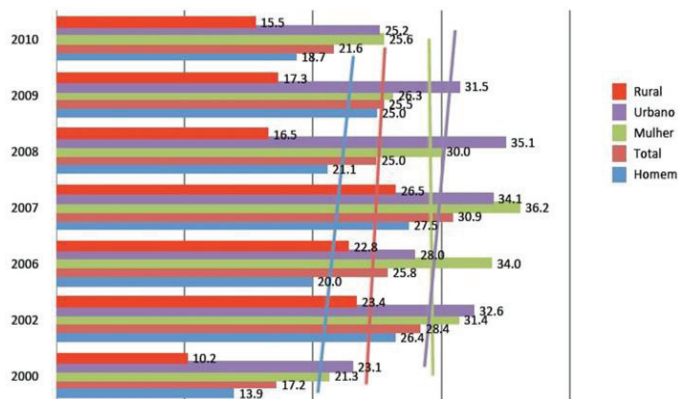
Gráfico 14 - O PIB e a taxa de desemprego, 2000-2010



Fonte: RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005, 2008; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010, Contas Nacionais, INE

Ao analisar o perfil do desempregado, de acordo com os dados do Censo 2010, o número total de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, que se encontravam no desemprego era de 21.159, correspondendo a uma taxa de desemprego de 10.7%, dos quais 50,5% eram homens e 49,5% eram mulheres. Relativamente à idade, 46.5% encontra-se na faixa etária dos 15 aos 24 anos e 31.3% encontra-se na faixa dos 25 aos 34 anos. É de referir que se verificou uma tendência de concentração dos desempregados no nível de escolaridade secundário (65.7%) contra 16.7% entre as pessoas do EBI. Cerca de 42% dos desempregados encontram-se nessa situação há mais de um ano. Por outro lado, verificou-se que apenas 7.3% dos desempregados tinha concluído um curso de nível médio, de bacharelato ou superior.

Gráfico 15 - Evolução da taxa de desemprego entre os jovens de 15-24 anos, 2000-2010

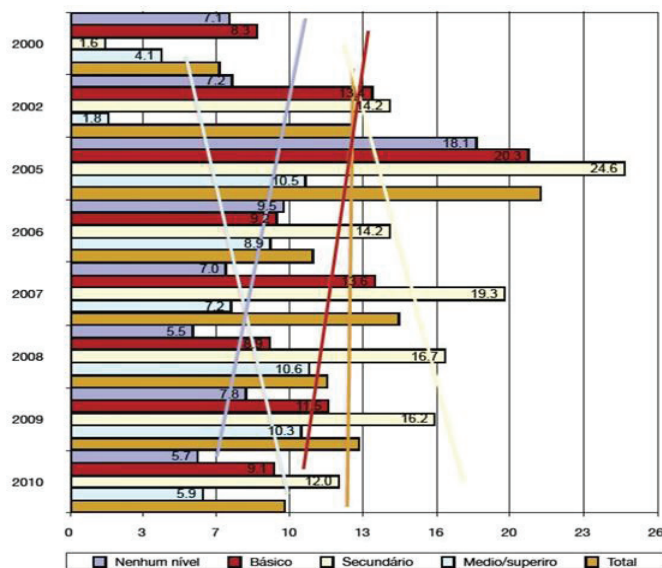


Fonte: RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005, 2008; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010, Contas Nacionais, INE

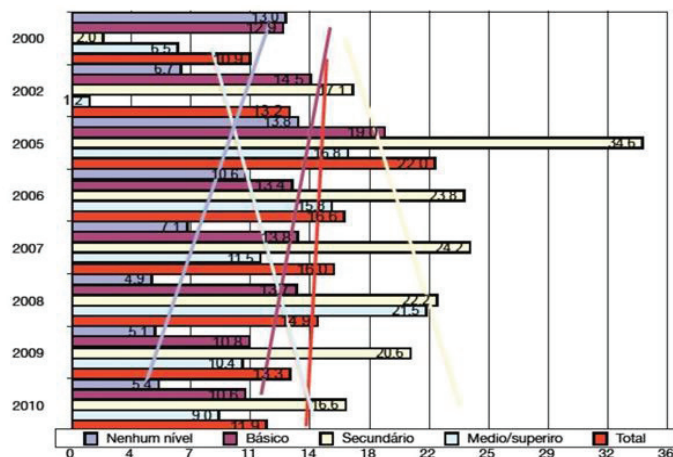
O desemprego dos homens na generalidade manteve-se elevado no período de 2000- 2010 e pode ser classificado como estável. Ao efectuarmos uma análise, por nível de instrução, o desemprego entre os homens sem instrução e com instrução do ensino básico tende a diminuir, enquanto que com o ensino secundário, médio e superior tende a aumentar, como se pode verificar no gráfico 19.

O desemprego nas mulheres no período de 2000-2010, na sua totalidade mantém-se elevado, embora se verifique uma ligeira tendência para diminuir. Por nível de instrução, o comportamento do desemprego feminino é muito semelhante ao do masculino. O desemprego entre as mulheres sem instrução e com instrução do ensino básico tende a diminuir, registando-se a mesma tendência para este grupo já verificada para os homens, ou seja, a do aumento do desemprego daqueles que possuem ensino secundário, médio e superior tende a aumentar (gráfico 20).

Gráfico 16 - Desemprego entre os homens por nível de instrução, 2000-2010



Fonte: RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005, 2008; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010, Contas Nacionais, INE

Gráfico 17 - Desemprego entre as mulheres por nível de instrução, 2000 - 2010

Fonte: RGPB 2000; IDRDF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005, 2008; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2009; RGPB 2010, Contas Nacionais, INE

3.2. Sistema de ensino e formação profissional: visão de síntese dos elementos estruturantes

3.2.1. A oferta no âmbito do sistema de ensino em Cabo Verde

A população de Cabo Verde experimentou uma evolução assinalável em termos de níveis de instrução, devido principalmente ao aumento significativo de pessoas no ensino secundário via geral. Em dez anos, de acordo com o Censo de 2010, o nível de instrução da população com 3 anos e mais apresenta as seguintes melhorias:

- a taxa de alfabetização passou de 74.8% para 82.8%;
- o ensino secundário cresceu 10.8 pontos percentuais, abrangendo no ano de 2010, 29.3% da população;
- a população com o ensino superior passou de 1.1% para 4.8%.

Os dados demonstram claramente que houve um investimento notável no sistema de ensino como resultado da política de expansão, focalizada no ensino secundário.

Ao mesmo tempo que se evidencia uma melhoria geral ao nível de instrução, são notáveis as diferenças na taxa de alfabetização entre homens e mulheres, no meio urbano e rural, assim como nas diversas regiões do País. No ano 2000, a taxa de alfabetização dos homens era de 83.5% e das mulheres 67.2%, enquanto que em 2010, de acordo com o Censo, a taxa de alfabetização dos homens subiu para 88.5% e a das mulheres para 77.3%, persistindo embora uma diferença de 11.2% a favor dos homens. Relativamente à taxa de alfabetização das mulheres em meio rural, podemos observar um extraordinário aumento de 19.4%.

A participação no ensino pré-escolar tem sido tradicionalmente baixa, devido ao facto de o Estado não garantir a sua gratuitidade. Mesmo assim, houve uma subida considerável no período em análise o que, segundo os dados do MED, representa cerca de 3.6% de crescimento anual. De acordo com as previsões do MED (RESEN 2011) espera-se atingir no final da década uma taxa de acolhimento de 100%.

De acordo com o Censo de 2010, 49.5% da população com 3 anos e mais que alguma vez frequentou um estabelecimento de ensino possui o nível básico, em que a taxa de participação dos homens é de 2.8 pontos percentuais superior à das mulheres. Esta proporção é muito divergente nas várias faixas etárias, caracterizando-se a população mais jovem por uma taxa mais favorável às mulheres.

A diminuição da proporção da população com o nível de ensino básico relativamente ao ano 2000, comparando os dois Censos, deve-se por um lado ao aumento do número de pessoas com o ensino secundário e, por outro lado à diminuição da população nessa faixa etária.

Com um extraordinário aumento para o ano 2010, de acordo com os dados do Censo, 35.9% da população com 3 anos e mais que alguma vez frequentou um estabelecimento de ensino, possui o nível secundário via geral e técnica, sendo a percentagem da via geral de 34.3% e da via técnica de 1.6%. A tabela a seguir faz um retrato da evolução da escolarização desde o pré-escolar até o nível superior.

Quadro 7 - Evolução dos principais indicadores da educação, 2000 - 2010

Indicador	2000/2001	2010/2011
Taxa de Acolhimento no pré-escolar		
3 a 5 anos	51,7%	67,7%
4 a 5 anos	67,0%	82,9%
Taxa Bruta de Acolhimento	54,3%	73,0%
Taxa de Alfabetização	74,8%	82,8%
Homens (15 a 49 anos)	83,5%	88,5%
Mulheres (15 a 49 anos)	67,2%	77,3%
Taxa Bruta de Escolarização		
Ensino Básico	116,1%	111,6%
Ensino Secundário	65,0%	77,7%
Taxa líquida de Escolarização		
Ensino Básico	95,8%	95,4%
Ensino Secundário	53,9%	66,6%
Taxa de Abandono		
Ensino Básico	2,3%	1,9%
Ensino Secundário	nd	11,9%
Efectivos de alunos no Ensino Secundário		
Total (Via Geral e Via Técnica)	44748	53691
Via Técnica	1054	1558
Efectivos de alunos no Ensino Médio	518	549
Efectivos de alunos no Ensino Superior		
Total	717	11769
Sem Instrução	17,1%	17,8%
Efectivos do corpo docente		
Ensino Básico	3214	2972
Ensino Secundário	1886	2787
Ensino Médio	49	64
Taxa de Bruta de Escolarização no Ensino Superior	1,8%	21,1%

Fonte: Anuários da Educação

O Quadro que se segue permite ainda obter uma imagem bastante precisa das tendências pesadas recentes do sistema de ensino em Cabo Verde, com dois efeitos que cabe desde logo destacar:

- Quebra consistente entre os anos lectivos de 2001/02 e 2010/11 das novas matrículas no 1º ano do Ensino Básico, que corresponde à quebra na natalidade que o País está a verificar e que, de acordo com os dados disponíveis, se irá prolongar e acentuar;

Para estes jovens, têm de ser encontradas soluções alternativas de qualificação, as quais podem passar por um alargamento da diversificação de ofertas no sistema educativo, nomeadamente com o alargamento das ofertas de dupla certificação do Ensino Técnico, mas sobretudo através do alargamento das ofertas de formação profissional inicial. Ora, como verificaremos adiante, a formação profissional inicial e contínua abrangeu em 2011 cerca de 2.800 formandos.

Quadro 8 - Alunos Matriculados no ensino básico e secundário, novas matrículas nos 1º e 7º anos e alunos aprovados no 6º e 12º anos, por ano lectivo

	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Novas mat. 1º	12.591	12.861	11.450	11.798	11.028	10.848	10.360	10.795	10.102	9.915
1º ano	12.591	12.956	11.585	11.975	11.194	11.021	10.480	10.919	10.195	10.006
2º ano	18.256	17.412	17.425	15.952	15.857	14.799	14.167	13.264	13.363	12.888
3º ano	12.621	12.940	12.547	14.264	13.520	13.636	12.853	12.455	11.696	11.688
4º ano	18.135	16.666	16.551	14.256	14.538	13.559	13.521	12.826	12.454	11.813
5º ano	13.230	12.928	12.254	13.767	12.648	13.112	12.282	12.184	11.520	11.483
6º ano	14.976	14.941	14.776	12.771	13.405	12.396	12.704	11.900	11.906	11.237
Aprovados 6º	11.745	11.755	11.653	10.620	11.400	10.795	11.269	10.638	10.496	9.933
Novas mat. 7º	10.056	10.813	10.816	11.006	10.317	10.878	10.216	10.526	10.200	10.478
7º ano	11.997	12.870	12.944	14.845	14.237	14.443	13.800	13.954	13.803	14.032
8º ano	11.470	11.722	11.115	11.029	11.653	11.600	11.360	10.951	11.293	10.972
9º ano	7.799	8.424	8.799	9.693	9.621	9.652	9.843	10.110	9.848	10.170
10º ano	7.033	7.056	7.345	6.599	6.815	6.864	7.091	7.115	7.245	6.980
11º ano	4.691	4.721	4.725	5.388	5.383	5.591	5.400	5.684	5.760	6.154
12º ano	5.065	4.729	4.862	5.117	5.260	5.315	5.545	5.367	5.454	5.383
Aprovados 12º	2.312	2.438	2.407	2.532	2.900	3.009	3.397	3.219	3.215	3.404

Fontes: Anuários da Educação. Tratamento e adaptação de dados IESE (2012), pág. 35

No que se refere às vias de ensino (geral e técnica) no Ensino Secundário, que, no caso do ensino técnico, abrange apenas os dois anos terminais do ciclo secundário de estudos, a evidência existente e apresentada no Quadro 8, permite destacar:

- que a via técnica de estudos tem um peso reduzido, representando cerca de 5% do total de alunos que iniciam estudos secundários e cerca de 12% dos alunos que se matriculam no 11º ano pela primeira vez;
- a taxa de conclusão (cerca de 50%) dos alunos que se matriculam pela primeira vez no 11º ano no Ensino Técnico, mais reduzida quando comparada com a dos alunos da via geral (que excede os 60%, em média). Assim, o grau de dificuldade será superior ao do ensino regular ou menos adequado ao tipo de público-alvo.

Quadro 9 - Alunos Matriculados nos 11º e 12º anos do Ensino Secundário por via de ensino, novas matrículas no 11º ano e alunos aprovados no 12º ano, por ano lectivo

	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Via geral	Novas 11º	4.233	4.038	4.382	4.274	4.435	4.504
	11º ano	4.841	4.654	4.826	4.702	4.924	5.002
	12º ano	4.690	4.691	4.572	4.748	4.610	4.639
	Aprov. 12º	2.334	2.692	2.700	2.990	2.912	2.847
Via Técnica	Novas 11º	507	677	676	608	678	649
	11º ano	507	677	676	608	678	649
	12º ano	327	423	560	575	569	554
	Aprov. 12º	198	208	309	407	307	368

Fontes: Anuários da Educação. Tratamento e adaptação de dados IESE (2012), pág.36

O Ensino Técnico engloba as áreas da via técnica do Ensino Secundário, que correspondem ao 12º ano de escolaridade, mais a formação profissional especializada pós secundária, que corresponde o Ano Complementar Profissionalizante (ACP). Os cursos do Ensino Técnico são de dupla certificação, correspondendo ao diploma de Ensino Secundário e a um diploma de qualificação profissional de nível 4.

As áreas oferecidas para cursos técnicos permanecem praticamente as mesmas nos últimos anos e só existem em Escolas Técnicas, localizadas em três Ilhas a saber: S. Vicente, Santiago e S. Antão. Santiago acolhe duas das escolas, uma na Praia e outra em Assomada. Os principais cursos são “Contabilidade e administração”, “Construção civil”, “Electrotecnia e electrónica” e “Informática de gestão” que estão presentes em todas as escolas, e o de “Artes gráficas” que apenas existe na Escola do Mindelo, e “Mecanotecnica” que existe nas escolas do Mindelo e Assomada.

As ofertas formativas no Ensino Técnico devem assim ser mais diversificadas, quer em termos geográficos quer em termos de áreas de formação ministradas, aspecto que também justificará a fraca adesão a estes cursos. O facto da formação do Ensino Técnico não envolver componente prática em contexto de trabalho, nomeadamente estágio, levou a que essa lacuna fosse colmatada pela via da inclusão de um ano adicional, o ACP, neste caso já sem dupla certificação e apenas atribuindo nível de qualificação (nível 5) de acordo com o QNQ.

O Ano Complementar Profissionalizante (ACP) constitui-se como uma oferta complementar de ensino profissionalizante para alunos que concluíram o 12º ano de escolaridade, ministrado em escolas técnicas como suplemento ao Ensino Técnico. Tratando-se de uma oferta recente, o ACP tem uma muito pequena expressão, quer em termos das saídas profissionais (apenas 3 cursos), quer em termos do número de alunos matriculados. A cobertura sectorial dos cursos oferecidos é reduzida mesmo quando comparada às áreas existentes na via técnica e não está disponível para todas as áreas dessa via de ensino. Desde a sua criação, a percentagem de frequência mais elevada foi de 15% no ano lectivo 2009/10, percentagem essa que decresceu em 2010/11 passando aos 11%.

Este modelo de oferta profissionalizante, que se apresenta como um instrumento de complemento formativo para os alunos da via técnica do Ensino Secundário (em apenas um ano se pode proporcionar uma oferta vocacional específica), necessita de maior amplificação e adesão, registando-se até ao momento uma de alguma forma fraca adesão, que resultará do facto de a oferta estar disponível apenas para três áreas de formação, e eventualmente devido à existência dos CESP oferecidos no Ensino Superior, que atribuem um grau de qualificação e são creditadas para efeitos de prosseguimento de estudos no Ensino Superior. Exige-se pois, o alargamento da gama de cursos, devendo esta de ir de encontro a segmentos dinâmicos da procura de trabalho, designadamente na área dos serviços (turismo e empresas) que devem corresponder a uma expansão natural dos estudos secundários.

Quadro 10 – Alunos matriculados no Ano Complementar Profissionalizante (ACP)

Ano de estudo	Gestão Comercial	Inst. Eléctricas	Técnico de Obra	Total
2007/2008	24	29		53
2008/2009	33	29		62
2009/2010	66	28	16	110
2010/2011	23	36	17	76
Total	136	122	33	301

Fontes: Anuários da Educação. Tratamento e adaptação de dados IESE (2012), pág. 37

No âmbito do subsistema educativo existe, ainda, um conjunto de ofertas de formação profissional, realizadas quer nas Escolas técnicas quer nas Unidades Formativas criadas nas Escolas secundárias e quer ainda nos centros concelhios, sob tutela da Direcção Geral de Educação e Formação de Adultos.

As Unidades Formativas, nas quais se ministram os cursos de formação regulados pelo Regime Jurídico da Formação Profissional (RJFP), constituem uma outra modalidade de formação profissional enquadrada no âmbito do sistema educativo, que está a ser desenvolvida em escolas secundárias da via geral. São ministrados cursos com a duração de um ano, para jovens até aos 25 anos, com pelo menos o 8º ano, que abandonaram ou estão em risco de abandono da escola. Esses cursos podem ser de nível 2 ou 3 de qualificação. Estas Unidades Formativas permitem fazer chegar a formação de qualificação inicial, mesmo onde as estruturas do IEFP não chegam, alargando a base de entidades promotoras e permitindo encontrar mais uma alternativa para os jovens que abandonam o sistema educativo sem concluir o Ensino Secundário e sem possuírem qualquer nível de qualificação.

Actualmente, existem 11 Unidades Formativas nas diversas Escolas secundárias do País, cobrindo as Ilhas de S. Nicolau, S. Antão, Santiago, Brava, Fogo, Sal e Maio. Na análise das áreas oferecidas ou das famílias profissionais correspondentes, constata-se que a agropecuária é das áreas com maior número de acções de formação (9 acções) realizadas num universo de 17. Foram ainda oferecidos 3 cursos de recepção, dois de animação desportiva e um de instalação e manutenção. Trata-se de uma oferta que poderá vir a ter expressão importante se integrar uma estratégia de recuperação dos alunos que saem por ano do sistema educativo sem qualificação.

O sistema educativo dispõe ainda de ofertas de educação extra-escolar, ministradas pela DGEFA. Estas integram a dimensão alfabetização com a “Educação básica de Adultos”, a recuperação com o “Ensino Recorrente” (englobando o 7º e 8º ano) e a “Animação Comunitária”. A sua integração no SNQ pode constituir-se como elemento importante de alavancagem quer das ofertas formativas (referenciais de formação) do SNQ para os níveis 2 de qualificação quer para o próprio sistema de educação e formação de adultos que tem a vantagem de já se organizar por unidades de competências apresentando uma filosofia próxima à do SNQ.

A estrutura curricular do Ensino Básico de adultos organiza-se num plano sequencial de três anos, assumindo o princípio

de alternância entre a formação técnica e académica. A formação profissional considerada de base, ministrada neste subsistema percorre as três fases, compreendendo em cada uma delas 320 horas técnicas e 320 de formação académica nas áreas profissionais contempladas, no que configura um percurso de dupla certificação. As áreas contempladas neste tipo de formação têm sido praticamente as mesmas ao longo dos últimos anos, ocupando profissões que não requerem apenas um nível de qualificação de I ou II: Artes domésticas; Artesanato; Carpintaria/ Marcenaria; Mecânica - Auto/ Bate Chapa/ Reparação; Cabeleireiro/ Barbeiro; C. Civil/ Pedreiro/ Canalização/ Electricidade; Sapataria, Geradores de Alimentos (Avicultura/ Suinicultura); Electrotecnia; Panificação, Manipulação de Alimentos, Informática Básica; Pesca; e Condução. Trata-se, pois, de ofertas associadas ao tipo de profissões exercidas pelos alunos adultos, muitos deles já inseridos no mercado de trabalho ou com experiências profissionais anteriores. Esta formação pode ser o ponto de partida para a refundação da formação de adultos (inicial ou contínua), centrada na reconversão profissional e na produção de qualificações mais baixas para o mercado de trabalho, com uma oferta ancorada em alguns dos referenciais do SNQ como evoluções das ofertas tradicionais da DGEFA. Efectivamente, um sistema organizado de formação de adultos com vista à qualificação dos que já estão inseridos no mercado de trabalho, deverá constituir-se um elemento central na Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Cabo Verde.

3.2.2. A oferta de formação profissionalizante no âmbito do Ensino Superior

Com um crescimento assinalável em termos de número de alunos, diversidade de instituições e até de ofertas, o Ensino Superior tem de ser igualmente analisado, sobretudo se tivermos em conta que as Universidades têm paulatinamente vindo a introduzir nas suas ofertas cursos de cariz profissionalizante quer ofertas de formação de carácter modular e muito especializadas quer [caso da Universidade de Cabo Verde (UNICV)], através dos Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP) que conferem um Diploma de Estudos Superiores Profissionais.

No caso concreto dos CESP, embora se trate de uma oferta recente iniciada apenas na UNICV, tem-se verificado uma expansão mais rápida de alunos matriculados do que aquela que se verifica no Ano Complementar Profissionalizante oferecido pelas Escolas Técnicas. Na medida em que se trata de uma oferta ancorada no Ensino Superior, simbolicamente mais valorizada, beneficia das sinergias operadas na própria Universidade e acaba por captar mais alunos por essa razão. A duração dos CESP – entre 16 e 24 meses – oferece, por outro lado, um potencial de qualificação que, sendo inferior ao do Ensino Superior, se apresenta em termos de mercado de formação como um valor acrescentado importante. Trata-se, ainda de ofertas de dupla certificação, na medida em que conferem creditação para acesso ao Ensino Superior e prosseguimento de estudos ao mesmo tempo que conferem uma qualificação profissional de nível 5 à luz do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

A oferta de CESP apresenta um considerável dinamismo e estará em vias de se estender às universidades privadas, como a Universidade de Santiago, já no próximo ano lectivo. A análise das áreas de formação oferecidas pela UNICV permite verificar que há um alargamento entre anos lectivos e uma tendência para a não repetição alargada em anos sequenciais: apenas metade das ofertas se repetem, o que é uma medida que permite uma gestão elevada das expectativas em torno dos CESP uma vez que é tendencialmente propiciadora da empregabilidade. Estão cobertos diversos sectores de actividade e famílias profissionais, nomeadamente a construção, a agricultura, a instalação e manutenção de equipamentos, as TIC, o turismo, a saúde e a área social. As ofertas propriamente ditas apelam a perfis com elevado nível de tecnicidade e bastante inovadores no quadro do mercado de formação em Cabo Verde.

Quadro 11 - Áreas de formação dos CESP oferecidos pela Universidade de Cabo Verde

Áreas oferecidas em 2011/12	Áreas oferecidas em 2012/13
<ul style="list-style-type: none"> ➢ Micro Irrigação e Novas Tecnologias Agrícolas ➢ Gestão e Acompanhamento de Obras ➢ Manutenção de Equipamentos Hospitalares e Hoteleiros ➢ Bio diagnóstico ➢ Performance Musical ➢ Guia de Turismo ➢ Empreendedorismo e Novas Tecnologias de Negócios ➢ Desenvolvimento Social e Comunitário ➢ Instalação e Manutenção de Equipamentos de Energias Renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Instalação e Manutenção de Equipamentos de Energias Renováveis ➢ Técnico em Eletrónica e Telecomunicações ➢ Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos ➢ Técnico em Extensão Rural ➢ Gestão Ambiental e Tratamento de Águas Efuentes ➢ Guia de Turismo ➢ Desenvolvimento Social e Comunitário ➢ Performance Musical

Fonte: Anuários da Educação e Anuário do Ensino Superior. Tratamento e adaptação de dados IESE (2012), pág.42

O alargamento às universidades privadas propiciará a consolidação desta oferta e ao mesmo tempo a sua diversidade.

A distribuição do número de alunos por curso evidencia que efectivamente há a preocupação de alguma diversidade e de aproximação às áreas de actividade económica privilegiadas nos “clusters” para o desenvolvimento estratégico de Cabo Verde, como sejam as actividades do mar, turismo, agricultura, energias renováveis e áreas transversais associadas às TIC. Contudo, a oferta que mais foge a esta perspectiva – desenvolvimento social e comunitário – concentra a maior proporção de alunos, sendo também a área onde o esforço de formação é menos dispendioso.

Quadro 12 – Alunos matriculados nos CESP

	1º ano	2º ano
2008/2009	232	
2009/2010	221	212
2010/2011	288	418

Fonte: Anuários da Educação e Anuário do Ensino Superior. Tratamento dados IESE (2012), pág. 43

Quadro 13 – Número de Alunos, por CESP

Cursos	Nº de alunos
Desenvolvimento Social e Comunitário	132
Bio-diagnóstico	51
Empreendedorismo e novas tecnologias nos negócios	24
Gestão e acompanhamento de obras	51
Guia Turístico	44
Inspeção Fito-Zoo sanitária	31
Instalação e Manutenção de Redes Informáticas	42
Instalação e Manutenção de equipamentos hospitalares e hoteleiros	30
Instalação e Manutenção de Equipamentos de energias renováveis	56
Micro irrigação e novas tecnologias agrícolas	49
Técnicas de Contabilidade	58
Técnicas e Procedimentos de Administração Pública	22
Topografia e desenho assistido por computador	28
Marinheiro para a marinha de comércio	22
Marinheiro para a marinha de pesca	32
Motorista	34

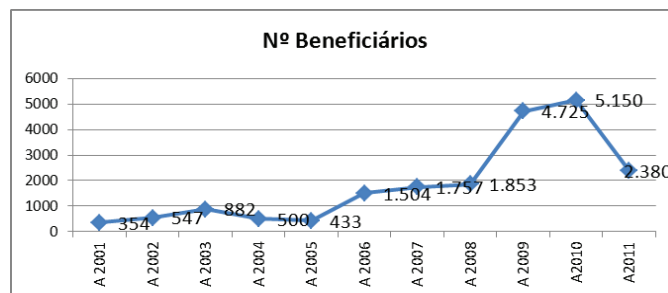
Fonte: Anuário do Ensino Superior 2010-2011. Adaptação IESE (2012), pág. 44

3.2.3. A Oferta de Formação Profissional

De acordo com o artigo 7º do RJGFP, existem como principais tipos de formação profissional a formação inicial, a formação em exercício e a formação contínua. O mesmo diploma no seu art.º 15 estabelece que a formação profissional pode revestir-se de modalidades diferenciadas (iniciação, qualificação, aperfeiçoamento, reconversão e especialização), que podem ser implementadas com a utilização de metodologias de formação presencial ou a distância. Estabelece, ainda, que a formação inicial abrange a qualificação profissional e a iniciação profissional.

Do ponto de vista dos instrumentos normativos e reguladores o quadro da formação profissional encontra-se bastante desenvolvido em Cabo Verde. A oferta de formação profissional inicial e contínua é gerida e coordenada pelo IEFP que dispõe de uma rede de entidades públicas e privadas que se constituem como promotores de formação: Centros de Emprego e Formação Profissional, Centros de Formação Profissionais privados, Escolas Técnicas públicas e privadas, Escolas Secundárias com unidades formativas, Universidades, Câmaras de Comércio, ONG e empresas de formação.

Gráfico 18 - Nº de beneficiários de acções de formação profissional registadas no IEFP, por ano

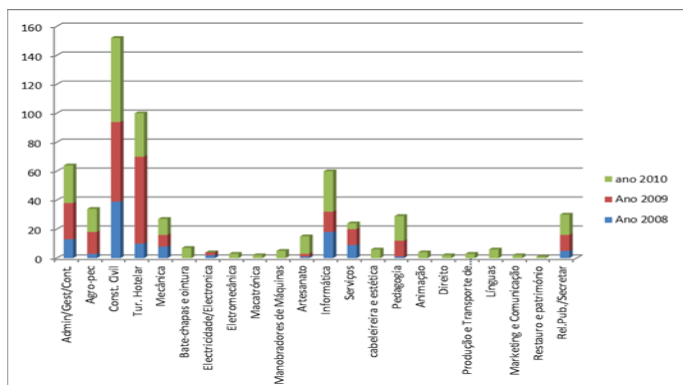


Fonte: IEFP, Relatório Anual de Actividades, 2011

A evolução da oferta de formação por áreas ilustra alguma diversificação, ainda que as novas áreas introduzidas resultem num número muito limitado de acções, mantendo-se o predomínio dos cursos ligados à construção civil, ao turismo e hotelaria e à informática. Dentro das áreas consideradas prioritárias para o País, destaca-se a redução da formação realizada na área do turismo e alguma formação em áreas técnicas como a mecânica e a mecatrónica e, ainda, na área da energia. Por seu turno, surgem também acções em áreas pertencentes à fileira do turismo como a animação e o património. A construção civil é a área que recolhe maior investimento.

Os dados de 2011 constantes no Relatório de Actividade do IEFP encontram-se organizados por famílias profissionais do SNQ e não por áreas de formação, razão pela qual são apresentados separadamente. Contudo, permanece a concentração da oferta em áreas da construção civil, Turismo, hotelaria e restauração e, ainda, administração e gestão. Num segundo plano, TIC e educação e, ainda, agricultura e Instalação e manutenção.

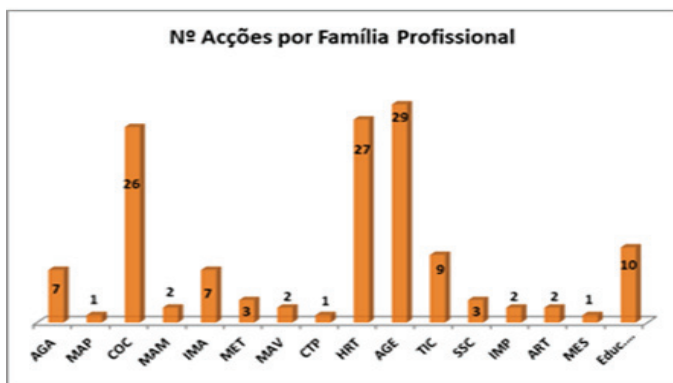
Gráfico 19 - Distribuição das acções de formação registadas no IEFP, por áreas de formação, 2008-2010



Fonte: IEFP, Relatório Anual de Actividades, 2010

O número de beneficiários por família profissional demonstra que 63,4% dos formandos, cerca de 1510 dos 2380 formados em formação em 2011, se situam naquelas três grandes áreas/famílias: construção, hotelaria e restauração e administração e gestão e que a diversificação se faz através da introdução de uma ou duas turmas nas áreas de formação menos representadas.

Gráfico 20 - Distribuição das acções de formação realizadas em 2011, por família profissional



Fonte: IEFP, Relatório de Actividades, 2011.

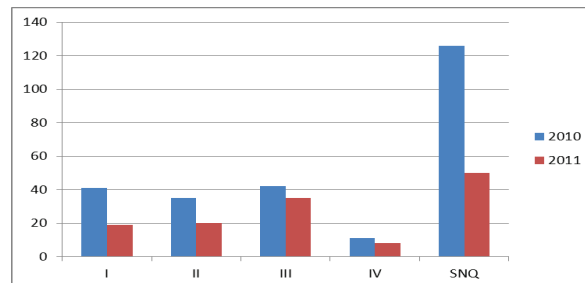
Sendo certo que a distribuição das acções e número de formandos por famílias profissionais são indicadores importantes, não menos relevante é a distribuição da formação realizada por níveis de qualificação, uma vez que esta nos dá uma aproximação mais fina ao tipo de perfis que estarão a ser formados pelo sistema.

A comparação dos dois últimos anos disponíveis demonstra que a maior parte das acções realizadas não confere nível de qualificação profissional, ainda que a proporção de acções sem nível de qualificação tenha diminuído em 2011, o mesmo se prevendo para 2012. Entre aquelas que conferem nível, a maior concentração situa-se no nível III, tendo-se reduzido entre os dois anos o peso relativo das formações que conferem níveis I e II de formação.

No Plano de 2012 surgem já algumas ofertas de nível V, ainda que residuais, mantendo-se a maior relevância das formações de nível III. Não se dispõe do cruzamento do nível de formação por tipos de formação; no entanto, é de admitir que o essencial das acções sem nível de qualificação atribuído corresponda a acções de formação contínua. Uma análise comparativa dos dois últimos anos, não só demonstra a predominância da formação inicial, como corrobora aquela interpretação para o ano de 2011.

Por fim, regista-se também uma expressão diminuta de formação que atribui o nível IV de formação, que se mantém previsivelmente em 2012, aspecto a corrigir no sentido de fazer melhor corresponder o sistema de formação às necessidades projectadas para o mercado de trabalho para a maioria dos sectores de actividade económica.

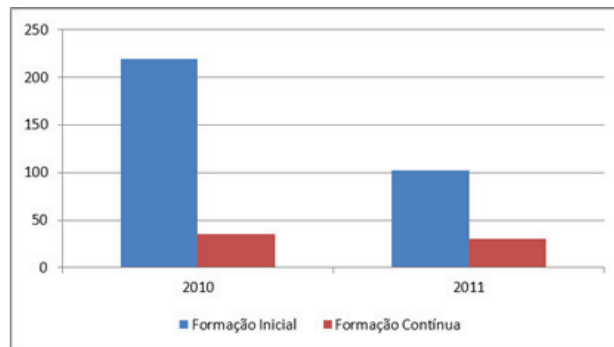
Gráfico 21 - Distribuição da formação realizada em 2010 e 2011 por nível de formação



Fonte: IEFP, Relatório Anual de Actividade de 2010 e 2011.

Outro dado de análise significativo é o do peso reduzido da formação contínua no esforço de formação realizado. Tendo em conta que a taxa de desemprego jovem (21,3% em 2010) é elevada e que muitos destes jovens não possuem qualquer qualificação profissional, torna-se evidente que o esforço de formação deve ser distribuído por diferentes tipos de entidades formadoras especializadas.

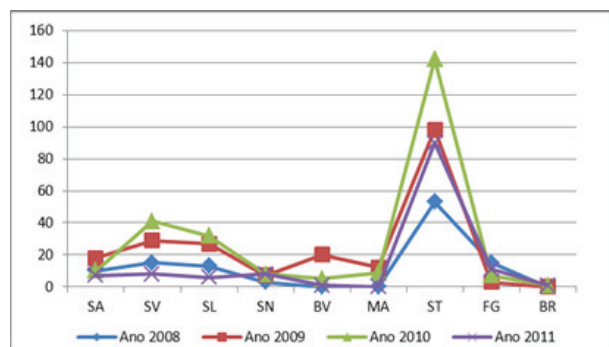
Gráfico 22 - Distribuição da formação realizada em 2010 e 2011, por tipo de formação



Fonte: IEFP, Relatórios de Actividades de 2010 e 2011.

A distribuição da oferta formativa caracteriza-se por uma concentração nos centros de emprego e formação profissional do IEFP que, a par, da Escola de Hotelaria e Turismo, concentraram em 2011 cerca de 75% das acções de formação realizadas. Outra tendência que se tem vindo a aprofundar, refere-se à concentração da formação na Ilha de Santiago. Sendo certo que esta é a que tem maior expressão em termos de actividade económica, emprego e população

Gráfico 23 - Evolução do nº de acções de formação, por Ilha



Fonte: IEFP, Relatório Anual de Actividade, 2011

A distribuição geográfica da oferta formativa do IIEFP mostra que das 132 acções realizadas em 2011, a maior parte teve lugar na Ilha de Santiago, com 90 acções, seguida da Ilha do Fogo com 11 acções e de São Vicente e Sal com 8 acções cada. A concentração das ofertas na Ilha de Santiago é explicada, em parte, pela existência de um maior número de Centros de Formação Profissional e pelas características demográficas (a Ilha acolhe mais de metade da população do País), abrangendo 9 dos 22 concelhos e também a maioria das empresas.

3.2.4. A Qualidade do Sistema

A qualidade do sistema é aferida pela forma como este coloca no centro das actividades a satisfação do cliente, indo ao encontro das suas expectativas e a utilização dos recursos da forma mais eficiente.

A informação sobre a qualidade dos sistemas em Cabo Verde limita-se apenas ao sistema escolar. Com efeito, os dados disponíveis no quadro do RESEN (2011) são referentes à sobrevivência escolar, nalguns casos à empregabilidade e aos custos do sistema escolar. No caso das formações extra-escolares nem sempre se dispõem de todos os dados acima referidos. O RESEN refere como reflexo da melhoria de qualidade o aumento da esperança de vida escolar, ou seja, o número total de anos de escola que uma criança espera receber no futuro, tendo em conta as condições actuais de escolarização. A esperança de vida escolar para o ano 2008/2009 é de 10,6 anos de escolaridade o que representa uma melhoria de 1,4 relativamente ao ano escolar de 2000/01 com 9,2 anos.

De acordo com os anuários Educação dos anos 2007/2008; 2008/2009 e 2009/2010, os números de alunos matriculados, aprovados e reprovados nas vias geral e técnica mantiveram-se relativamente constantes, com ligeiras alterações pouco significativas.

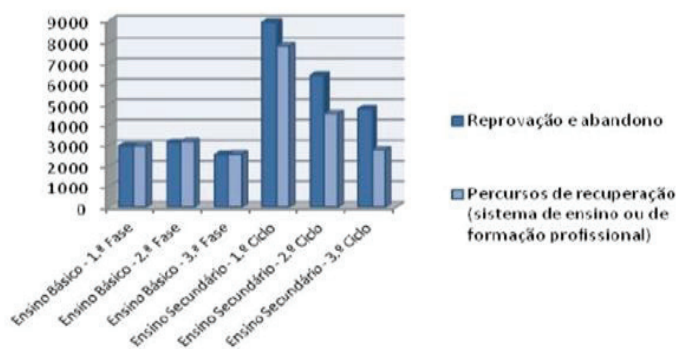
No Ensino Secundário, as repetências diminuíram no período de 2001/2002 a 2008/2009, passando de 20,5% para 19,3%.

Quanto ao abandono, verifica-se uma variação geral positiva de 1,4 pp do ano lectivo de 2001/2002, quando o abandono foi de 9,4%, para o ano lectivo de 2008/2009. É de destacar que houve uma maior diminuição de repetência no 3º ciclo. A repetência desceu de 20,3% para 13,3%, o que significa, 7 pp. Relativamente aos resultados em português é de destacar a constatação de que uma grande proporção de alunos do 6º ano do ensino básico, tem obtido resultados insuficientes em português e as disparidades existentes entre municípios são fortes.

O Estudo de Base dos Sectores do Ensino Técnico, Formação Profissional e Emprego elaborado no âmbito do Programa CVE/071, constata que para o ano de 2009, é possível estimar uma taxa de integração em “percursos de recuperação”, no nível básico bastante satisfatória, dado que os valores entre os que possuem probabilidade de representar a mortalidade escolar e os que entram em “percursos de recuperação” são bastante semelhantes (em média, aproximadamente 3.000 alunos). Já no que se refere ao ensino secundário, estima-se que o sistema, entendido como um todo, apresenta menor capacidade de reintegrar estes jovens em “percursos de recuperação” independentemente da natureza dos mesmos.

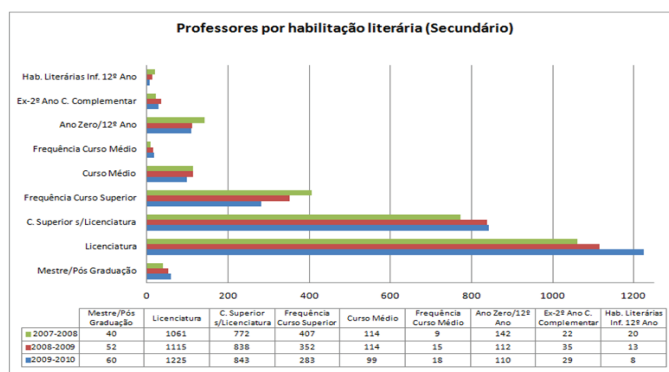
De facto, estima-se que, em média, a oferta de percursos de recuperação é maior (mais de 7.000 no 1.º ciclo, mais de 4.000 no 2.º ciclo e mais de 2.000 no 3.º ciclo) face ao do ensino básico. No nível secundário, a diversidade das ofertas é maior, mas ainda assim, é o sistema de ensino que constitui o principal percurso de recuperação destes alunos e que responde ao desígnio da promoção da continuidade da aprendizagem, no contexto que propicie a aquisição de um diploma escolar.

Gráfico 24 - Reprovação, abandono e percursos de recuperação



Fonte: QUATERNAIRE Portugal, “Estudo de base do sector do ensino técnico, formação profissional e emprego”, Relatório Final, Dezembro 2011, pág. 26

Gráfico 25 - Evolução do nº de professores por habilitação literária (Secundário)



Fonte: MED, Anuários Educação 2007/2008; 2998/2009; 2009/2010

No que respeita ao sistema de formação profissional, deve-se destacar a criação do sistema de acreditação de entidades formadoras, através do Decreto-Regulamentar no 2/2011, de 24 de Janeiro, o qual pretende ser um processo destinado a reconhecer e validar a capacidade técnica de uma entidade formadora e que representa uma ferramenta que impõe uma melhoria contínua do desempenho nos processos de formação profissional. A acreditação está sujeita a um prazo de validade de forma a garantir e salvaguardar a qualidade sistemática e permanente da oferta formativa e a um acompanhamento por parte do Ministério que tutela a área da Formação Profissional, através da Direcção-Geral de Emprego.

Também a atribuição de um Certificado de Aptidão Pedagógica (CAP) aos formadores da formação profissional, matéria regulada pelo Decreto Regulamentar nº 14/2005 de 26 de Dezembro, que define o Estatuto do Formador de Formação Profissional, estabelecendo as condições do exercício das funções de formador nos cursos ou acções de formação profissional realizados em Cabo Verde, em qualquer área ou nível previsto no Re-

gime Jurídico de Formação Profissional, é uma garantia importante de qualidade do sistema. Segundo o estatuto, considera-se Formador da Formação Profissional todo o profissional cujo perfil funcional integre competências técnico-científicas e pedagógicas adequadas à formação que ministra. O Formador de Formação Profissional deve estar habilitado com um curso específico de formação que ateste as competências referidas no número anterior. Considera-se igualmente Formador de Formação Profissional aquele que, além da formação científica e técnica de base, tiver frequentado, com aproveitamento, um curso específico de capacitação pedagógica ou possuir experiência profissional como formador, com avaliação de desempenho positiva e superiormente validada. Está no entanto em revisão este decreto regulamentar.

É possível constatar no relatório conjunto do MJEDRH e do MED, de 2011, que nesse ano foram realizadas 10 acções de formação viradas para a formação pedagógica dos formadores, dos quais 7 foram de formação inicial.

Por último, e no que respeita à empregabilidade dos ex-alunos ou formandos, indicador essencial da qualidade e impacto da educação/formação realizadas, em 2011, no âmbito do RESEN, foi pela primeira vez elaborada uma reflexão sobre a empregabilidade dos alunos do ensino secundário, o que demonstra uma clara preocupação com a sintonização do sistema de ensino com as necessidades do mercado de trabalho. Esta constatação merece uma atenção especial, não só por causa dos avultados investimentos nessa área, mas porque apenas 6% da população possui ensino superior e de acordo com esta hipótese, o mercado já não estaria a absorver os diplomados nesse nível. Segundo o cenário delineado pelo estudo: “ Os empregos assalariados (sector moderno) empregam 59% da população activa ocupada. O resto da população activa ocupada tem empregos não assalariados (maioritariamente informais) o que do ponto de vista de eficácia económica, ou seja, a relação entre o nível de educação e o estatuto no emprego é bastante coerente. O emprego dos quadros são essencialmente ocupados por pessoas mais instruídas, e os empregos menos qualificados são ocupados sobretudo por pessoas menos instruídas. Os empregos médios (empregados e trabalhadores qualificados) são ocupados por pessoas que saem do ensino superior (27% dos indivíduos da faixa etária de 25 – 34 anos). Os empregos que não requerem qualificação são ocupados por pessoas possuidoras do terceiro ciclo do ensino secundário (10%). Existe uma proporção elevada de pessoas que tenham feito o segundo e o terceiro ciclo do ensino secundário e que não são assalariados (a maioria dos trabalhadores informais: vendedores... etc).

Existem ainda dados sobre a empregabilidade nos relatórios conjuntos do MJEDRH e MED e no Estudo sobre o Impacto da Formação Técnico-profissional, do IIEFP; no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, seja seguida de formações, seja de colocações de estágio, que relatam muito bons resultados. O Estudo sobre o Impacto da Formação Técnico-Profissional elaborado em Agosto de 2011, conclui nomeadamente que:

- a inserção laboral das mulheres (61,5 %) apresenta menores índices do que a dos rapazes (70,6%);

- em média, as raparigas demoram mais tempo (mais 2 meses) a encontrar o primeiro emprego (6 meses no total);
- o auto-emprego é mais representativo nos rapazes do que nas raparigas, sendo que 63,8% dos rapazes diplomados após a formação criaram o seu próprio negócio,
- os rapazes diplomados auferem, em média, um salário superior ao das raparigas.

O relatório conjunto do MJEDRH e do MED do ano 2011 refere ainda que tinha sido obtida conseguida a colocação de 555 jovens estagiários a nível nacional, 300 no âmbito do Programa Nacional de Estágios Profissionais e 100 através do Programa Bolsa para o 1º Emprego. Do total dos colocados, 314 (56,6%) possuíam formação profissional e 241 (43,4%) formação superior. O relatório conjunto informa que dos 555 estagiários colocados, 295 foram inseridos com sucesso no mercado de trabalho.

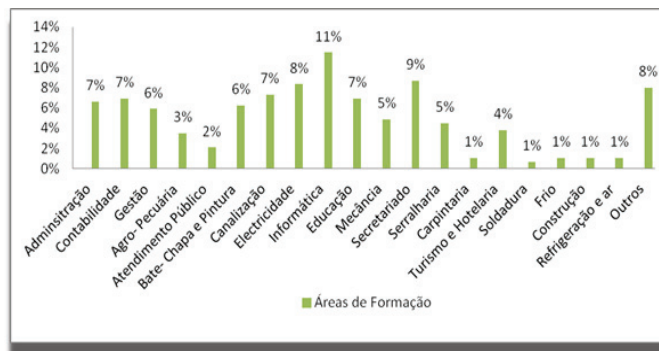
Gráfico 26 - Colocação de estagiários, PNEP, Programa Bolsa para o Primeiro Emprego, 2011



Fonte: Relatório Sectorial, Ensino Técnico e Formação Profissional, Emprego e Empreendedorismo, 2011

As áreas que mais absorveram os estagiários com formação profissional foram as de informática, com 11% dos colocados, secretariado com 9% e electricidade com 8%. Relativamente aos estagiários com formação superior a maior parte das colocações recai nas ciências da educação, e administração e gestão, correspondendo a 20% das colocações cada.

Gráfico 27 - Colocação de estagiários PNEP por áreas de formação, 2011



Fonte: Relatório Sectorial, Ensino Técnico e Formação Profissional, Emprego e Empreendedorismo, 2011

Entretanto, espera-se que com o desenvolvimento e implementação do Sistema Nacional de Qualificações vários aspectos críticos respeitantes à qualidade, nomeadamente

curricular, sejam regularizados. A harmonização do sistema de ensino e de qualificação em torno de um único referencial de perfis profissionais e de formação e ainda de competências, sem dúvida, surge como uma necessidade para conseguir coerência, sinergia, continuidade, complementaridade e integração, visando os objectivos de levar Cabo Verde a outros patamares de desenvolvimento.

3.2.5. *Necessidades prospectivas do ensino técnico-profissional*⁴

O estudo prospectivo do IESE relativo aos Estudos Humanos Estratégicos para CV apresenta, ao nível do cenário mais optimista, um conjunto de recomendações que será fundamental considerar, na definição de uma Agenda de transformação do sector. São elas:

- a oferta de qualificações de nível secundário do ensino técnico terá de aumentar de forma substancial, atingindo uma participação nas conclusões próxima dos 40% por forma a poder satisfazer os fluxos de criação de emprego, ao mesmo tempo que teria de diversificar a oferta de forma a cobrir os ramos de actividade já identificados no cenário anterior, embora com expressão quantitativa menor e cobrindo as profissões das seguintes actividades económicas:
 - Agricultura e Pescas;
 - Construção (sobretudo no primeiro período de projecção);
 - Indústria Transformadora;
 - Transportes e Comunicações (no primeiro período de projecção);
 - Serviços (no segundo período de projecção).
- os CESP deverão manter a quantidade de oferta destes cursos em 2011. As áreas a cobrir prioritariamente pelos CESP deverão concentrar-se nas actividades já identificadas anteriormente.
- as necessidades de formação de nível 2 e 3 neste cenário têm uma muito maior relevância e devem focar-se na formação de mão-de-obra agrícola e das pescas, na indústria transformadora e no sector da hotelaria e restauração.
- o sistema de qualificação do país deverá fazer face a um conjunto de passivos qualificacionais que estão presentes no tecido social e produtivo do país e que se traduz na existência de cerca de 45.000 empregados (valores de 2010) que não possuem qualquer nível de instrução concluído e que poderão ser objecto de qualificação de nível 2 ou 3. O passivo recorrente, que é representado pelo abandono escolar no secundário, terá uma dimensão relevante em qualquer dos cenários e deverá ser objecto de medidas adequadas de política de emprego e formação, representando um contingente anual entre 4.000 e 6.000 jovens por ano,

em função do desempenho do mercado de trabalho e do sistema de ensino. Em qualquer dos cenários estes valores de passivo exigem um incremento substancial da capacidade formativa de formação inicial de jovens do sistema de formação profissional. aumentar o contingente de qualificados com nível 2,3, e 4 em cerca de 1.500, com particular expressão no sector terciário.

Há três pressupostos de fundo a todas as recomendações elaboradas:

- (i) *a necessidade de expandir o ensino técnico a todo o território e de proceder a uma revisão das suas ofertas diversificando as áreas de formação de modo a responder aos desafios resultantes das prioridades estabelecidas nos clusters. Pretende-se criar condições de manutenção dos jovens no sistema de ensino até à conclusão do secundário através do aumento das vias de dupla certificação.*
- (ii) *a necessidade de reorganizar as Unidades Formativas (UFs) de reajustar a oferta na lógica das necessidades de desenvolvimento do país.* (iii) *a necessidade de alargar a oferta de CESP, contribuindo para o aumento da formação de nível 5 de qualificação para actividades e perfis com elevado nível de especialização técnica, contribuindo também para uma melhor articulação entre instituições do ensino superior e mercado de trabalho e entre instituições do ensino superior e entidades formadoras;*
- (iv) *a necessidade de alargar a oferta do IEFP, sobretudo no que se refere à formação de activos quer na formação associada a projectos de investimento ou de criação de auto-emprego ou microempresas em áreas chave para o desenvolvimento.*

O estudo prospectivo sistematiza ainda um conjunto de desafios para os sistemas e respectiva integração, que aqui merecem destaque:

- a) *A tripla tutela do sistema: o desafio da articulação institucional*

Num contexto em que se encontra em desenvolvimento o SNQ, elemento enquadrador e estruturante para a organização, legibilidade e transparência da produção de qualificações, o primeiro desafio que se coloca é o da articulação institucional, tanto mais relevante quanto as ofertas se interpenetram e actualmente não são ofertas apenas educativas ou apenas formativas, mas conjugadas, em resposta a necessidades prementes de produção de competências para o mercado de trabalho que incluem quer dimensões de conhecimentos, capacidades e competências escolares quer competências transversais e amplas, apelando a um crescimento das ofertas de dupla certificação (escolar e profissional).

⁴Fonte: IESE Estudo Recursos Humanos Estratégicos para CV, Agosto 2012, Praia, apoiado pelo CVE/077 da Lux-Dev e coordenado pelo OE, págs. 247 a 251.

b) O aumento da cobertura do sistema educativo no plano quantitativo e qualitativo

O sistema educativo de Cabo Verde tem sido estruturado em torno de uma visão integrada da educação e da formação de jovens e adultos. A aposta quer no aumento da cobertura do sistema, quer na sua progressiva diversificação resultou de se ter considerado que o contributo da educação é decisivo quer para a redução da pobreza quer para o crescimento económico, opção que modelou o percurso que Cabo Verde desenvolveu na última década. O Ensino Técnico revela-se uma oferta igualmente limitada no que diz respeito à diversidade de cursos e saídas profissionais correspondentes que, desde logo, não estão inteiramente disponíveis nas 4 escolas que têm algum nível de especialização e diferente capacidade instalada. Estão disponíveis cinco áreas de formação direccionadas para a área dos serviços especializados (informática de gestão e contabilidade e administração) e da construção e manutenção (electricidade e electrónica, construção civil e mecânica) e ainda as artes gráficas. Este leque de ofertas rapidamente esgota o seu potencial de empregabilidade, dada a dimensão dos mercados de trabalho locais, pelo que é fundamental quer um controlo das vagas, quer uma flexibilização das ofertas curriculares permitindo adaptações a necessidades emergentes com eventual reconversão do pessoal docente. A oferta deveria ser controlada de modo rotativo, evitando a repetição de um mesmo curso numa mesma escola e procurando intercalar ofertas de forma a não saturar o mercado de trabalho.

c) O sistema de formação profissional: o desafio da alavancagem do papel do IIEFP

O IIEFP é a entidade coordenadora e gestora do sistema de formação profissional em Cabo Verde. A oferta de formação inicial e, sobretudo, contínua é ainda insuficiente, sendo nos diplomados provenientes das ofertas de formação profissional - geridas e coordenadas pelo IIEFP - que reside uma grande parte das expectativas dos empregadores. Relativamente jovem, o sistema encontra-se ainda em fase de desenvolvimento e é evidente que ainda não se encontraram os mecanismos mais acertados de ajustamento entre a oferta de qualificações e as necessidades do mercado de trabalho. Neste plano, mais uma vez considera-se fulcral a consolidação de resultados do trabalho desenvolvido no âmbito do SNQ, cujos resultados e instrumentos têm de ser apropriados pelo mercado de formação.

d) O desafio das novas necessidades de competências

Tendo em conta as características do tecido empresarial e do mercado de trabalho, bem como as dinâmicas de desenvolvimento de Cabo Verde parece fundamental que qualquer dos subsistemas e qualquer das modalidades das ofertas tenham como objectivo transversal:

- a produção de competências transversais, nomeadamente aquelas associadas às dinâmicas comportamentais, hoje centrais em qualquer contexto, mas essenciais em mercados de trabalho terciarizados, sem economias muito abertas ao exterior, como é

o caso de Cabo Verde; são disso exemplos, as competências de negociação, comunicação e gestão de conflitos;

- a proficiência na língua inglesa que estando presente nos currículos escolares deve acompanhar a formação profissional;
- a proficiência em TIC que deve estar presente na generalidade das ofertas e no Ensino Regular e Técnico.

e) A necessidade de investir na formação profissional em sectores chave para o desenvolvimento

Um dos desafios centrais que se coloca ao IIEFP é o da articulação de ofertas evitando redundâncias. Não raras vezes os Centros de Emprego e Formação oferecem formação que está disponível noutro subsistema - o do Ensino Técnico - duplicando o esforço formativo e saturando rapidamente o mercado. Às instituições cabe estruturar a oferta com base em critérios de adequação e de razoabilidade, cuja aplicação nem sempre resulta num menu de oferta que corresponda exactamente à procura dos jovens. Contudo, cabe também às instituições que regulam o mercado de formação promover as suas ofertas e reorientar a procura através de mecanismos de divulgação e de orientação profissional adequados.

f) A necessidade de reforçar as dinâmicas de formação contínua

A pouca dinâmica de oferta de formação contínua constitui uma das fragilidades que o sistema deve trabalhar para ultrapassar, na medida em que é fundamental requalificar activos em sectores-chave para o desenvolvimento estratégico de Cabo Verde, sendo o exemplo mais paradigmático o sector do turismo. A este nível, o IIEFP e a Escola de Hotelaria e Turismo (em parceria) podem criar uma dinâmica de requalificação junto do tecido empresarial do sector. Outras áreas merecem particular atenção como a construção civil e a manutenção, nomeadamente no domínio da aeronáutica, bem como das actividades de manutenção que servem especificamente o sector do turismo e a área do frio.

g) A necessidade de expandir territorialmente a oferta: o desafio da conciliação do alargamento das oportunidades de formação com uma estrutura de formação flexível.

A natureza do território de Cabo Verde aliada à dimensão do mercado de formação coloca problemas à expansão da rede de oferta formativa. A capacidade instalada rapidamente se esgota e a disseminação de uma estrutura fixa de Centros de Formação tornar-se-á um investimento pouco eficiente; aliás, o problema da inflexibilidade das estruturas formativas não é novo. Muitas vezes concebidas para responderem a ofertas sectoriais específicas que exigem o investimento em equipamento, traduzem-se na criação de capacidade instalada que tende a funcionar para se auto justificar, originando excedentes de mão-de-obra qualificada.

h) O desafio da consolidação generalizada das competências básicas para o Século. XXI

A implementação de um Plano Nacional para o Desenvolvimento das Competências Básicas necessárias à globalização: inglês, matemática e TIC, afigura-se fundamental. Também a concretizar-se o alargamento da escolaridade obrigatória ao 8º ano esta, devendo ser acompanhada por uma reorganização do currículo no sentido de acomodar a concretização daquele tipo de competências, deve ser igualmente acompanhada por uma política de avaliação do sistema educativo centrada num conjunto de elementos, entre os quais se salientam:

1. reforço da capacidade de monitorização através da construção de um sistema de indicadores básicos do sistema educativo que estejam para além da produção estatística e se revelem fundamentais para a gestão do sistema e para a monitorização das políticas educativas (indicadores sobre as escolas, professores, recursos do sistema, alunos e respectivos percursos);

2. reforço da capacidade de avaliação introduzindo um sistema de avaliação das escolas, de professores e de alunos que inclua a avaliação externa;

3. inclusão de Cabo Verde nos programas internacionais de testes de alunos que funcionam como benchmarking dos sistemas educativos e que são importantes instrumentos de aprendizagem para os sistemas educativos.

i) O desafio da monitorização e avaliação de impacto das ofertas profissionalizantes

As transformações em curso dos subsistemas de educação e formação profissional de Cabo Verde, no quadro da estruturação do SNQ e dos diversos instrumentos regulamentares das diferentes modalidades da oferta educativa e de formação, são encaradas com expectativa em matéria de produção de resultados e efeitos quer junto dos jovens e famílias e activos empregados e desempregados, quer também junto das entidades empregadoras. O carácter recente de grande parte destas apostas e a necessidade inevitável de proceder a ajustamentos de articulação e complementaridade (sugeridos em grande parte dos desafios enunciados nos itens anteriores), sugere haver vantagem na criação de um Dispositivo de Monitorização Estratégica e de Avaliação de Impacto das ofertas de educação e formação, instalado designadamente no Observatório do Emprego, serviço vocacionado para estudos/dispositivos desta natureza.

4. ANÁLISE SWOT E DESAFIOS A ENFRENTAR

O diagnóstico apresentado no capítulo anterior pode ser sinteticamente apresentado numa matriz SWOT, realçando os principais factores que determinam a situação presente e futura do sector educação/formação/emprego em Cabo Verde. A matriz abaixo apresentada foi elaborada com os principais parceiros institucionais, económicos e sociais.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento sustentado do IDH que coloca Cabo Verde bem acima da média da Região em que se insere • Elevadas taxas de crescimento da economia, lideradas sobretudo pelos sectores do turismo e construção • Elevadas taxas de alfabetização, próxima dos 100% na faixa etária 15-24 anos • 68% da população encontra-se em idade activa • Estrutura de habilitações da população empregada muito favorável, sobretudo no nível de ensino secundário • Existência de uma boa rede escolar e de formação profissional, com adequada cobertura das diversas ilhas em equipamentos • Existência de um quadro legislativo e institucional de desenvolvimento do ensino técnico e profissional recente e moderno, em vias de implementação 	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego significativo, sobretudo entre os jovens e as mulheres no meio rural, e com níveis de qualificação crescentes • Fraca capacidade do subsistema de formação profissional em atrair desempregados para aquisições de competências complementares e mais ajustadas à inserção na vida activa • Fraca percentagem da população activa com formação especializada certificada • Alta taxa de inactividade em meio rural, principalmente das mulheres • Elevado número de activos no mercado informal (54,7%) • Empreendedorismo incipiente • Capacidade insuficiente do ensino técnico e formação profissional para dar resposta às necessidades do mercado, tanto em quantidade de formandos como em variedade de cursos e expansão territorial • Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino e formação entre meios urbanos e rurais e entre pobres e classe média • Níveis relevantes de insucesso e abandono escolar, no ensino secundário • Desvalorização social dos cursos e formações técnico-profissionais em comparação com o sistema de ensino formal • Ausência de padrões de qualidade no subsistema de formação • Fraca cultura e prática de avaliação institucional, quer no sistema educativo como formativo • Demasiada volatilidade do corpo de formadores e inexistência de um sistema de formação contínua de professores • Desadequação entre níveis e tipos de competências oferecidas e as necessidades do mercado.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Largo consenso sobre a importância da formação/emprego a nível nacional como condição para o desenvolvimento do País e para a inserção profissional • Criação do SNQ como instrumento para a integração dos percursos de ensino geral e técnico-profissional, normalizando perfis e competências 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de articulação entre as diversas entidades responsáveis pelos subsectores envolvidos • Possível diminuição de recursos financeiros externos para a cooperação nesta área, face à progressão do País para o grupo de rendimento médio • Desintegração social dos jovens e delinquência em virtude de droga e alcoolismo

A análise efectuada no Diagnóstico bem como a sua tradução em variáveis chave internas e externas identificadas na matriz SWOT, permite seleccionar um conjunto de desafios estruturantes para os sistemas de qualificação cabo-verdianos e para a sua articulação com o emprego, a que uma estratégia integrada de política pública de ensino técnico-profissional terá que dar resposta:

- *Ajustar os níveis de cobertura do sistema de ensino técnico-profissional e da formação de adultos em termos quantitativos e qualitativos*

A aposta no aumento da cobertura do sistema e na sua progressiva diversificação resulta do decisivo contributo da qualificação quer para a redução da pobreza quer para o crescimento económico, pretendendo-se que no final do período de execução do presente Plano Estratégico cerca de 40% dos jovens cabo-verdianos estejam inseridos em vias profissionalizantes. A educação e formação de adultos, que fornece níveis de qualificação baixos, o Ensino Técnico, o Ano Complementar Profissionalizante, as Unidades Formativas e a Formação Profissional têm que ver alargadas as ofertas tanto em termos de perfis formativos como geográfico e, flexibilizar e ajustar os currícula para responder a necessidades emergentes e adequá-los aos referenciais do Sistema Nacional de Qualificações, os quais resultam de um trabalho conjunto com os actores do tecido empresarial e garantem portanto maior empregabilidade. Todo o sector terá ainda que garantir a mobilidade entre as várias ofertas e subsistemas e resolver a questão da dupla certificação.

- *Responder às novas necessidades de competências em sectores-chave para o desenvolvimento e reforçar as dinâmicas de formação contínua*

As necessidades de competências são independentes do subsistema que as produz e as respostas educativas e formativas têm que ter em conta as características do tecido empresarial e do mercado de trabalho cabo-verdiano, bem como as dinâmicas de desenvolvimento e as vantagens competitivas do País. Assim, os sistemas de qualificação devem responder às prioridades de desenvolvimento formuladas nos diversos clusters definidos pelo Governo e ainda proporcionar ofertas transversais que incluam a proficiência em inglês, em tecnologias de informação e comunicação e em matemática, a par da língua portuguesa e francesa, esta última face ao espaço geo-estratégico em que Cabo Verde se encontra inserido. Naturalmente que a formação contínua também tem um papel relevante neste contexto, devendo orientar a sua oferta para as carências de qualificação profissional, ancoradas quer na definição dos perfis profissionais do CNQ quer na auscultação directa às necessidades das empresas, e evitar lacunas e redundâncias entre subsistemas.

- *Reforçar o papel da Orientação escolar e profissional*

Os serviços de orientação escolar e profissional desempenham uma função chave na prevenção do aumento do desemprego, especialmente naquele de longo prazo, e portanto actualmente desempenham um papel crucial, face a um contexto de crise económica mundial. Também uma estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida exige que os cidadãos possuam competências de gestão proactiva da sua educação/formação e do seu percurso profissional,

ou seja, do seu percurso de vida, desempenhando aí a orientação um papel crucial. Todos os cidadãos, jovens e adultos, devem ter assim acesso a aconselhamento e informação de elevada qualidade, no que se refere à educação, formação e emprego, No que respeita aos jovens e às escolas, é fundamental assegurar não apenas que a orientação vocacional ou escolar apresenta alternativas face ao seu perfil e interesses, mas também que evite o abandono escolar precoce e que fortaleça a articulação com outros agentes, nomeadamente os da formação profissional, evitando que os jovens se apresentem perante o mercado de trabalho sem uma qualificação adquirida. Será assim essencial reforçar a presença de Unidades de orientação vocacional e profissional quer nas estruturas do sistema educativo, quer naquelas na do subsistema da formação profissional.

- *Valorizar socialmente a formação técnica e profissional e obter ganhos sistémicos de eficácia e qualidade na oferta*

A sociedade cabo-verdiana valoriza mais o sistema do ensino geral que dá acesso apenas a diplomas académicos, visando o prosseguimento de estudos no ensino superior, do que outras ofertas formativas qualificantes, que asseguram a integração no mercado de trabalho. O ensino superior continua a ser o topo da ambição escolar, mesmo que crescentemente vá havendo desajustamento com as necessidades do mercado, sobretudo a nível do sector produtivo, que exigem qualificações especializadas, de nível intermédio. Dada a cada vez maior carência de activos com qualificações técnicas para garantir a modernização da economia, o desenvolvimento de novos nichos e sectores de produção e o acréscimo geral da produtividade, haverá que apostar na sensibilização das famílias e jovens para a importância e na valorização do ensino técnico-profissional. Por outro lado, os sistemas de ensino e de formação têm que melhorar as suas prestações em matéria de eficiência e eficácia, através de uma melhor gestão de recursos humanos e materiais, da retenção escolar, da qualidade dos currícula e dos professores/formadores e da instituição de mecanismos de avaliação contínua.

- *Conciliar o alargamento das oportunidades de formação com uma estrutura de formação flexível face à necessidade de expandir territorialmente a oferta*

A natureza do território de Cabo Verde aliada à dimensão do mercado de formação coloca problemas à expansão da rede de oferta formativa. A capacidade instalada rapidamente se esgota e a disseminação de uma estrutura fixa de Centros de Formação tornar-se-á um investimento pouco eficiente. Assim sendo, é fundamental criar uma estrutura bastante flexível que permita ao mesmo tempo alargar as oportunidades de formação e flexibilizar a capacidade instalada e a estrutura da oferta, sobretudo em áreas que exijam alguma componente técnica e equipamentos especializados, através da partilha de equipamentos e estruturas, do alargamento das formações em e-learning e b-learning e através do estabelecimento de uma rede de parceiras para a formação prática, designadamente com as entidades empregadoras.

- *Reforçar a Qualidade dos sistemas*

A aposta na educação e formação dos RH vem sendo assumida pelos sucessivos governos como estratégia

fundamental para o desenvolvimento sustentável do país. Porém, os ganhos conseguidos despoletam novos desafios, nomeadamente a diminuição da ajuda pública e o aumento da expectativa da população relativamente ao bem-estar e à qualidade de vida. A melhoria de qualidade na educação e formação profissional vem constituindo uma preocupação que consta das prioridades na agenda política, como forma de aumentar a qualificação do capital humano, garantindo a empregabilidade e sustentabilidade da mão-de-obra. Contudo, as medidas de política adoptadas nem sempre tiveram o impacto desejado pelo que será desejável melhorar a articulação entre sectores de ensino e formação, com efeitos menos positivos sobre a qualidade. Urge assim actuar ao nível de medidas que permitam reforçar e alargar a certificação de cursos, a adequação dos currícula ao SNQ e à abordagem por competências ou a formação pedagógica e a certificação de formadores, melhorar outras como a avaliação das aprendizagens mas igualmente permitir a implementação de novas medidas de política como um sistema de formação contínua de docentes, a avaliação institucional das escolas e dos centros de formação, a instalação de um Centro de Recursos ou ainda a implementação de um sistema de observação sistemática das necessidades de qualificação das empresas e da inserção profissional dos diplomados dos vários subsistemas.

• *Incentivar o empreendedorismo, sobretudo o qualificante, criativo e inovador*

O nível ainda insuficiente de empreendedorismo em Cabo Verde e o elevado número de activos no mercado informal tornam a criação de novas empresas, o incentivo ao empreendedorismo de oportunidade e a atracção de actividades informais para o sector formal da economia, desafios relevantes para as políticas públicas. O envolvimento dos sistemas escolar e de formação profissional, tanto através da integração nos currícula da vertente do empreendedorismo, como da formação de formadores, deverá dar um contributo essencial para a criação de um espírito de iniciativa, criatividade e inovação capaz de mobilizar o aproveitamento de novas oportunidades de negócios. Mais do que um empreendedorismo de necessidade, a qualificação técnica e profissional e os apoios públicos deverão conduzir a um empreendedorismo que ajude a desenvolver o tecido económico nacional e aposte em forte criação de valor.

• *Promover a criação de emprego, com especial atenção para os grupos vulneráveis, enquanto forma de inserção social e de obtenção de projectos de vida dignos*

A taxa de desemprego apresenta valores relativamente altos e só taxas de crescimento da economia muito fortes poderão mais do que compensar a natural expansão demográfica, desejavelmente associadas a níveis de qualificação mais elevados consonantes com um padrão de especialização mais competitivo e gerador de mais valor acrescentado. Simultaneamente, há ainda que trazer para o mercado do trabalho franjas da população, designadamente rural e feminina, que apresentam taxas de actividade muito baixas. A criação de emprego constituirá portanto nos próximos anos um desafio para a economia cabo-verdiana e as políticas públicas deverão ter aí um

papel muito activo, sobretudo em favor dos grupos mais vulneráveis, por forma a garantir-lhes iguais oportunidades na sua plena inserção social. A dinamização da Bolsa de Qualificação e Emprego, os apoios à criação do próprio emprego e os programas específicos para certos grupos sociais inserem-se neste tipo de actuação.

• *Garantir a articulação institucional entre ensino, formação profissional e emprego*

O sistema de ensino e de formação profissional em Cabo Verde organiza-se segundo um conjunto de subsistemas tutelados pelo Ministério da Educação (Ensino Técnico, Ano Complementar Profissionalizante e Educação e Formação de Adultos); pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes) e pelo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (Formação Profissional e Unidades Formativas). Neste contexto, o desafio que se coloca é o da articulação institucional, tanto mais relevante quanto as ofertas se interpenetram e actualmente não são ofertas apenas educativas ou apenas formativas, mas conjugadas, em resposta a necessidades prementes de produção de competências para o mercado de trabalho que incluem quer dimensões de conhecimentos, capacidades e competências escolares, quer competências transversais e amplas, apelando a um crescimento das ofertas de dupla certificação (escolar e profissional). As ofertas dos sistemas de qualificação têm que ser organizadas e estruturadas de forma coordenada e os currícula articulados de modo a reforçar a empregabilidade dos activos, qualquer que seja o subsistema de origem. O modelo de governação do presente Plano Estratégico visa reforçar esta articulação institucional, para além de se preverem mecanismos de articulação bilateral entre as várias instituições de ensino/formação e destas com o sector privado.

• *Monitorizar as necessidades do mercado e da avaliação de impacto das ofertas profissionalizantes*

As transformações em curso dos subsistemas de educação e formação profissional de Cabo Verde, no quadro da estruturação do SNQ e dos diversos instrumentos regulamentares das diferentes modalidades da oferta educativa e de formação, deverão produzir resultados e efeitos significativos quer junto dos jovens e famílias e activos empregados e desempregados, quer também junto das entidades empregadoras. Há pois que montar um dispositivo de monitorização das ofertas profissionalizantes, das articulações entre ofertas dos diversos subsistemas, da organização da rede, das diferenciações regionais e dos resultados ao nível da empregabilidade, face ao evoluir das necessidades do tecido produtivo.

5. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Tendo em conta os desafios a enfrentar pela sociedade cabo-verdiana nos próximos anos em matéria de crescimento de emprego e da resposta a dar-lhe em termos de adequabilidade, eficiência e eficácia do sistema integrado de ensino, formação e promoção do emprego, face às necessidades crescentes de qualificação de uma economia em mutação e em crescente desenvolvimento, a Política Integrada Educação, Formação e Emprego definiu como Visão:

Cabo Verde dispõe de recursos humanos qualificados, quantitativa e qualitativamente adequados, com competências reconhecidas e adequadas a uma economia competitiva no mercado global e em forte crescimento, proporcionando o pleno emprego da sua força produtiva, mobilizando capacidades de inovação, criatividade e empreendedorismo e promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

Essa Visão traduz-se no horizonte do Plano (2013-18) e em função dos recursos disponíveis, nos seguintes Objectivos a médio prazo:

- Aumentar a taxa de ocupação da população cabo-verdiana
- Aumentar a taxa de ocupação jovem
- Aumentar o emprego jovem
- Aumentar o número de abrangidos pelo ETP

No documento da Política Integrada foram definidas Metas quantitativas para cada um destes Objectivos.

A consecução dos mesmos implica uma intervenção das políticas públicas em duas vertentes essenciais:

- por um lado, na criação de emprego, de auto-emprego e de empresas com potencial de crescimento, apoiando activamente a criação de postos de trabalho e mobilizando e desenvolvendo a capacidade de empreendedorismo, inovação e criatividade existente na sociedade cabo-verdiana e dando particular prioridade aos grupos mais vulneráveis;
- por outro, apostando num sistema de educação e de formação de qualidade, que promova percursos formativos certificados, integrados e adaptados a um processo produtivo em mudança que faz do conhecimento a base da competitividade, que exige competências cada vez mais especializadas e que implica investimento na aprendizagem ao longo da vida.

O desafio da criação de emprego terá de ser apanágio de diversas políticas públicas e da contribuição activa do sector privado, sendo as políticas que favorecem a inserção no mercado do trabalho (apoios à contratação, estágios profissionais, bolsa de emprego, etc), a criação do próprio emprego ou o surgimento de novas empresas componentes relevantes de uma estratégia nesse domínio.

Por outro lado, o fomento do espírito de iniciativa que possa conduzir a projectos empresariais sustentáveis é outra via prioritária a prosseguir, mobilizando energias e capacidades da sociedade cabo-verdiana para projectos inovadores que concretizem ideias novas e conduzam a empresas em áreas de negócio ímpares em Cabo Verde, ou que complementem ou valorizem os existentes ou lhes induzam maior valor acrescentado, contribuindo para a progressiva regeneração do tecido económico do País, em particular das micro e pequenas empresas.

Para este efeito, será indispensável incorporar a noção de empreendedorismo de forma transversal nas actuações

públicas em favor do emprego, desde a sua inclusão nos curricula escolares até à sua promoção, divulgação e apoio no quadro das competências necessárias à implementação do projecto. Este quadro de actuação não fica completo sem acções concretas a montante, incidindo na promoção junto dos jovens das ideias de inovação e de criatividade e também na formação de formadores para o empreendedorismo.

Naturalmente que esta política em favor do emprego tem que ser enquadrada num esforço mais vasto de melhoria de qualidade e de capacidade de resposta do sistema de ensino e de formação profissional para dar resposta aos desafios que os processos de desenvolvimento e de globalização vão colocando a Cabo Verde.

Trata-se aqui sobretudo de provocar melhorias qualitativas e quantitativas no sistema para que ele possa responder atempada e adequadamente às necessidades de qualificações e competências que o mercado vai exigindo. Não se trata apenas da educação e formação inicial dever ser orientada para as apostas de desenvolvimento do País e as necessidades prospectivas dele decorrentes mas também de um sistema de aprendizagem ao longo da vida que favoreça as actualizações e reconversões profissionais, de uma forma suficientemente flexível e integrada entre os diversos subsistemas formativos que garanta complementaridade e intercomunicabilidade entre percursos.

Este desiderato está naturalmente ligado a processos de dupla certificação e de reconhecimento de competências adquiridas que tiveram como pedra angular a criação do Sistema Nacional de Qualificações; a sua implementação transversal é indispensável como também o são medidas estruturantes de reforço da qualidade do sistema. Estas deverão passar, designadamente, pela acreditação de entidades formadoras, pela formação e certificação de formadores, pela criação de um sistema de avaliação e pela monitorização tanto das ofertas de formações como das necessidades do mercado a que estas terão de responder.

Assim sendo, a estratégia integrada dos subsectores da educação, formação e emprego para atingir os objectivos mencionados acima pode ser estruturada em quatro Eixos Estratégicos fundamentais:

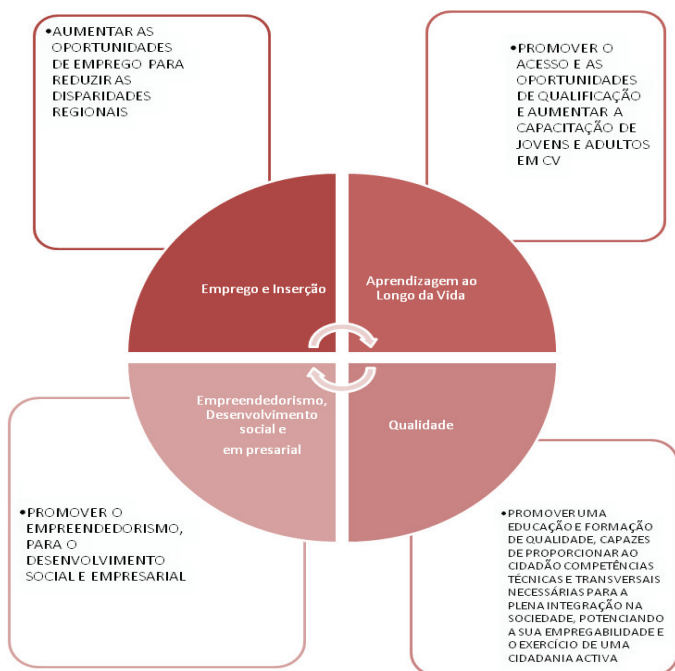
Eixo 1 – Emprego e Inserção: Aumentar as oportunidades de emprego, para reduzir as disparidades regionais e de género

Eixo 2 – Empreendedorismo: Promover o empreendedorismo para o desenvolvimento social e empresarial

Eixo 3 – Aprendizagem ao Longo da Vida: Melhorar o nível de qualificação da população, promovendo o acesso e as oportunidades de ensino técnico-profissional em domínios relevantes para o desenvolvimento

Eixo 4 – Qualidade: Desenvolver uma educação e formação de qualidade, capazes de proporcionar ao cidadão competências técnicas e transversais necessárias para a plena integração na sociedade, potenciando a sua empregabilidade e o exercício de uma cidadania activa.

Figura 1- Esquema do Plano: Eixos Estratégicos e Objectivos Gerais de cada Eixo



6. PROJECTOS POR EIXO ESTRATÉGICO

Este Capítulo do Plano descreve e desenvolve as medidas e acções a concretizar para se atingirem os objectivos supramencionados, em cada um dos quatro Eixos estratégicos em que se estrutura a Estratégia de desenvolvimento.

Para cada um dos Eixos, serão descritos os Projectos que devem ser desenvolvidos.

6.1. Emprego e Inserção

Este Eixo Estratégico de intervenção das políticas públicas tem como objectivo central o Aumento das Oportunidades de Emprego para a Redução das Disparidades Regionais e, nessa perspectiva, elegeram-se 6 projectos, quais 4 serão prioritários, em termos de implementação e mobilização de recursos para a sua concretização. Os projectos prioritários são os quatro primeiros na figura seguinte.

Figura 2 – Esquema dos Objectivos e Projectos do Eixo Emprego e Inserção



6.1.1. Estágios profissionais para jovens (projecto prioritário)

Objectivo:

Promover a inserção de jovens recém-formados no mercado de trabalho através da realização de estágios em contexto real de trabalho.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Apoio à realização de estágios internacionais na área da tecnologia e inovação: direccionados aos diplomados das áreas técnicas e tecnológicas, visando apoiar as PME nos seus processos de inovação técnica, nomeadamente as TIC, energias renováveis, sector do turismo entre outros;
- Estágios para a dinamização do sector agrícola: direccionados a jovens que desejem apostar numa actividade no sector;
- Estágios para a dinamização do sector do turismo: direccionados aos diplomados formados neste sector;
- Apoio à realização de estágios no sector das pescas: direccionados aos jovens qualificados neste sector;
- Apoio à realização de estágios nas áreas tecnológicas: direccionados aos jovens qualificados nas áreas da TIC e afins;
- Estágios para a dinamização do sector social e associativo: direccionados a diplomados com formação na área social (secretariado, animação social, sociologia, psicologia, entre outros);
- Estágios no sector da banca, finanças e seguros: direccionados a diplomados da área de gestão, economia, marketing, entre outros;
- Bolsas de estágio: a comparticipação financeira das bolsas de estagiário será efectuada de acordo com a dimensão das entidades acolhedoras e com a especificidade de cada concelho, privilegiando as áreas com maior carência no mercado de trabalho local. As vagas de estágio são distribuídas aos CEFP de acordo com o nível de desemprego registado nos concelhos da sua área de abrangência.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Diplomados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional com formação superior, qualificação profissional de nível 1 a 5, à procura do primeiro emprego ou de novo emprego, caso nunca tenham exercido uma profissão na sua área de formação, e com idades compreendidas entre 18 e 35 anos.

6.1.2. Inserção dos desempregados de longa duração (projecto prioritário)

Objectivo:

Promover a empregabilidade dos desempregados de longa duração, através do desenvolvimento de competências pessoais e/ou profissionais, de modo a contribuir para a sua inserção sócio-laboral, da criação do próprio negócio/empresa, da realização de trabalho socialmente útil e, ainda, do apoio à sua contratação.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Apoio ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Apoio à formação profissional para aquisição de novas competências, de aperfeiçoamento ou reciclagem;
- Formação na área do empreendedorismo;
- Formação para elaboração e gestão de planos de negócios;
- Apoio à implementação do plano de negócios;
- Financiamento dos planos de negócios através do Fundo de Promoção do Emprego e Formação profissional, mediante aprovação do projecto;
- Acompanhamento e apoio na gestão do projecto (tutoria e monitorização) na fase inicial de vida do negócio através dos Centros de Emprego e Formação parceria com a ADEI, Câmaras de Comércio, empresas e empresários de referência;
- Incentivos à contratação através da comparticipação segurança social;
- Apoio ao Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional que se encontrem numa situação de desemprego involuntário há 12 ou mais meses. Podem ainda aceder directamente aos apoios previstos as entidades empregadoras, no caso dos apoios à contratação, e ainda as Câmaras Municipais, associações várias e os Centros da Juventude, no caso do trabalho socialmente útil.

6.1.3. Iniciativas locais e regionais de emprego (projecto prioritário)*Objectivos:*

Incentivar e apoiar a criação de postos de trabalho, quer através do surgimento das iniciativas locais e regionais de emprego/ auto-emprego, quer através dos apoios à contratação. O objectivo último é contribuir para a dinamização das economias locais e regionais, mediante nomeadamente a realização de investimentos de pequena dimensão, abrangendo apoios à formação profissional prévia para o exercício da actividade.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Criação de uma rede local constituída por entidades do sector público e privado que apoiará a sua implementação, nomeadamente na identificação de oportunidades de negócio local e regional;

- Formação na área do empreendedorismo;
- Formação e reforço de competências, em parceria com entidades formadoras;
- Aconselhamento especializado para apoio à estruturação da ideia de negócio;
- Apoio à elaboração do plano de negócios;
- Acesso a microcrédito, concedido mediante aprovação do projecto;
- Acompanhamento e apoio na gestão do projecto (tutoria e monitorização) pelo menos numa fase inicial de vida das empresas – Centros de Emprego e Formação Profissional em parceria com a ADEI, Câmaras de Comércio, empresas e empresários de referência.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Desempregados de ambos os sexos com idade compreendida entre os 18 e 40 anos e mulheres de 25 e mais anos residentes dos concelhos mais afectados pelo desemprego.

6.1.4. Reforço institucional e Bolsa de Qualificação e Emprego (projecto prioritário)*Objectivo:*

Reforçar a capacidade institucional nacional na prestação de serviço de público de emprego e na operacionalização dos projectos definidos no âmbito da implementação da Política Integrada Educação, Formação e Emprego. Em paralelo com este objectivo, pretende-se ainda consolidar o Sistema da Gestão da Informação do Emprego - Bolsa de Qualificação e Emprego (BQE) -, possibilitando um melhoramento do Serviço Público Integrado através da promoção do emprego (público e privado), com maior rapidez na divulgação das ofertas, maior celeridade e transparência nos processos de recrutamento, no ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, e a produção de estatísticas de emprego confiáveis e actualizadas.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Criação de uma rede de cooperação entre o sistema público e privado para execução das políticas activas de emprego;
- Apoio à elaboração de Manual de procedimentos dos CEFP;
- Apoio ao desenvolvimento um serviço de apoio / orientação para empresas nos CEFP;
- Formação especializada em intermediação laboral/ ajustamento entre a procura e oferta de emprego registada nos CEFP e em competências específicas para os serviços de atendimento as pessoas e as empresas e transversais (sistema de rede, capacidade de comunicação, desenvolvimento local...);

- Criação de instrumentos de intervenção junto dos desempregados e das entidades empregadoras;
- Apoio à criação de um sistema de monitoria e avaliação das actividades dos CEFP e das políticas activas de emprego;
- Apoio à comunicação inter e intra institucional;
- Assistência técnica para a introdução de novas funcionalidades na plataforma de emprego, designadamente:
 - Introdução de um banner do BQE na página principal do portal da Casa do Cidadão com vista a facilitar o acesso directo dos cidadãos ao BQE;
 - Introdução da funcionalidade “matching informático” que facilitará o cruzamento ente a procura e oferta de emprego e conseqüentemente o incremento das colocações de emprego via BQE;
 - Activação do sistema de SMS aos candidatos de emprego, estágios profissionais (e outros) que preencham o perfil das ofertas disponibilizadas no BQE;
 - Cadastro directo de empresas sedeadas no território nacional e no estrangeiro que pretendam recrutar colaboradores via BQE;
- Apoio à capacitação dos técnicos do IEFP/DGAP/CC na gestão do BQE e na utilização das novas funcionalidades da plataforma de emprego que permitam efectuar a intermediação laboral nacional e internacional com mais eficácia.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Técnicos e dirigentes de emprego e empreendedorismo e dirigentes do IEFP (sede e CEFP) e público do IEFP em geral.

6.1.5. Inserção de jovens diplomados através do empreendedorismo social (projecto não prioritário)

Objectivo:

Promover a inserção dos jovens diplomados com formação superior, através do fomento do empreendedorismo e da criação de iniciativas empresariais com enfoque na área social e humana.

Descrição:

Este projecto inclui as seguintes componentes:

- Capacitação orientada para o empreendedorismo;
- Apoio na elaboração do plano de negócio, em caso dos beneficiários não disporem de um plano já elaborado;
- Apoio técnico e financeiro para a montagem das unidades de prestação de serviços ou empresas;

- Apoio na aquisição de pequenos equipamentos necessários ao arranque das actividades;
- Assistência técnica após arranque do projecto (seguimento e acompanhamento das unidades).

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Jovens diplomados com formação superior em áreas sociais à procura do primeiro emprego inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional e que nunca tenham sido beneficiários do Programa Nacional de Estágios Profissionais, ou de algum apoio do IEFP, nem tenham exercido uma actividade profissional na sua área de formação.

6.1.6. Acesso de jovens economicamente carentes e de mães solteiras ao mercado do trabalho - PRO-JOVEM (projecto não prioritário)

Objectivos:

Promover acções de desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional que permitem aos jovens economicamente carenciados criar perspectivas para a construção de um projecto de vida socialmente integrado.

Garantir condições de acesso das mulheres ao desenvolvimento e ao mercado de trabalho, através da promoção de competências profissionais, numa perspectiva de igualdade de oportunidades, especialmente para jovens mulheres mães.

Descrição:

Este projecto inclui as seguintes componentes:

- Capacitação direccionada para o empreendedorismo e empoderamento;
- Realização de acções sociais de prevenção;
- Promoção de incentivos fiscais de forma a incentivar a criação de micro-empresas;
- Concessão de micro créditos;
- Promoção de sessões de aprendizagem: encontros regulares com diferentes públicos femininos, abordando temáticas apontadas no quotidiano, em conjunto com as jovens mães solteiras;
- Mobilização social e comunitária: Jornadas de sensibilização e mobilização nos bairros, fomentando diferentes formas de participação e organização social e política da mulher no quotidiano das comunidades em que actuam;
- Associações: formação de grupos de lideranças juvenis, com o objectivo de capacitar e organizar estes grupos para uma actuação social transformadora;
- Proporcionar a inclusão dos jovens através de um atendimento multidisciplinar (social, psicológico e jurídico) de forma individual ou grupal através de orientações,

aconselhamento, encaminhamentos às instituições da rede de atendimento e realização de sessões temáticas sobre género, cursos profissionalizantes, palestras entre outras;

- Formação direccionada para as áreas culturais locais, quer na sua divulgação nos mais variados espaços;
- Apoiar a criação de redes de associações de artesanato local;
- Promoção de acesso ao crédito a criação do seu próprio negócio;
- Apoio a organização e gestão e implementação do plano de negócios para pequenos negócios.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Jovens de ambos os sexos, desempregados ou precariamente empregados, que procuram um emprego formal, com prioridade para os de baixo rendimento e baixa escolaridade, com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos, e para jovens mães solteiras

6.2. Empreendedorismo para o desenvolvimento social e empresarial

Este Eixo Estratégico de intervenção das políticas públicas tem como objectivo central a Promoção do Empreendedorismo para o Desenvolvimento Social e Empresarial. Para atingir esse objectivo foram seleccionados quatro projectos, todos eles prioritários.

Figura 3 – Esquema dos Objectivos e Projectos do Eixo Empreendedorismo para o desenvolvimento social e empresarial



6.2.1. Promoção do empreendedorismo (projecto prioritário)

Objectivo:

Promover a cultura do empreendedorismo e do empresariado com vista a apoiar os futuros formandos que concluem a sua formação para o auto-emprego e a criação de empresas privadas

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Apoio ao alargamento da rede dos Gabinetes do Empreendedor;
- Apoio à introdução do empreendedorismo nos currícula da formação profissional e dos cursos profissionalizantes;

- Apoio à realização de concursos de ideias e incubadoras de ideias, (ES; CEFP e UNIV);
- Apoio à sensibilização Empreendedorismo de Plantão (sessões da capacitação regulares sobre temáticas inerentes ao empreendedorismo e ao desenvolvimento empresarial);
- Apoio técnico na elaboração de projectos e estabelecimento da actividade;
- Apoio no acesso ao financiamento;
- Acompanhamento dos projectos desde a fase de construção do plano de negócios, até a fase de implementação e funcionamento.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Formandos e diplomados da Formação Profissional; alunos do Ensino Secundário; alunos dos Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP).

6.2.2. Apoio ao empreendedorismo de mulheres jovens (projecto prioritário)

Objectivo:

Promover o empoderamento económico das mulheres jovens graduadas com formação profissional através da capacitação, criação, assessoria e financiamento de micro e pequenas empresas.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Apoio à capacitação dos técnicos do IEFP/ICIEG e outros parceiros em empreendedorismo;
- Formação das beneficiárias em Empreendedorismo e assessoria na elaboração dos planos de negócio;
- Financiamento de planos de negócio;
- Assistência técnica e apoio administrativo/logístico (incubadora de empresas);
- Assistência técnica à criação de micro e pequenas empresas.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

São beneficiárias directas do projecto mulheres jovens, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, qualificadas através de acções de formação profissional.

6.2.3. Competitividade e inovação empresarial (projecto prioritário)

Objectivo:

Promover a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas para o reforço da dinâmica empresarial e aumento da oferta de emprego, através

da melhoria da sua capacidade de gestão e organização administrativa e financeira, do acesso à informação económica e sobre mercados e da capacitação sobre boas práticas empresariais.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Plano de crescimento e de expansão da empresa;
- Coaching em organização administrativa e contabilista;
- Formação em gestão da qualidade e dos processos produtivos;
- Desenvolvimento de marketing e comunicação e de inovação: acesso a mercados;
- Capacitação e gestão de recursos humanos - liderança e motivação;
- Formação em gestão financeira;
- Orientação fiscal e laboral;
- Acesso às TIC pelas empresas;
- Reestruturação de associações com capacidade produtiva.

Entidade responsável:

Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI)

Destinatários:

Micro, pequenas e médias empresas, associações com capacidade produtiva e cooperativas.

6.2.4. Inserção do empreendedorismo no currículo do ensino secundário e técnico (projecto prioritário)

Objectivos:

Dotar o Sistema Educativo Cabo-verdiano de um Programa Curricular de Empreendedorismo no ensino secundário via geral e técnico-profissional que junte a aprendizagem teórica à prática, satisfazendo as necessidades sociais e económicas do País;

Promover a cultura do empreendedorismo nos alunos do ensino secundário para o desenvolvimento empresarial, reforçando as bases empresariais para um sector privado dinâmico em Cabo Verde.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Assistência técnica para a introdução do empreendedorismo nos currícula do Ensino Secundário;
- Apoio à formação dos grupos técnicos (nacional e regional), formadores e professores;
- Apoio à concepção de materiais didácticos;
- Apoio à implementação de mecanismos de monitorização e avaliação;
- Apoio à implementação de experiências piloto.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto (Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário, Delegações do MED e Escolas Secundárias).

Destinatários:

Alunos do 10º e do 12º ano de escolaridade de Escolas Secundárias (via geral e via técnica).

6.3. Aprendizagem ao Longo da Vida

Este Eixo Estratégico de intervenção das políticas públicas tem como objectivo central a Promoção do Acesso e das Oportunidades de Qualificação e o Aumento da Capacitação de Jovens e Adultos. Neste Eixo foram identificados vinte e quatro projectos, dos quais dezanove prioritários.

Figura 4 – Esquema dos Objectivos e Projectos do Eixo Aprendizagem ao Longo da Vida



6.3.1. Aprendizagem Jovem/Formação Profissional em Alternância (projecto prioritário)

Objectivo:

Promover a capacitação dos jovens através da Formação Profissional em Alternância, enquanto processo de aquisição de competências profissionais que promove o emprego e a formação dos jovens.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Componente prática, que decorre nas unidades produtivas (empresas/oficinas) e que é assegurada pelas entidades acolhedoras, através de um ou mais profissionais experientes (tutores) indicados pela própria unidade;
- Componente teórica, decorre em sala e é administrada por um formador da área do domínio de tecnologia da profissão e por demais formadores, consoante os módulos relacionados com tecnologia, cálculo, desenho, higiene e segurança no trabalho, educação para cidadania, gestão de pequenos negócios, etc.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Jovens desempregados na idade compreendida entre os 16 e 24 anos, que abandonaram precocemente o sistema formal de ensino (6.º, 7.º, 8.º, 9.º). O projecto irá dar prioridade aos indivíduos com mais baixa escolaridade.

6.3.2. INSERJuvenil (projecto prioritário)*Objectivo:*

Promover o resgate dos jovens expostos a situações de risco, através da reintegração no Sistema Educativo, ou o ingresso ao Sistema de Formação Profissional como medida de combate à pobreza, exclusão e desigualdade sociais.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Proporcionar aos jovens que abandonaram precocemente os estudos uma possibilidade de reingresso ao sistema educativo ou uma inserção no mercado de trabalho, através da formação profissional;
- Elevar o nível de escolaridade e de empregabilidade no seio da camada juvenil, possibilitando-lhes oportunidades de contribuir com autonomia própria, sociabilidade, realização pessoal e vivência de sua condição juvenil como sujeito consciente dos seus deveres e direitos de cidadão, na construção de uma sociedade cada vez mais justa e equilibrada;
- Combater a pobreza e a exclusão social e contribuir para a redução do desemprego na camada juvenil;
- Contribuir para a minimização de riscos e exposição a riscos sociais, designadamente, diminuição dos índices de violência, uso de drogas, propagação de DSTs, SIDA e prevenir a gravidez precoce e a paternidade irresponsável;
- Contribuir para a redução do trabalho infantil;
- Contribuir para o acesso ao micro-crédito e criação e unidades de produção.

Entidade responsável:

MJEDRH/DGE

Destinatários:

Os destinatários são jovens, de ambos os sexos, expostos a situações de risco, situados na faixa etária 15 -24 anos, fora do Sistema de Ensino e Formação Profissional.

6.3.3. Soldado Cidadão (projecto prioritário)*Objectivo:*

Apoiar a reinserção na vida civil dirigido aos jovens em prestação do serviço militar tanto em regime de conscrição como de contrato.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Facultar aos jovens em prestação do serviço militar com idade inferior a 30 anos e sem qualificação, uma capacitação profissional ou a melhoria das suas qualificações académicas de modo a facilitar a sua reintegração na vida civil e o acesso ao primeiro emprego, por meio do serviço militar;
- Dar maior solidez à formação cívica e à aquisição de valores éticos e de cidadania durante a prestação do serviço militar

Entidade responsável:

MJEDRH/IEFP

Destinatários:

Jovens em prestação do serviço militar com idade inferior a 30 anos e sem qualificação prévia adquirida.

6.3.4. Qualificação Jovem (projecto prioritário)*Objectivo:*

Promover e facultar aos indivíduos/formandos com idades entre 15 e 25 anos uma qualificação profissional certificada, em áreas diversificadas de acordo com a Agenda de Transformação do Governo, de modo a facilitar a sua inserção no mercado de trabalho

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Proporcionar a qualificação profissional dos indivíduos/formandos mediante uma formação teórica e prática em diversas áreas favorecendo conhecimentos e competências necessárias para o exercício de uma profissão;
- Proporcionar aos indivíduos/formandos conhecimentos técnicos elementares e capacidades, de forma a criar condições de acesso a uma profissão de carácter essencialmente prático;
- Formar jovens e adulto em profissões necessárias para mercado de trabalho contribuindo assim para o desenvolvimento pleno do País;
- Elevar as competências técnico-profissionais dos cabo-verdianos, ajustando-as às necessidades e desafios e oportunidades do mercado de trabalho;
- Elevar o nível de escolaridade e conhecimentos dos formandos através da dupla certificação;
- Proporcionar uma formação que integra a componente científica, técnica, tecnológica, prática, sociocultural e de gestão;
- Proporcionar a componente pratica da formação que integra o contexto real de trabalho e/ou a prática simulada em contexto de formação;

- Aumentar o número de ofertas formativas da formação profissional de nível ajustados ao SNQ;
- Aumentar o número de acções em áreas específicas definidas na Agenda de Transformação de Cabo Verde.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Jovens sem qualificação, com 6º, 8º, 10º e 12º ano de escolaridade, com idade entre os 15 a 25 anos.

6.3.5. Campanha de valorização do Ensino Técnico (projecto prioritário)

Objectivo:

Desenvolver uma campanha nos meios de comunicação social (tv, radio, jornais) e produzir materiais de informação e orientação vocacional que permitam sensibilizar e motivar os jovens, sobretudo aqueles que se encontram em fase de opção de percurso escolar, para a frequência e opção pelo ensino técnico, aumentando o número de jovens abrangidos pelo mesmo.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Produzir e difundir materiais de informação e divulgação que permitam valorizar o ensino técnico como uma opção a eleger pelos jovens;
- Produzir e difundir spots televisivos e radiofónicos, com o mesmo objectivo.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto/DGEBS

Destinatários:

Alunos que concluem com sucesso o 10º ano na via geral / via técnica, alunos do ensino secundário geral e população em geral

6.3.6. Desenvolvimento do Ensino Técnico (projecto prioritário)

Objectivo:

Proporcionar uma adequada integração com a formação profissional, promovendo: a vocação e especialização dos jovens e a sua adaptação às exigências da formação tecnológica e profissionalizante.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Possibilitar o aparecimento de novos cursos e de novas especializações;
- Integrar os curricula do ensino técnico e formação profissional por forma a eliminar lacunas e duplicações;

- Tornar sequenciais as diversas fases da formação técnico-profissional;
- Reforçar a formação prática e experimental;
- Aumentar e melhorar a qualidade dos recursos humanos e materiais.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto/DGEBS

Destinatários:

Alunos que concluem com sucesso o 10º Ano na via geral / via técnica inicia-se no 3.º ciclo.

6.3.7. Incremento do Ano Complementar Profissionalizante (ACP) (projecto prioritário)

Objectivo:

Proporcionar ofertas de especialização pós-secundária (Nível 5 de Qualificação) que garantam ao aluno uma adequada inserção no mercado de trabalho.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Aumentar o número de jovens qualificados com nível 5 e melhorar a respectiva empregabilidade;
- Possibilitar o aparecimento de novos cursos e de novas especializações;
- Reforçar a formação prática e experimental;
- Aumentar e melhorar a qualidade dos recursos humanos e materiais.

Entidade responsável:

MED/DGEBS

Destinatários:

Alunos que concluem com sucesso o Ensino Técnico, e que queiram fazer uma especialização antes de entrar no mercado de trabalho.

6.3.8. Criação de Unidades Formativas nas escolas secundárias de via geral (projecto prioritário)

Objectivo:

Criar Unidades Formativas nas escolas secundárias, a fim de dinamizar cursos de formação profissional de nível II e III, de acordo com o Plano Estratégico da Educação e o Regime Geral Jurídico da Formação Profissional, e assim:

- Aumentar e diversificar a oferta formativa nos diversos concelhos do País;
- Alargar as possibilidades de formação e inserção no mercado de trabalho.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Formar técnicos em áreas específicas de acordo com as necessidades de cada localidade onde estão inseridas as Unidades Formativas;
- Complementar e aperfeiçoar os perfis de formação no sentido da convergência e interligação de novas ofertas formativas em articulação com o mercado de trabalho.

Entidade responsável:

MJEDRH/IEFP

Destinatários:

Jovens com idade compreendida entre os 16 e os 25 anos, fora do Sistema Educativo de acordo com os critérios de acesso e permanência no Ensino Secundário.

6.3.9. Incremento dos Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP) (projecto prioritário)

Objectivos:

Promover a formação qualificada e profissionalizante dos jovens para o mercado de trabalho, apostando designadamente nas áreas prioritárias de formação (cluster) para o desenvolvimento sustentável do País, e contribuir para a sua fixação nas localidades de origem

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Aprofundar o nível de conhecimentos científicos e tecnológicos dos potenciais formandos;
- Desenvolver competências pessoais e profissionais adequadas ao exercício profissional qualificado;
- Promover percursos formativos que integrem os objectivos de qualificação e inserção profissional permitindo o prosseguimento de estudos.

Entidade responsável:

MESCI/Universidade de Cabo Verde (UNI-CV)

Destinatários:

Jovem de ambos os sexos, de todo o território nacional, com habilitações exigidas (curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente ao 12ºano; qualificação profissional de nível 4; diplomados com o ensino superior que pretendam a sua requalificação profissional) para frequência de um Curso Superior Profissionalizante que confere um Diploma de Estudos Superiores Profissionais (DESP) e a possibilidade de aceder a um Certificado de Aptidão Profissional que confere qualificação profissional de nível 5.

6.3.10. Formação socio-profissional de base (projecto não prioritário)

Objectivos:

Promover a formação profissional de base, em áreas diversas, a indivíduos sem escolaridade ou com escolaridade básica incompleta, capacitando-os para o exercício de uma profissão

Elevar o nível de qualificação académico e profissional de jovens e adultos, de modo a conseguirem uma melhor (re)inserção social e no mercado de trabalho.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

Elevar o nível de escolaridade e formação dos jovens e adultos;

Potenciar a qualificação profissional de indivíduos mediante uma formação teórica e prática em diversas áreas, desenvolvendo competências necessárias para o exercício de uma profissão e a competitividade;

Formar jovens e adultos em áreas chaves para mercado de trabalho e desenvolvimento do País.

Entidade responsável:

MED/Direcção Geral de Educação e Formação de Adultos

Destinatários:

Jovens e adultos fora dos sistemas educativo e emprego, sem escolaridade ou com escolaridade básica incompleta; jovens e adultos empregados, sem escolaridade ou com escolaridade básica incompleta; mulheres em idade activa e desempregadas; sem escolaridade básica ou com escolaridade básica incompleta.

6.3.11. Novas Qualificações e Catálogo Nacional de Qualificações (projecto prioritário)

Objectivo:

Prosseguir a consolidação do Catálogo Nacional de Qualificações e a ampliação do âmbito do SNQ, através da implementação das qualificações já elaboradas, da elaboração de mais qualificações profissionais e da actualização do Catálogo.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Implementar as 25 qualificações já elaboradas;
- Elaborar 50 novas qualificações profissionais;
- Alargar o CNQ.

Entidade responsável:

Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações (UC-SNQ).

Destinatários:

Todos os utentes do Sistema Nacional de Qualificações

6.3.12. Reforço da capacitação institucional da Unidade de Coordenação do SNQ (projecto prioritário)

Objectivo:

Prosseguir a consolidação da Unidade de Coordenação do SNQ, através do reforço dos seus Recursos Humanos.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Recrutar 3 novos Quadros para a UC- SNQ
- Capacitar tecnicamente esses Quadros

Entidade responsável:

Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações (UC-SNQ)

Destinatários:

Técnicos da Unidade de Coordenação do SNQ

6.3.13. Estruturar o subsistema RVCC profissional (projecto prioritário)*Objectivo:*

Elevar a qualificação da população activa cabo-verdiana, valorizando e certificando a sua experiência de vida e profissional

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Elaboração de 15 Guias de Evidências para o RVCC;
- Definir os Guias Metodológicos e de Procedimentos;
- Definir e formar o perfil de Profissional de RVCC;
- Definir a estrutura organizacional e requisitos das estruturas que implementam o sistema.

Entidade responsável:

UC-SNQ.

Destinatários:

Todos os utentes do Sistema Nacional de Qualificações

6.3.14. Estruturação do subsistema RVCC escolar (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Elevar o nível de escolaridade da população activa cabo-verdiana, valorizando e certificando a sua experiência de vida em termos académicos

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Dotar o sistema de ensino de mecanismos de reconhecimento, certificação e equiparação de qualificações académicas;
- Valorização do conhecimento individual, adquirido de forma informal e não formal e da aprendizagem ao longo da vida.

Entidade responsável:

Unidade de Coordenação do SNQ.

Destinatários:

Todos os adultos com 18 anos e mais que não concluíram um nível de ensino básico ou secundário e que tenham adquirido conhecimentos e competências; através da experiência em diferentes contextos, que possam ser formalizadas numa certificação escolar

6.3.15. Formação socioprofissional à distância (projecto prioritário)*Objectivo:*

Proporcionar acções de formação socioprofissionais a jovens e adultos em todos os concelhos do País, utilizando

as tecnologias de informação e comunicação (TIC), oferecendo assim oportunidades de formação a todos, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Proporcionar acções de formação em diversas áreas promovendo conhecimentos e competências necessárias para o melhor desempenho de uma profissão;
- Capacitar jovens e adultos em áreas chaves para mercado de trabalho e de desenvolvimento do País;
- Criar novas ofertas formativas da formação a distância em áreas chave.

Entidade responsável:

MED/Direcção Geral de Educação e Formação de Adultos

Destinatários:

Jovens e adultos fora dos sistemas educativo e emprego, sem ou com escolaridade básica incompleta; jovens e adultos empregados, sem escolaridade ou com escolaridade básica incompleta; mulheres em idade activa e desempregadas; sem ou com escolaridade básica incompleta.

6.3.16. Fomento da formação à distância nos CESP (projecto prioritário)*Objectivo:*

Promover a formação à distância no âmbito dos Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP), em regime b-learning ou e-learning, ampliando a oferta dos CESP, facilitando e flexibilizando o acesso em termos de regiões e destinatários

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Fazer uma experiência piloto que permita ampliar a oferta dos CESP na modalidade FAD
- Aumentar a oferta dos CESP
- Dinamizar o uso da plataforma “Moodle”

Entidade responsável:

MESCI/Universidade de Cabo Verde (UNI-CV)

Destinatários:

Jovem de ambos os sexos, de todo o território nacional, com habilitações exigidas (curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente a 12º ano; qualificação profissional de nível IV; diplomados com o ensino superior que pretendam a sua requalificação profissional) para frequência de um Curso Superior Profissionalizante que confere um Diploma de Estudos Superiores Profissionalizantes (DESP) e a possibilidade de aceder a um Certificado de Aptidão Profissional que confere qualificação profissional de nível 5.

6.3.17. Desenvolvimento/aquisição de recursos educativos multimédia (projecto prioritário)*Objectivo:*

Desenvolver e adquirir recursos educativos multimédia para os professores do Ensino Básico e Secundário, no âmbito da inserção do TIC em ambiente de sala de aula.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Adquirir conteúdos multimédia específicos para a educação;
- Produzir conteúdos multimédia locais através de acções de formação direccionadas;
- Disponibilizar conteúdos multimédia aos professores EB e ES por cada área disciplinar/ano de escolaridade que cobrem cientificamente todo o programa curricular (do 1º ano até o 12º ano).

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto

Destinatários:

Professores do EBI, ES e alunos

6.3.18. Formação pedagógica de e-professores (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Assegurar a aquisição e o desenvolvimento de competências por parte do público-alvo/destinatários, professores e outros profissionais de Educação/Formação, na modalidade de intervenção formativa à distância

Descrição:

Este Projecto inclui diversas componentes tendentes a capacitar os professores e outros profissionais no sentido de:

- Planear e preparar educação/ formação a distância com recurso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, em ambientes on-line síncronos e assíncronos;
- Desenvolver/animar a formação à distância, aplicando metodologias e-learning, formato b-learning e outros;
- Avaliar aprendizagens e formação a distância on-line, síncrona e assíncrona.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto/Mundu Novu

Destinatários:

Pontos focais do Programa Mundu Novu a nível nacional e outros profissionais de Educação/Formação

6.3.19. Formação pedagógica de e-formadores (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Implementar o sistema de formação à distância na Formação Profissional, designadamente na formação pedagógica de formadores.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Possibilitar a aquisição e o desenvolvimento de competências específicas nos diferentes domínios da formação de formadores, através de metodologias de e-learning e blended-learning;
- Estimular os profissionais a utilizar e a explorar as potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na formação;
- Disponibilizar uma oferta formativa às entidades formadoras que desejem desenvolver FAD;
- Criar uma oferta de formação à distância a nível nacional.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Formadores com apetência para a formação à distância e TICs

6.3.20. Formação contínua (projecto prioritário)*Objectivo:*

Proporcionar aos activos empregados, no decurso da vida profissional, uma capacitação nos domínios tecnológico, organizacional ou qualquer outro relevante, favorecendo a promoção da sua empregabilidade e melhorando a qualidade do emprego.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Proporcionar e melhorar conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento dos activos empregados no âmbito do exercício da profissão;
- Actualizar ou adquirir conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento, no decorrer da profissão;
- Permitir ao indivíduo no decorrer da sua actividade a oportunidade de uma nova actividade profissional;
- Desenvolver e aprofundar capacidades, atitudes e formas de comportamento ou conhecimentos adquiridos durante a formação inicial, necessários ou melhor desempenho de certas tarefas profissionais.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Profissionais /trabalhadores empregados, no exercício da sua actividade profissional

6.3.21. Centros de pequenos ofícios (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Facultar aos jovens e adultos activos, desempregados uma Formação de capacitação qualidade em áreas diversificadas de modo a facilitar a inserção no mercado de trabalho, promoção do auto-emprego e ainda ocupar os indivíduos de forma útil e agradável e ter oportunidade de ter um ofício.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Proporcionar a qualificação dos jovens mediante uma formação teórica e pratica em diversas áreas, favorecendo assim a sua integração no mercado de trabalho;
- Integrar e colocar jovens desocupados e desempregados no mercado de trabalho, proporcionando-lhes uma formação e experiência prática;
- Promover a reabilitação de edifícios do Estado e comunitários (escolas, CEJ, centros comunitários), bem como promover a gestão desse património que funciona como motor de desenvolvimento local, através dos cursos de curta duração.
- Actuar como apoio e embrião dos Centros permanentes para dinamização do saber e do emprego.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Jovens e adultos de todas as idades com idade compreendida entre os 17 a 25 anos com e sem qualificação, a partir do 6º ano de escolaridade.

6.3.22. Consolidação da Unidade Nacional de Orientação Escolar Vocacional Profissional (UNOEV) (projecto prioritário)*Objectivo:*

Alargar a rede de Núcleos de Orientação Escolar Vocacional Profissional nas Escolas Secundárias de via geral e via técnica.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Ministras e coordenar formações específicas em matéria de Orientação Escolar Profissional;
- Fazer o seguimento e a supervisão do Núcleos de Orientação Escolar Vocacional Profissional;
- Organizar e promover feira das profissões em parceria com os do Núcleos de OEVP;
- Elaborar uma Base de dados com toda a informação relativa às ofertas de educação/formação, que funcione como instrumento de orientação.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto: Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário/ UNOEV.

Destinatários:

Alunos das Escolas Secundárias; jovens e adultos abrangidos pelos CESP, CEFP, Centros de Educação e Formação de Adultos da DGEFA/MED

6.3.23. Orientação profissional jovem (projecto prioritário)*Objectivo:*

Reforçar a intervenção pública em termos de orientação profissional dos jovens, através da criação de Gabinetes de Orientação Profissional nas estruturas descentralizadas do IEFP, ou seja, nos Centros de Emprego e de Formação Profissional existentes ou que estão sendo criados.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Criar Gabinetes de Orientação Profissional;
- Acompanhar e supervisionar os Gabinetes de Orientação Profissional;
- Formar conselheiros vocacionais e profissionais;
- Fornecer directrizes de organização e funcionamento dos gabinetes.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Técnicos dos CEFP; conselheiros vocacionais e profissionais.

6.3.24. Produção e aquisição de recursos para a orientação vocacional e profissional (projecto prioritário)*Objectivo:*

Desenvolver e adquirir recursos educativos multimédia para os Núcleos de Orientação Escolar Vocacional Profissional sediados nas Escolas Secundárias, no âmbito da orientação escolar profissional

Descrição:

Este projecto inclui as seguintes componentes:

- Adquirir conteúdos multimédia específicos para orientação vocacional;
- Construir um site onde possa ser feito a orientação vocacional;
- Produzir jogos e conteúdos multimédia para jovens sobre profissões;
- Disponibilizar conteúdos multimédia aos Núcleos de Orientação Escolar Vocacional Profissional, para trabalhar com alunos do 8º, 10 e 12º ano de escolaridade;
- Desenvolver teste e questionários de interesse vocacional para ser aplicados on-line.

Entidade responsável:

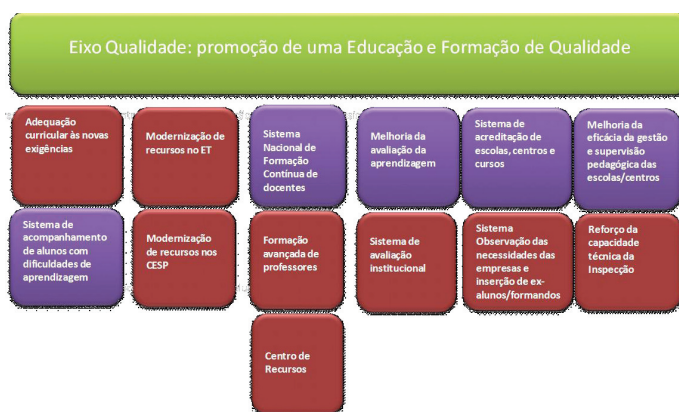
Ministério da Educação e Desporto (UNOEV/ DGEBS)

Destinatários:

Núcleos de Orientação Escolar Vocacional Profissional, alunos/jovens do 8º, 10 e 12º ano de escolaridade.

6.4. Qualidade dos Sistemas

Este Eixo Estratégico de intervenção das políticas públicas tem como objectivo central a Promoção de uma Educação e Formação de Qualidade, capazes de proporcionar ao Cidadão competências técnicas e transversais necessárias para a plena integração na Sociedade, potenciando a sua Empregabilidade e o exercício de uma Cidadania Activa e, nessa perspectiva, elegeram-se treze projectos, dos quais sete prioritários.

Figura 5 – Esquema dos Objectivos e Projectos do Eixo Qualidade**6.4.1. Adequação curricular às novas exigências (projecto prioritário)***Objectivo:*

Rever no Ensino Técnico os programas das áreas técnica e de algumas disciplinas de carácter geral de acordo com as necessidades e as especificidades da via técnica e conceber planos de estudos para novas áreas e ajustar os currículos de todos os sub-sistemas à abordagem por competências.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Adaptar os currículos do ensino técnico aos novos desafios socioeconómicos;
- Conceber programas para as novas áreas do Ensino Técnico Profissional, ACP, UF e FP;
- Reajustar os programas das disciplinas de carácter geral (línguas estrangeiras, física e matemática) e disciplinas técnicas do ET na perspectiva de abordagem por competência;
- Ajustar os perfis de formação de todos os sub-sistemas ao SNQ e à abordagem por competências;
- Conceber manuais e guias técnicos de apoio.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto, MJEDRH e UC-SNQ

Destinatários:

Escolas técnicas, escolas secundárias, centros de FP, professores/formadores e alunos/formandos.

6.4.2. Sistema de acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Implementar um Sistema de acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem contribuindo para o aumento do sucesso educativo.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Promover a aprovação de normativo com vista a instituir o sistema de acompanhamento;
- Definir modalidades, mecanismos e instrumentos de apoio as escolas na implementação do acompanhamento de alunos;
- Estabelecer a criação de uma rede de empresas e instituições públicas e privadas visando actividades práticas em contexto de trabalho;
- Envolver a família no processo de recuperação de alunos com dificuldades.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto

Destinatários:

Alunos do Ensino Secundário e formandos da Formação Profissional

6.4.3. Modernização de recursos no Ensino Técnico (ET) (projecto prioritário)*Objectivo:*

Reforçar as escolas e cursos do ET em equipamentos de laboratórios e oficinas contribuindo para a melhoria da aprendizagem e da capacidade de inovação.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Ampliar e consolidar as actividades de estudos e pesquisas laboratoriais e as competências específicas em determinadas áreas técnicas dos alunos do ET e das Unidades Formativas;
- Permitir a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala, desenvolvendo o saber-fazer.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto

Destinatários:

Professores e Formandos do ET e das Unidades Formativas

6.4.4. Modernização de recursos nos CESP (projecto prioritário)*Objectivo:*

Reforçar os CESP em equipamentos de laboratórios e oficinas contribuindo para a melhoria da aprendizagem, da capacidade de inovação bem como da investigação, produção e difusão de novos conhecimentos nas áreas científicas e tecnológicas prioritárias.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Ampliar e consolidar as actividades de estudos e pesquisas laboratoriais no âmbito multidisciplinar desenvolvendo conhecimentos em materiais e produtos tecnológicos;
- Promover formação avançada nestes domínios;
- Promover a interdisciplinaridade, explorando as articulações possíveis entre as áreas científico-tecnológicas envolvidas nas diferentes actividades;
- Desenvolver, ao nível nacional, a cooperação entre as entidades de investigação e/ou Universidades.

Entidade responsável:

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação.

Destinatários:

Professores e Formandos dos CESP.

6.4.5. Sistema Nacional de Formação Contínua de Docentes (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Implementar um Sistema Nacional de Formação Contínua de Professores (SNFC) que permita a coordenação, o seguimento e a avaliação da formação contínua

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Criar e implementar um Sistema Nacional de FC de Professores através da aprovação de um diploma próprio;
- Definir modelos de coordenação, seguimento e avaliação do Sistema Nacional de FC de professores;
- Criar um Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua com funções de acreditação as entidades formadoras e de acompanhamento e avaliação das acções de formação contínua de professores;
- Promover modalidades de formação à distância potenciando a utilização do Centro Virtual de FC de professores (CVFC) e da Rádio Educativa;
- Criar uma rede nacional de entidades formadoras.

Entidade responsável:

Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação

Destinatários:

Professores do ensino não superior e formadores do CESP

6.4.6. Formação avançada de professores (projecto prioritário)*Objectivos:*

Considerando que os CESP constituem uma área nova de formação de nível 5, trata-se de uma iniciativa de capacitação técnica e pedagógica, incluindo a utilização das TIC e eventualmente a formação à distância, iniciação à investigação, numa abordagem da aprendizagem por competências.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Capacitar os professores do CESP para que possam estar aptos a desenvolver o ensino e aprendizagem numa abordagem por competências contribuindo para uma melhor e mais adequada preparação dos adolescentes e jovens para a entrada na vida activa.
- Desenvolver competências em TIC de modo a que os professores possam estar aptos a utilizá-los na sua prática docente dentro e fora da sala de aula.
- Formar professores/formadores em novas áreas e cursos dos CESP.
- Promover a pesquisa, produção de estudos no campo educacional e científico-tecnológico.
- Aumentar a capacidade técnica e pedagógica dos professores do CESP.

Entidade responsável:

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação.

Destinatários:

Professores e alunos dos CESP

6.4.7. Centro de Recursos (projecto prioritário)*Objectivo:*

Contribuir para melhorar a prestação técnica e pedagógica dos professores, formadores, tutores e técnicos do sistema, de forma a potenciar o seu desenvolvimento harmonioso e a garantir a qualidade da formação

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Promover formação e actualização permanente dos principais intervenientes no sistema formativo;
- Capacitar técnicos para a realização do acompanhamento e supervisão das actividades formativas;
- Promover a integração das TIC em contextos formativos, colocando à disposição dos utentes diversos recursos electrónicos: software, documentos, páginas web, entre outros.

Entidade responsável:

MJEDRH/Instituto do Emprego e Formação Profissional

Destinatários:

Numa primeira fase, formadores (teóricos e práticos) da formação técnica e profissional/CESP, tutores e orientadores de estágios profissionais e conselheiros de orientação escolar e profissional; na fase seguinte, técnicos das áreas de educação e formação e pessoal técnico da educação e formação de adultos.

6.4.8. Melhoria da avaliação da aprendizagem (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Implementar um Sistema Nacional de Avaliação da Aprendizagem (SNA) que visa coordenar e acompanhar de forma sistemática todo o processo de avaliação das aprendizagens (interna e externa) e propor medidas de melhoria da qualidade do sistema educativo

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Elaborar e aprovar o diploma que cria o Sistema Nacional da Avaliação da Aprendizagem;
- Criar mecanismos e instrumentos de coordenação SNA;
- Criar uma base de dados em rede que permite o acompanhamento de todo o SNA (nível central, concelho e escola);
- Rever o sistema de avaliação das aprendizagens com vista à sua adequação à nova abordagem curricular por competências (ACP, ET, UF, FP e CESP);
- Institucionalizar a prática da realização da avaliação aferida no ES (1º e 2º ciclos ES) como instrumento de controlo da qualidade de ensino/aprendizagem;
- Orientar e dinamizar o processo de avaliação interna das escolas e da avaliação externa/exames;
- Conhecer experiência de avaliações internacionais e preparar as condições para participação em avaliações a nível da Sub-Região.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto

Destinatários:

Escolas do ensino secundárias, Centros de Formação profissional e Universidade (CESP)

6.4.9. Sistema de Avaliação institucional (projecto prioritário)*Objectivo:*

Criar um sistema de avaliação institucional *Descrição:*

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Definir modelos de avaliação institucional a nível do ET, e CF, com base em experiências existentes;

- Realizar a avaliação institucional junto a Escolas e Centros de FP;

- Implementar o funcionamento do Conselho para a Qualidade, Avaliar o impacto dos órgãos colegiais (Assembleia de Escola no ES/ET e CPQA) na promoção e controlo da qualidade dos resultados escolares e da gestão dos estabelecimentos públicos;

- Institucionalizar a prática de auto-avaliação ou avaliação interna das instituições de ensino e formação profissional;

- Criar um sistema de monitorização e seguimento das avaliações institucionais;

- Capacitar técnica e metodologicamente os inspectores e outros parceiros intervenientes na avaliação institucional.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto/IGE

Destinatários:

Escolas secundárias via geral e Ensino Técnico, ACP e UF e Centros de Formação Profissional

6.4.10. Sistema de Acreditação de escolas, centros e cursos de formação (projecto não prioritário)*Objectivo:*

Consolidar o sistema de acreditação das escolas, centros e cursos de formação profissional e profissionalizante

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Adequar a legislação existente dos sectores no referente a procedimentos de acreditação de cursos profissionais, de escolas e de centros de formação;
- Conceber manuais de procedimentos uniformizados;
- Promover a acreditação dos centros de formação existentes;
- Promover a acreditação de cursos.

Entidade responsável:

MJEDRH/UC-SNQ.

Destinatários:

Titulares de escolas privadas e centros de formação profissional, públicos e privados

6.4.11. Sistema de observação das necessidades de qualificação das empresas e da inserção de ex-alunos e formandos (projecto prioritário)*Objectivo:*

Criar um sistema integrado de informação capaz de fornecer dados relevantes para a tomada de decisão relativa, nomeadamente, à reorganização da oferta do ensino

técnico-profissional e da formação profissionalizante, permitindo ajustar os cursos e currícula às necessidades das empresas, e ainda sobre a empregabilidade dos diplomados

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Realizar anualmente um processo de inquirição junto das empresas cabo-verdianas, para definir as respectivas necessidades de qualificação e de mão-de-obra;
- Realizar anualmente um inquérito longitudinal aos diplomados do ET, FP e CESP, aferindo as condições da sua empregabilidade e situação face ao mercado de trabalho.

Entidade responsável:

MJEDRH/Observatório do Emprego

Destinatários:

Responsáveis pela gestão das ofertas do ensino técnico-profissional e dos CESP e decisores políticos

6.4.12. Melhoria da eficácia da gestão e supervisão pedagógica nas escolas/centros (projecto não prioritário)

Objectivo:

Melhorar a eficácia da gestão e supervisão pedagógica nas escolas /centros de formação profissional como forma de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem e formação profissional.

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Reconfigurar o modelo de gestão e supervisão pedagógica das escolas e centros mediante a adequação dos normativos;
- Reforçar a formação de gestores, supervisores/ coordenadores pedagógicos e directores de turma em temáticas pedagógicas nomeadamente: supervisão pedagógica, projecto educativo, projecto curricular de turma, auto-avaliação de escolas e centros;
- Promover a institucionalização da auto-avaliação da escola como instrumento interno que visa a melhoria da qualidade educativa.

Entidade responsável:

Ministério da Educação e Desporto

Destinatários:

Gestores, coordenadores, directores de turma e professores, técnicos do SETP e IIEFP

6.4.13. Reforço da capacidade técnica da Inspeção (projecto prioritário)

Objectivo:

Alargar e qualificar as competências de intervenção da inspeção nos sectores da Educação e Formação Profis-

sional, contribuindo assim para melhorar a eficácia da gestão e qualidade pedagógica das escolas e dos centros de formação profissional

Descrição:

Este Projecto inclui as seguintes componentes:

- Adequar o modelo de organização e funcionamento da Inspeção aos novos desafios da educação/formação;
- Adquirir competências técnicas que permitam melhorar a prática de avaliação de escolas/centros de formação profissional, acções de acompanhamento ao funcionamento de escolas/centros FP, vistorias e supervisão pedagógica;
- Aumentar o número intervenções inspectivas;
- Conhecer os princípios e as técnicas científicas e metodológicas que orientam a avaliação por competências;
- Formação em matéria de definição de critério, metas e indicadores no âmbito de planeamento estratégico/Balanced Scorecard;
- Criar um sistema de monitorização e seguimento das escolas avaliadas com recurso a utilização de um sistema integrado de informação onde as escolas se encontram em conexão;
- Conhecer e trocar experiências com outros modelos de Inspeções.

Entidade responsável:

Ministério de Educação e Desporto – IGE

Destinatários:

Inspectores do sistema educativo e de formação.

7. GOVERNAÇÃO DO PLANO ESTRATEGICO

A governação do Plano, nas suas diversas componentes de coordenação política, gestão, acompanhamento e avaliação rege-se pelos princípios da atribuição e delimitação de competências e responsabilidades entre entidades públicas envolvidos na sua implementação, da cooperação e articulação entre organismos do Estado para reforçar a eficácia das medidas e acções, da participação dos parceiros económicos e sociais na formulação e concretização das políticas públicas, da prestação de contas sobre a gestão dos recursos públicos e da avaliação de resultados.

O modelo de governação será objecto de regulamentação própria, através de Despacho Conjunto das tutelas envolvidas na gestão do Plano Estratégico.

7.1. Coordenação

A implementação do Plano terá no topo do seu modelo de governação um Comité Interministerial de Coordenação, constituído por representantes de alto nível dos dois Ministérios com o volume maioritário de projectos a executar, a saber:

- Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos;

- Ministério da Educação e Desporto;
- Sendo o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação chamado à coordenação no referente às decisões de interagência setorial e ou em momentos considerados necessários.

Sempre que os temas das reuniões assim o justifiquem, poderá também ser convocado um representante do Ministério do Turismo, Indústria e Energia e do Ministério do Desenvolvimento Rural. Poderão ainda ser convocados representantes de outros Ministérios, desde que a sua presença seja considerada relevante para a análise dos temas em discussão.

Os membros do Comité serão representantes directos dos Ministros das pastas em apreço e deverão fazer a ligação entre a gestão técnica do Plano e a sua governação política.

- O Gestor do Plano terá assento permanente no Comité de Coordenação, sem direito a voto.
- O modelo de Presidência do Comité será acordada entre os membros do Governo das pastas em apreço, devendo ser definida na regulamentação específica relativa à governação do Plano, anteriormente referida.
- O Comité Interministerial de Coordenação reunirá trimestralmente e sempre que o seu Presidente o convocar.
- As atribuições do Comité são as seguintes:
 - Acompanhar superiormente a gestão, execução e avaliação do Plano;
 - Desenvolver diligências junto dos Ministérios que representam, sobretudo os departamentos envolvidos na execução do Plano, no sentido de se atingirem atempadamente os objectivos do Plano, tendo em conta os progressos na implementação;
 - Apreciar e decidir sobre as propostas de alteração do Plano provenientes da Comissão de Gestão;
 - Submeter a decisão ministerial/governamental as propostas consideradas relevantes que visem uma melhor governação e execução do Plano e que impliquem, nomeadamente, alterações legislativas ou orçamentais.

7.2. Gestão

A Gestão do Plano é atribuída a uma Comissão de Gestão, presidida por um Gestor do Plano e constituída ainda pelo responsável da Unidade de Coordenação do SNQ, pelo Coordenador do Observatório do Emprego, pelos Directores-Gerais do Planeamento (DGPOG) do MJEDRH e do MED, por um responsável (PCA) do IEFP e por um representante da Direcção Nacional do Planeamento, do Ministério das Finanças e do Planeamento.

O Gestor será o responsável por uma Unidade de Gestão funcional e deverá exercer as suas funções a tempo inteiro. É nomeado por Despacho Conjunto das duas tutelas

envolvidas na gestão do Plano, ouvido o MESCI, e é apoiado por uma equipa cuja composição será definida de acordo com as necessidades específicas do Plano, nomeadamente dos Técnicos Sénior que integrarão a Unidade de Gestão e que serão escolhidos através de um processo acordado entre as tutelas.

Em concertação com a Comissão de Gestão, é da responsabilidade do Gestor:

- a) assegurar o cumprimento das metas físicas, financeiras e resultados do Plano, dentro de regras de eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos;
- b) definir as regras de funcionamento e de “reporting” da implementação do Plano;
- c) manter um ponto da situação permanentemente actualizado da implementação do Plano, incluindo análise de desvios e justificação para os mesmos;
- d) assegurar a criação e funcionamento de um sistema de informação e monitorização do Plano, contendo informação on-line física, financeira e de resultado da execução do Plano, de acordo com a sua estrutura operacional e tendo como unidade base o projecto, em articulação com o Observatório do Emprego;
- e) fazer recomendações e propostas de alteração ao Comité Interministerial de Coordenação referentes ao conteúdo do Plano, à sua gestão e acompanhamento, para melhorar a sua execução e conseguir atingir os seus objectivos;
- f) definir as regras de avaliação do Plano e articular com o Observatório do Emprego para a realização dos trabalhos necessários para esse fim;
- g) elaborar os relatórios semestrais, anuais e final de execução do Plano, incluindo uma análise da execução anual e acumulada desde o início do Plano, o progresso dos indicadores físicos e financeiros e respectivos desvios;
- h) assegurar a realização de estudos e de actividades de consultoria que se revelem necessários à boa execução, acompanhamento e avaliação do Plano.

A Comissão de Gestão reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês e sempre que o Gestor a convoque, em função das necessidades de gestão.

A Comissão de Gestão é apoiada em todas as suas funções pelos seguintes Comités Temáticos:

- Comité Emprego e Empreendedorismo
 - Técnico Coordenador responsável por esta área;
 - Representantes dos MJEDRH, MED e MESCI

- Representante do MESCI e do MTIE/ADEI
- Representantes de Associações empresariais e sectoriais
- Representantes de entidades relevantes nos domínios das micro-finanças e micro-crédito
- Comité Aprendizagem ao Longo da Vida
 - Técnico Coordenador responsável por esta área
 - Representantes dos MJEDRH, MED e MESCI
 - Representante do MESCI e da UC-SNQ
 - Representantes de Associações empresariais e sectoriais
- Comité Qualidade
 - Técnico Coordenador responsável por esta área
 - Representantes dos MJEDRH, MED e MESCI
 - Representante do MESCI e das instituições governamentais relevantes para o domínio da Qualidade
 - Responsáveis de parceiros da sociedade civil relevantes para o sistema educativo, nomeadamente Associações de pais e Alunos

Poderão ser convocados para as reuniões dos Comités outros representantes de instituições públicas e privadas, consideradas necessárias para a discussão dos temas em agenda.

As atribuições dos Comités Temáticos, através do Coordenador, são as seguintes:

- Assegurar a boa e atempada execução dos programas previstos no respectivo Eixo Estratégico;
- Acompanhar a implementação e o nível de execução das medidas de política, previstas no respectivo Eixo Estratégico; · Propor à Comissão de Gestão acções correctivas ou preventivas para que os projectos estejam em conformidade com os respectivos objectivos, resultados e cronogramas de actividades de cada projecto
- Identificar pontos de estrangulamento e propor soluções à Comissão de Gestão
- Propor à Comissão de Gestão a alteração, sempre que for necessário, do plano de execução dos projectos, relativamente ao orçamento de cada projecto, afectação de recursos humanos e cronogramas de trabalho e informar a Comissão de Gestão.
- Propor a permanente introdução de dados físicos e financeiros dos projectos integrantes do Plano no sistema de informação;

- Elaborar relatórios trimestrais e pontos da situação da execução do Plano, no respectivo Eixo Estratégico, com análise de desvios financeiros e físicos relativamente às acções do Eixo em causa, com recomendações para a sua melhoria e envio à Comissão de Gestão;
- Preparar contributos “temáticos” para as análises e relatórios a preparar pela Comissão de Gestão.

Os Comités Temáticos reúnem trimestralmente e sempre que para o efeito forem convocados pelo respectivo Coordenador.

O estatuto, atribuições e condições de exercício da função de Coordenador de cada Comité Temático serão definidos em regulamentação específica.

7.3. Acompanhamento

É constituída uma Comissão de Acompanhamento do Plano enquanto fórum alargado à sociedade civil de discussão, reflexão e orientação para a implementação do Plano.

O Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional (CNEF) desempenha as funções de Comissão de Acompanhamento do Plano; neste contexto, tem carácter consultivo e tem as seguintes atribuições:

- Debater as principais questões relativas ao conteúdo do Plano, designadamente no que respeita à política de emprego, ao ensino e formação técnico-profissional, à qualidade dos sistemas de ensino técnico e formação e à articulação entre os diversos subsistemas;
- Analisar e emitir parecer sobre os relatórios anuais elaborados pela Comissão de Gestão sobre o progresso na execução do Plano;
- Analisar e emitir parecer sobre os relatórios de avaliação do Plano;
- Aconselhar o Gestor sobre eventuais ajustamentos a introduzir na trajectória de execução do Plano ou novas medidas que a situação socioeconómica ou do mercado de emprego justifique.

O CNEF, enquanto Comissão de Acompanhamento, reúne ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que o Gestor do Plano o solicitar ao seu Presidente. Naquelas reuniões participam ainda, como membros com direito a voto, os seguintes elementos:

- Representantes dos principais doadores do PEITEP e de políticas com clara articulação com a sua execução.
- Um representante da DNP do Ministério das Finanças e do Planeamento.
- O responsável pelo Fundo de Promoção do Emprego e da Formação.

7.4. Avaliação

O modelo de avaliação previsto para o Plano prevê dois momentos de avaliação externa: a avaliação de meio percurso no final do terceiro ano da sua implementação e a avaliação final do Plano após a sua conclusão. Ambas estas avaliações devem ter natureza independente e constituir um olhar exterior sobre o ritmo e as realizações atribuíveis ao Programa, ou seja, avaliar a eficiência e eficácia das medidas implementadas com recursos públicos, bem como estimar o seu impacto na sociedade cabo-verdiana.

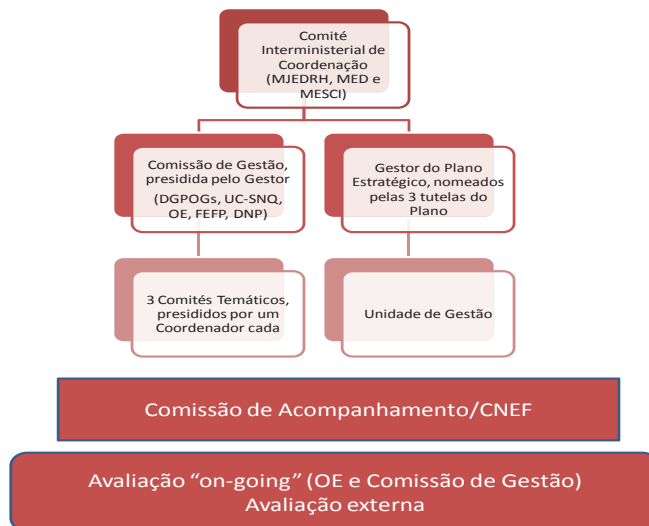
O lançamento das avaliações externas, bem como a preparação dos cadernos de encargos para esses exercícios, deverá ficar a cargo do Observatório do Emprego, o qual deve articular com a Comissão de Gestão para esse fim.

Para além das avaliações externas, desenvolver-se-á um sistema de avaliação on-going, efectuado no âmbito do Observatório do Emprego e que terá lugar anualmente, apoiado pelo Sistema de Informação Integrado. Trata-se de uma avaliação dos resultados obtidos em cada ano com base no Relatório anual, com vista a corrigir erros, aumentar a eficácia da afectação de recursos e acelerar, se for caso disso, o ritmo de execução para se atingirem os objectivos e metas previamente fixados.

A análise e aprovação de todos os Relatórios de avaliação, nomeadamente do Relatório de avaliação anual, será efectuada no seio da Comissão de Gestão e será complementada com uma análise mais diversificada e rica no âmbito da Comissão de Acompanhamento, onde estão representados os principais stakeholders, públicos e privados, do Plano.

Esquematisando:

Figura 6 – Esquema do modelo de Governação do Plano Estratégico



7.5. Quadro-síntese do modelo de Governação

	Coordenação	Gestão	Acompanhamento	Avaliação
Designação da instância	Comité Interministerial de Coordenação	Comissão de Gestão (CG). Comités Temáticos (CT)	CNEF	Observatório do Emprego (OE)
Presidência/ Responsabilidade	Rotativa	Gestor Coordenadores CT	Presidente CNEF	OE
Representantes, Membros ou Intervenientes	MJEDRH MED, MESCI MTIE MDR Outros Ministérios	CG: Gestor, UC-SNQ, OE, Lux-Dev, Coordenadores CT CT: MJEDRH, MED, MESCI, Responsáveis programas, (UC-SNQ; ADEI)	Representantes do Estado, Empregadores, Trabalhadores e Sociedade civil	
Atribuições	Articulação entre a gestão técnica do Plano e a sua governação política; submissão ao Governo de medidas legislativas e orçamentais	Gestão do Plano e seus 4 Eixos Estratégicos. Garantia de cumprimento das metas físicas, financeiras e de resultado, elaboração de relatórios periódicos, sistema de acompanhamento on-line, medidas para melhorar execução do Plano	Forum alargado à sociedade civil de discussão, reflexão e orientação para a implementação do Plano	Coordenação do processo de avaliação externa independente, com elaboração de cadernos de encargos e lançamento e acompanhamento de todo o processo
Periodicidade	Trimestral	Mensal	Anual	Final 3º ano e após conclusão do Plano. Avaliação interna on-going

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Relatório Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2009
- Relatório UNESCO sobre a Qualidade 2005 (1)
- Relatório da Comissão Europeia 2001
- Relatório da UNESCO, MEC, 2010
- Grandes Opções do Plano
- Programa do Governo para a VIII Legislatura, 2011
- Recenseamento Geral da População e Habitação, INE, 2010
- Anuário Estatístico da Educação (2008/09 a 2010/2011)
- Anuário Estatístico 2010/11, MESCI
- QUIBB 2010 – Questionário Unificado dos Indicadores de Bem-estar, INE, 2010
- Principais indicadores da Educação (2010/2011)
- Plano Estratégico da Formação Profissional, IEFP, 2007
- Plano Estratégico da Educação (2003/2013)
- “Apoyo à Formulação de uma Política Integrada de Educação, Formação e Emprego – Diagnóstico síntese do Sector da Educação, Formação e Emprego”, Leaderconsulting, Maio 2012
- IESE, “Estudo Prospectivo sobre os Recursos Humanos Estratégicos para o Desenvolvimento de Cabo Verde”, Relatório Final, Julho 2012
- QUATERNAIRE PORTUGAL, “Estudo de Base dos Sectores do Ensino Técnico, Formação Profissional e Emprego”, Relatório Final, Dezembro 2011
- IEFP, “Estudo do Impacto da Formação Técnica e Profissional em Cabo Verde”, Praia, 2009
- Relatório Sectorial Ensino Técnico, Formação profissional, Emprego e Empreendedorismo, MED/MJEDRH, 2011
- Relatório Sectorial Ensino Técnico, Formação profissional, Emprego e Empreendedorismo, MED/MJEDRH, 2010
- RESEN - Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) Lei nº 2/2010, de 7 de Maio
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) Lei nº103/III/90, de 29 de Dezembro e alterada pela Lei nº2/2010, de 7 de Maio
- DL nº 20/2002 de 19 de Agosto que regula a organização e gestão das Escolas Secundárias
- Decreto-Lei nº 20/2010, de 14 de Junho
- DL nº 20/2012, de 19 de Julho, que estabelece o Regime jurídico das instituições de Ensino Superior
- Decreto-lei 37/2003 de 6 de Outubro, Regime Jurídico Geral da Formação Profissional
- Despacho-conjunto ME/MJEDRH nº 334/2012
- Estatuto da Carreira Docente (ECD)
- Projecto do DL que cria as Unidades Formativas e Despacho que cria o ACP
- Projecto do DL que cria o CESP
- Relatório Anual das Actividades da IGE (2009 a 2011)
- Plano de Actividades da IGE 2010 a 2012
- Relatórios dos Grupos Temáticos ALV, Qualidade e Emprego e Empreendedorismo do Programa CVE/077, Agosto 2012

ANEXOS**ANEXO I – ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJECTOS QUE CONCRETIZARÃO CADA EIXO ESTRATÉGICO****Eixo 1: Emprego e Inserção**

<i>Matriz de responsabilidades</i>			
<i>Designação do Projecto</i>	<i>Lidera:</i>	<i>Participa:</i>	<i>Concerta com/Envolve</i>
Projecto Estágios Profissionais	MJEDRH/IEFP	ONGs Câmaras Municipais Empresas	Câmaras de Comércio Associações de Jovens Empresários Embaixadas
Projecto Inserção de Jovens Diplomados	MJEDRH/IEFP		ADEI
Projecto Inserção DLD	MJEDRH/IEFP	Autarquias Locais	ADEI
Programa de Reforço Institucional e BQE	MJEDRH/IEFP		ADEI, NOSI;SEAP/DGAP Casa do Cidadão
Projecto PROJOVEM	MJEDRH/DGE	DGEFA; DGJ ICIEG e DGSS	ADEI
Projecto Iniciativas Locais e Regionais de Emprego	MJEDRH/IEFP	Autarquias Locais	ADEI DGEFA

Eixo 2: Empreendedorismo, Desenvolvimento social e empresarial

<i>Designação do Projecto</i>	<i>Matriz de responsabilidades</i>		
	<i>Lidera:</i>	<i>Participa:</i>	<i>Concerta com/Envolve</i>
Projecto de Promoção do Empreendedorismo	MJEDRH/IEFP	CESP SETP/MED	DGE ADEI OIT/BIT
Projecto de Apoio ao Empreendedorismo de Mulheres Jovens	MJEDRH/IEFP	ICIEG ONG'S	ADEI
Projecto Competitividade e Inovação Empresarial	ADEI	MJEDRH/IEFP Associações	Ministério do Desenvolvimento Rural
Programa curricular empreendedorismo no ensino secundário	MED/DGEBS	Escolas Secundárias e Escolas do ET	ONUDI

Eixo 3: Aprendizagem ao Longo da Vida

<i>Designação do Projecto</i>	<i>Matriz de responsabilidades</i>		
	<i>Lidera:</i>	<i>Participa:</i>	<i>Concerta com/Envolve</i>
Projecto Qualificação Inicial de Jovens	MJEDRH/IEFP		Entidades formadoras (públicas e privadas) acreditadas e empresas
Projecto Aprendizagem Jovem	MJEDRH/IEFP		DGEFA DGJ
Projecto Criar UFs nas ES via geral	MED/DGEBS	IEFP	Escolas secundárias de via geral
Projecto Incremento dos CESP	MESCI/UNI-CV		IEFP/CEFP
Projecto Soldado Cidadão	MJEDRH/DGE	Forças Armadas e IEFP/CEFP	DGE MDN
Projecto Campanha de Valorização do ET	MED/DGEBS	Escolas Secundárias	MJEDRH
Projecto Desenvolvimento do ET	MED/DGEBS		
Projecto Incremento do ACP	MED/DGEBS	MED	Escolas secundárias públicas
Projecto Criação de Centros de Pequenos Oficinas	MJEDRH/IEFP	Autarquias Locais	DGEFA, DGJ, MED, Câmaras Municipais, Associações, ONG
Projecto Formação socioprofissional de Base	MED/DGEFA	Centros EFA	CFP, Escolas secundárias, Centros juvenis, Escola salesiana
Projecto Formação Contínua	MJEDRH/IEFP	Associações, Empresas	
Projecto Novas Qualificações e CNQ	UC-SNQ	MJEDRH, MED MESCI, Parceiros económicos e sociais	Comités sectoriais, MJEDRH, MED, MESCI
Projecto Reforço da Capacitação Institucional da UC-SNQ	UC - SNQ	MJEDRH MED MESCI	MJEDRH, MED, MESCI

Projecto Estruturação do sub-sistema RVCC Profissional	UC - SNQ	MED, DGEFA	Escolas secundárias (ensino geral e técnico), CEFP, Centros privados de FP, sector empresarial e produtivo
Projecto Estruturação do RVCC Escolar	UC - SNQ	MED, MJEDRH	Escolas secundárias (ensino geral e técnico), CEFP, Centros privados de FP, sector empresarial e produtivo
Projecto Consolidação da UNOEV	MED/DGEBS/ UNOEV	MJEDRH MESCI	MJEDRH
Projecto Orientação Profissional Jovem	MJEDRH/IEFP	MED (UNOEV)	CEFP
Projecto Produção de Aquisição de Recursos para a OVP	MED (UN- OEV/DGEBS)		NOSI
Projecto Formação Socio-profissional à Distância	MED/DNE		Delegações do MED, Centros EFA
Projecto Formação Pedagógica de E-professores	MED/Mundu Novu		Escolas, Delegações do MED, DG- POG do MED
Projecto Formação Pedagógica de E-formadores	MJEDRH/IEFP		DGEFA, UNI-CV
Projecto Fomento da FAD nos CESP	MESCI/UNI-CV		IEFP, MED
InserJuvenil	MJEDRH/DGE	ICCA, DGEFA, IEFP e e DGSS	UNOEV/MED
Projecto Desenvolvimento/ aquisição de Recursos Educativos Multimédia	MED/Mundo Novu		NOSI

Eixo 4: Qualidade

<i>Descrição</i>	<i>Matriz de responsabilidades</i>		
	<i>Lidera:</i>	<i>Participa:</i>	<i>Concerta com/Envolve</i>
Projecto Adequação Curricular às Novas Exigências	MED/DGEBS	MJEDRH	UC-SNQ
Projecto Sistema de Acompanhamento de Alunos com Dificuldades	MED/DGEBS		MED, IEFP
Projecto Modernização de Recursos	MED/DGEBS	MESCI	IEFP
Projecto Sistema de Observação das Necessidades de Qualificação das Empresas e da Inserção de Ex-alunos e Formandos	MJEDRH/OE		MED, MESCI, Associações empresariais e sectoriais
Projecto Acreditação de Escolas, Centros e Cursos	MED	UC-SNQ MESCI	IGE
Projecto Sistema Nacional de Formação Contínua de Professores	MED		MESCI
Projecto Formação Contínua e Avançada de Professores	MED	MESCI	UNI-CV, IUE
Projecto Centro de Recursos	MJEDRH/IEFP		MED, MESCI, Instituições privadas
Projecto Melhoria da Avaliação da Aprendizagem	MED/DGEBS	MJEDRH	UC-SNQ
Projecto Sistema de Avaliação Institucional	MED/IGE		MJEDRH, UC-SNQ
Projecto Melhoria da Eficácia da Gestão e Supervisão Pedagógica das Escolas/Centros	MED/IGE	MJEDRH/IEFP	IGE
Projecto Reforço da Capacidade Técnica da Inspeção	MED/IGE		MESCI, IEFP

ANEXO II – OBJECTIVOS, INDICADORES DE RESULTADO, BASELINE E METAS POR EIXO E PROJECTO PRIORITÁRIO

1. Metas e Indicadores do Eixo Emprego e Inserção									
Objetivos Gerais	Indicadores de Resultado	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas 2018	Meios de Verificação				
Aumentar as Oportunidades de Emprego para Reduzir as Disparidades Regionais	5 - Nº de CEEP com serviço de apoio/ orientação e intermediação funcional para as empresas	Nº	0	9	Relatório anual de actividades do IEPF				
	6 - Taxa de inserção dos Desempregados de Longa Duração (DLD), por sexo	Nº	0	60%	Relatório anual de actividades do IEPF				
	7 - % de estagiários que obtêm emprego um ano após o estágio, por sexo	%	50%	60%	Relatório anual de actividades do IEPF				
	8 - % de jovens criadores de Micro-empresas e de auto-empregos, entre os jovens apoiados no âmbito do PI EQE, por sexo	%	0	55%	Relatório anual de actividades do IEPF				
Projectos Prioritários	Indicadores de Resultado	2013	2014	2015	2016	2017	Total 2018	Meios de Verificação	
Projecto Estágios Profissionais	% de diplomados inseridos no mercado de trabalho após os estágios(6 meses)	50,5%	50,5%	52,5%	55,5%	55,5%	55,5%	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto Inserção DLD	Nº de Entidades Promotoras beneficiadas com o incentivo à contratação	10	25	35	35	45	165	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto Reforço Institucional e BQE	Nº de CEEP com os manuais de procedimento implementados	2	2	2	2	1	9	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto Iniciativas Locais e Regionais de Emprego	Nº de Unidades de Produção criadas	5	10	10	10	10	60	Relatório anual de actividades do IEPF	
2. Metas e Indicadores do Eixo Empreendedorismo									
Objetivos Gerais	Indicadores de Resultado	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas 2018	Meios de Verificação				
Promover a Cultura do Empreendedorismo, para o Desenvolvimento Social e Empresarial	9 - Nº de Gabinetes de Empreendedor funcionalis	Nº	6	12	Relatório anual de actividades do IEPF e da ADEI				
	10 - Nº de jovens capacitados em empreendedorismo e criação de empresas (Metodologia GERME)	Nº	100	420	Relatório anual de actividades do IEPF				
	11 - Nº de empresas formais assessoradas tecnicamente	Nº	0	460	Relatório anual de actividades da ADEI				
	12 - Nº de Alunos que concluem o módulo Empreendedorismo no ensino secundário	Nº	0	6800	Relatório anual de actividades do sector				
Projectos Prioritários	Indicadores de Resultado	2013	2014	2015	2016	2017	Total 2018	Meios de Verificação	
Projecto de Promoção do Empreendedorismo	Nº de Planos de Negócios elaborados e encaminhados para instituições financeiras e/ou FINEP	5 40	5 40	10 60	10 60	10 60	50 260	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto de Apoio ao Empreendedorismo de Mulheres Jovens	Nº de Mulheres Certificadas após FP	30	30	0	0	0	60	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto Inovação e Competitividade	Nº de Empresas Intervencionadas	37	79	57	53	37	299	Relatório anual de actividades da ADEI	
Projecto Curricular de Empreendedorismo no Ensino Secundário	Nº de Alunos que concluem o módulo	0	1380	2070	3350	6800	6800	Relatório anual de actividades do MED	
3. Metas e Indicadores do Eixo Aprendizagem ao Longo da Vida									
Objetivos Gerais	Indicadores de Resultado	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas 2018	Meios de Verificação				
Melhorar o Nível de Qualificação da População Promovendo o Acesso e as Oportunidades de Ensino Técnico Profissional em Domínios Relevantes para o Desenvolvimento	13 - % de jovens (15 a 24 anos) que frequentam o sistema de formação profissional ou o 2º e 3º ciclos do secundário e que tem acesso a orientação escolar e profissional, por sexo	%	0%	100%	Relatório de actividade do sector (IVEI)				
	14 - Média anual do nº de diplomados do EIP por Nível de Qualificação, por sexo	Nº	Nível 5 - 280 Nível 4 - 686 Nível 2 e 3 - 1013 Nível 1 - 1063 2)	Nível 5 - 1236 Nível 4 - 1833 Nível 3 - 1596 Nível 2 - 1126	Relatório de actividade do sector (IVEI)				
	15 - Número de áreas ou domínios de formação oferecidos pelo EIP	Nº	69	97	Relatório de actividade do sector (IVEI)				
	16 - % de alunos do 3º ciclo do ensino secundário que seguem a via técnica, por sexo	%	12,60%	32%	Anuário da Educação				
	17 - Nº de activos empregados qualificados por acções de formação contínua, por sexo	Nº	357	2400	Relatório anual de actividades do IEPF				
	18 - Taxa de inserção no mercado de trabalho ou de prosseguimento de estudos dos diplomados do EIP, um ano após a obtenção do diploma, por sexo	Nº	0	60,0%	Relatório do inquérito Inserção de ex-alunos e formandos do Observatório do Emprego				
	Projectos Prioritários	Indicadores de Resultado	2013	2014	2015	2016	2017	Total 2018	Meios de verificação
	Projecto Qualificação Inicial de Jovens	Nº de Jovens Diplomados Por Ano	2.419	2.656	2.775	2.939	3.034	16.907	Relatório anual de actividades do IEPF
Projecto Aprendizagem Jovem	Nº de Acções concluídas	5	5	5	5	5	25	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto Criar UF no ES via Geral	% de alunos Diplomados	65%	70%	75%	80%	85%	85%	Anuário da Educação	
Projecto Formação Contínua do IEPF	Nº de Beneficiários Qualificados	400	400	400	400	400	2.400	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto Solidão Cidadão	Nº de Jovens Capacitados	200	200	200	200	200	1.000	Relatório Sector (IVEI)	
Projecto INSERJUVENIL	Nº de UP Jovens Criadas	20	30	30	30	30	150	Relatório Sector (IVEI)	
Projecto Incremento das CESP	% de Diplomados	77%	80%	83%	87%	90%	93%	Anuário do MESCI	
Projecto Fomento do FAD nos CESP	Nº de Beneficiários Diplomados	35%	45%	55%	65%	70%	75%	Anuário do MESCI	
Projecto Formação Socio-Profissional a distância	% de Alunos Certificados	0	85%	85%	85%	85%	85%	Anuário do MED	
Projecto Orientação Profissional Jovem	Nº de utentes Orientados	300	300	300	300	300	1500	Relatório anual de actividades do IEPF	
Projecto Estruturar o Subsistema RVCC Profissional	Nº de Adultos em Processo	30	40	50	70	70	250	Relatório Sector (IVEI)	
Projecto Campanha Valorização do EI	% de escolas e Núcleos OV Abrangidas pelas Iniciativas	50%	50%	0%	0	100%	100%	Relatório MED	
Projecto Desenvolvimento do EI	% de Jovens Diplomados	58%	60%	61%	62%	63%	63%	Anuário do MED	
Projecto Incremento do ACP	% de Alunos Diplomados	80%	80%	85%	85%	85%	85%	Anuário do MED	
Projecto Consolidação da UNOCEIP	% de Alunos atendidos	50% (alunos do 10º a 12º)	55% (alunos 10º a 12º)	65% (alunos 10º a 12º)	75% (alunos 10º a 12º)	85% (alunos 10º a 12º)	100% (alunos 10º a 12º)	Anuário do MED	
Projecto Produção e Aquisição de Recursos para o OPV	Nº de Núcleos de CEVP Abrangidas	10	10	10	7	7	44	Anuário do MED	
Projecto Desenvolvimento/ Aquisição de Recursos Educativos Multimedia	Nº Softwares e Nº de Escolas Abrangidas	20 softwares e 29 Escolas	20 softwares e 29 Escolas	0	0	0	40 Softwares Multimedia; 29 Escolas abrangidas	Anuário do MED	
Projecto Novas Qualificações e SNG	Nº de Curricula/cursos adaptados as novas qualificações	5	3	3	3	2	16	Relatório Sector (IVEI)	
Projecto Reforço da Capacitação Institucional da UC-SNG	Nº de Técnicos Recrutados	2	1	0	0	0	3	Relatório Sector (IVEI)	

4. Metas e Indicadores do Eixo Qualidade								
Objetivos Gerais	Indicadores de Resultado	Unidade de Medida	Valor Ano Base 2011	Metas 2018	Meios de Verificação			
Promover uma Educação e Formação de Qualidade, Capazes de Proporcionar ao Cidadão Competências Técnicas e Transversais e Necessárias para a Plena Integração na Sociedade Potenciando a sua Empregabilidade e Exercício de Cidadania Activa	19 - Taxa de satisfação dos empregadores face às competências dos ex-formandos	Nº	0	75%	Relatório do inquérito Inserção de ex-alunos e formandos do Observatório do Emprego			
	20 - % de escolas do EI com sistema de gestão e supervisão funcional	%	0	100%	Relatório anual de actividades do MED			
	21 - Carta Territorial Integrada do ensino técnico-profissional	Nº	0	1	Carta anual nacional e uma por ilha	Cartas Territoriais Integradas do sector		
	22 - Nº de qualificações do SNIQ implementadas	Nº	0	25		Relatório anual de actividades do sector (IVEI)		
	23 - % de Professores/Formadores do EIP que beneficiam de formação contínua, por sexo	%	0	50%		Relatório anual de actividades do sector (IVEI)		
24 - Nº de Centros de Recursos Integrados em funcionamento	Nº	0	15		Relatório anual de actividades do sector (IVEI)			
Projectos prioritários	Indicadores de Resultado	2013	2014	2015	2016	2017	Total 2018	Meios de Verificação
Projecto Adequação Curricular às Novas Exigências	Nº Curricula/cursos adaptados as novas qualificações	3	3	3	3	2	14	Relatório Sector (IVEI)
Projecto Sistema de observação das necessidades de qualificação das empresas e da inserção profissional das diplomados do EI, FP e CESP	Relatórios de análise de resultados e recomendações produzida e divulgados	0	0	2 relatórios	0	4 relatórios	6 relatórios	Relatório do Inquérito (OE)
Projecto Modernização de Recursos no EI	Nº de Laboratórios e Oficinas em funcionamento	1 Laboratório e 2 Oficinas	2 Laboratório e 2 Oficinas	2 Laboratório e 2 Oficinas	2 Laboratório e 2 Oficinas	2 Laboratório e 2 Oficinas	9 Laboratórios e 10 Oficinas	Anuário do MED
Projecto de Formação Avançada de Professores	Nº de professores diplomados em novas áreas	5% de professores de CESP com especialização em novas áreas	10% de professores de CESP com especialização em novas áreas	20% de professores de CESP com especialização em novas áreas	30% de professores de CESP com especialização em novas áreas	40% de professores de CESP com especialização em novas áreas	50% de professores de CESP com especialização em novas áreas	Anuário do MESCI
Projecto Centro de Recursos	% de Professores e Formadores com formação pedagógica inicial contínua	15%	15%	25%	35%	45%	50%	Relatório anual de actividades do IEPF
Projecto Sistema de Avaliação Institucional	Nº de Relatórios Produzidos, na sequência das Avaliações	0	0	100% das instituições com relatório produzido	100% das instituições com relatório produzido	100% das instituições com relatório produzido	100% das instituições com relatório produzido	Relatório anual de actividades do MED
Projecto Reforço da Capacidade Técnica de Inspeção	Acréscimo do Nº de Escolas avaliadas	0	Aumentar em 25% o nº de Avaliação de Escolas e outras intervenções	0%	Aumentar em 75% o nº de Avaliação de Escolas e outras intervenções	100% das escolas Intervencionadas	100%	Relatório anual de actividades do MED
Projecto Modernização de recursos nos CESP	% de alunos (ou CESP) que serão abrangidos pelas actividades desenvolvidas	30%	30%	30%	30%	30%	30%	Anuário do MESCI

ANEXO III – Orçamento por Eixo e Projecto Prioritário

Designação Projectos	Objectivos	Responsável	Orçamento (2013-2018) Escudos CV Total
EIXO 1 - EMPREGO E INSERÇÃO			
Estágios Profissionais para Jovens	Promover a inserção dos jovens recém formados no mercado de trabalho, através da realização de estágios em contexto real de trabalho.	MJEDRH/ IEPF	141.652.800
Inserção dos Desempregados de Longa Duração (DLD)	Promover empregabilidade dos DLD, ou seja dos desempregados a mais de 1 ano	MJEDRH/ IEPF	82.184.441
Reforço Institucional e Bolsa de Qualificação e Emprego	Reforçar a capacidade institucional nacional na prestação do serviço público de emprego e consolidar o sistema de gestão da informação do emprego.	MJEDRH/ IEPF	13.438.042
Iniciativas locais e regionais de Emprego	Incentivar e apoiar a criação de postos de trabalho, quer através de iniciativas locais e regionais de emprego/autoemprego quer através de apoios a contratação.	MJEDRH/ IEPF	15.786.500
			253.061.783
EIXO 2 - EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMPRESARIAL			
Promoção de Empreendedorismo	Promover a cultura o empreendedorismo e do empresariado, apoiando os formandos que concluem a sua formação para a criação do auto-emprego e empresas.	MJEDRH/ IEPF	20.108.240
Apoio ao Empreendedorismo de Mulheres Jovens	Promover o empoderamento económico das mulheres jovens graduadas com formação profissional através da capacitação, criação, assessoria e financiamento de micro e pequenas empresas.	MJEDRH/ IEPF	29.723.100
Inserção do empreendedorismo no currículo do Ensino Secundário e Técnico	Dotar o sistema educativo Cabo-verdiano de um programa curricular de empreendedorismo no ensino secundário via geral e técnica que junte a aprendizagem teórica à prática, satisfazendo as necessidades sociais e económicas do país.	MED	115.893.600
Competitividade e Inovação Empresarial	Promover a produtividade e competitividade das MPME's para o reforço da dinâmica empresarial e aumento da oferta de emprego.	ADEI	147.050.000
			312.774.940

Designação Projectos	Objectivos	Responsável	Orçamento (2013-2018) Escudos CV Total
EIXO 3 - APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA			
Consolidação da Unidade Nacional de Orientação Escolar Vocacional Profissional (UNO EVP)	Alargar a rede de Nucleos de orientação escolar vocacional profissional nas escolas secundarias de via geral e técnica.	MED	27.079.758
Orientação Profissional Jovem	Reforçar a intervenção publica em termos de orientação profissional dos jovens, através da criação de Gabinetes de orientação nas estruturas descentralizadas dos IEFP.	MJEDRH/IEFP	48.878.900
Qualificação Inicial de Jovens	Promover e facultar aos individuos com idade entre 15-25 anos uma qualificação profissional certificada.	MJEDRH/IEFP	2.207.531.654
Formação Profissional em alternância	Promover a capacitação dos jovens através da formação profissional em alternancia, enquanto processo de aquisição de competências profissionais que promovam o emprego e a formação.	MJEDRH/IEFP	91.907.520
Soldado Cidadão	Apoiar a reinserção na vida civil dirigida aos jovens em prestação de serviço militar tanto em regime de conscrição como de contrato.	MJEDRH/IEFP	71.115.000
Criação de Unidades Formativas nas escolas secundárias de via geral	Criar Unidades Formativas nas escolas secundárias, a fim de dinamizar cursos de formação profissional de nível 2 e 3.	MED	151.000.000
Campanha de valorização do Ensino Técnico	Desenvolver uma campanha nos media e produzir materiais que permitam sensibilizar e motivar os jovens para a frequencia do ensino técnico.	MED	2.260.000
Desenvolvimento de Ensino Técnico	Proporcionar uma adequada integração com formação profissional, promovendo a formação vocacional e a especialização dos jovens e a sua adaptação às exigências da formação tecnológica e profissionalizante.	MED	1.084.314.965
Incremento do Ano Complementar Profissionalizante (ACP)	Proporcionar ofertas de especialização pós-secundária (nível 5 de Qualificação) que garantam ao aluno uma adequada inserção no mercado de trabalho.	MED	99.113.564
Incremento dos Cursos de Estudos Superiores Profissionalizante (CESP)	Promover a formação qualificada e profissionalizante pós-secundária dos jovens (NQ 5) para o mercado de trabalho, apostando designadamente nas áreas prioritárias (cluster) para o desenvolvimento do país.	MESCI	260.000.000
INSERJuvenil	Promover o resgate dos jovens expostos a situações de risco, através da reintegração no sistema educativo ou de formação profissional, como medida de combate à pobreza, exclusão e desigualdade social.	MJEDRH/DGE	11.788.707
Reforço da capacitação institucional da unidade de coordenação SNQ	Prosseguir a consolidação da unidade de coordenação do SNQ através do reforço dos seus Recursos Humanos	UC-SNQ	12.660.000
Novas qualificações e Catálogo Nacional de Qualificações	Prosseguir a consolidação do CNQ e a ampliação do SNQ, através da implementação das qualificações já elaboradas, da elaboração de mais qualificações e da actualização do Catálogo.	UC-SNQ	110.265.000
Estruturar o sistema RVCC profissional	Elevar a qualificação da população activa Cabo-verdiana, valorizando e certificando a sua experiência de vida e profissional.	UC-SNQ	6.750.000
Formação sócio-profissional à distância	Proporcionar acções de formação sócio-profissionais à jovens e adultos em todos os concelhos do país, utilizando as tecnologias de informação de informação e comunicação (TIC), oferecendo assim oportunidades de formação a todos, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.	MED/DGEFA	65.980.000

Designação Projectos	Objectivos	Responsável	Orçamento (2013-2018) Escudos CV Total
EIXO 3 - APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA			
Desenvolvimento/aquisição de recursos educativos multimédia	Desenvolver e adequar recursos educativos multimédia para os professores do ensino básico e secundário, no âmbito da inserção das TIC em ambiente de sala de aula.	MED	6.000.000
Produção e aquisição de recursos para a OEVP	Desenvolver e adquirir recursos educativos multimédia para os Núcleos de de Orientação Escolar Vocacional Profissional sediados nas Escolas Secundárias, no âmbito da orientação escolar profissional	MED	1.040.000
Fomentos da formação à distância nos CESP	Promover a FAD no âmbito dos CESP, em regime b-learning ou elearning, ampliando a oferta dos CESP, facilitando e flexibilizando o acesso em termos de regiões e destinatários.	MESCI	53.400.000
Formação Continua	Proporcionar aos activos empregados, no decurso da vida profissional uma capacitação nos domínios tecnológicos, organizacional ou qualquer outro relevante, favorecendo a promoção da sua empregabilidade e melhorando a qualidade do emprego.	MJEDRH/IEFP	34.240.392
			4.345.325.459
EIXO 4 - QUALIDADE DOS SISTEMAS			
Adequação curricular às novas exigências	Rever os programas da área técnica e de algumas disciplinas de carácter geral de acordo com as necessidades e as especificidades da via técnica e conceber planos de estudos para novas áreas.	MED/MJEDRH/SNQ	25.500.000
Modernização de recursos laboratoriais e oficinas no ET	Reforçar as escolas e cursos do ET em equipamentos de laboratórios e oficinas, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e da capacidade de inovação.	MED	80.000.000
Modernização de recursos nos CESP	Reforçar as Universidades promotoras de CESP e os cursos em causa com equipamentos de laboratórios e oficinas contribuindo para melhoria da aprendizagem, da capacidade de inovação bem como de investigação.	MESCI	45.121.000
Formação avançada de professores	Capacitação técnica e pedagógica dos docentes, incluindo a utilização das TIC e eventualmente a formação à distância, iniciação à investigação, numa abordagem da aprendizagem por competências	MESCI	73.008.768
Centro de Recursos para a formação técnica-profissional	Contribuir para melhorar a prestação técnica e pedagógica dos professores, formadores, tutores e técnicos dos sistema de ETP.	MJEDRH/IEFP	94.733.370
Sistema de avaliação institucional	Criar um sistema de avaliação institucional com a participação dos parceiros sociais.	MED	3.500.000
Reforço da capacidade técnica da Inspeção	Alargar e qualificar as competências de intervenção da Inspeção nos sectores da educação e formação profissional, contribuindo para melhorar a gestão e a qualidade pedagógica.	MED	4.500.000
Sistema de Observação das necessidades de qualificação das empresas e da inserção de ex-alunos e formandos	Criar um sistema de inquirição às empresas e ex-alunos e formandos, contribuindo para a reorganização da oferta do ETP, ajustando cursos e curriculas.	MJEDRH/OE	24.503.250
			350.866.388
Total dos Eixos (2013-2018)			5.262.028.570
			EUR 47.721.658

1. QUADRO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP	– Ano Complementar Profissionalizante	IGE	– Inspeção-Geral da Educação
ADEI	– Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação	MED	– Ministério da Educação e Desporto
BQE	– Bolsa de Qualificação e Emprego	MESCI	– Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação
CESP	– Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes	MJEDRH	– Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos
CEFP	– Centro de Emprego e Formação Profissional	MTIE	– Ministério do Turismo, Indústria e Energia
CNQ	– Catálogo Nacional de Qualificações	OE	– Orçamento de Estado, Observatório do Emprego
DECRP	– Documento Estratégico de Combate e Redução da Pobreza	ONG	– Organização Não Governamental
DGE	– Direcção-Geral do Emprego	PIB	– Produto Interno Bruto
DGEFA	– Direcção-Geral de Educação e Formação de Adultos	QNQ	– Quadro Nacional de Qualificações
DLD	– Desemprego de Longa Duração	QUIBB	– Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar em Cabo Verde
DGPOG	– Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão	RESEN	– Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional
CV	– Cabo Verde	RVCC	– Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências
ECV	– Escudos Cabo-verdianos	SWOT	– Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças
EFA	– Educação e Formação de Adultos	SI	– Sistema de Informação
ES	– Escolas Secundárias, Ensino Secundário	SNQ	– Sistema Nacional de Qualificações
EST	– Ensino Secundário via Técnica	UCSNQ	– Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações
ET	– Ensino Técnico	UF	– Unidades Formativas nas Escolas Secundárias
ETP	– Ensino Técnico-profissional	UNICV	– Universidade de Cabo Verde
FAD	– Formação à Distância	UNOEV	– Unidade de Orientação Escolar Vocacional Profissional
FEFP	– Fundo do Emprego e da Formação Profissional	UPI	– Unidade de Produção Informal
FP	– Formação Profissional		
IEFP	– Instituto do Emprego e Formação Profissional		

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*



I SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electrónico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.